

Universidade Técnica de Lisboa
Instituto Superior de Economia e Gestão

Mestrado em: Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Organizações de Base Comunitária: Que papel no Conceito e
Implementação do Desenvolvimento a Partir de Baixo?

José Manuel Rodeia Rocha Parreira

Telefone: 00351- 966368199
Correio electrónico: zparreira@gmail.com
Website: <http://joseparreira.nomadlife.org/>

Orientação: Professor Doutor Jochen Oppenheimer

Júri:

Presidente: Doutor Jochen Oppenheimer

Vogais: Doutor Rogério Roque Amaro

 Doutor João António Ramos Estevão

Agosto/2009

Universidade Técnica de Lisboa
Instituto Superior de Economia e Gestão

Mestrado em: Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Organizações de Base Comunitária: Que papel no Conceito e
Implementação do Desenvolvimento a Partir de Baixo?

José Manuel Rodeia Rocha Parreira

Telefone: 00351- 966368199
Correio electrónico: zparreira@gmail.com
Website: <http://joseparreira.nomadlife.org/>

Orientação: Professor Doutor Jochen Oppenheimer

Júri:

Presidente: Doutor Jochen Oppenheimer

Vogais: Doutor Rogério Roque Amaro

 Doutor João António Ramos Estevão

Agosto/2009

Glossário

ADRA	Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente - Angola
BAIF	Bharatiya Agro Industries Foundation – Development Research Foundation – Índia
BPL	Below Poverty Line – Abaixo da Linha de Pobreza
GP	Gram Panchayat – Conselho da Aldeia
GVS	Gram Vikas Samiti – Comité de Desenvolvimento da Aldeia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MFO	Micro – Finance Organization – Organização de Micro Finança
MLP	Micro Level Planning – Planeamento de Nível Micro
NABARD	National Bank for Agriculture and Rural Development – Banco Nacional para a Agricultura e Desenvolvimento Rural – Índia
OC	Organização Comunitária
OMC	Organização Mundial de Comércio
ONG	Organização Não Governamental
PD	Participatory Development – Desenvolvimento Participativo
POs /OCs	People’s Organizations – Organizações Comunitárias
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
PRA	Participatory Rural Appraisal – Apreciação da Participação Rural
PS	Planos de Sustentabilidade
PTC	Primary Treatment Centers - Centros de Tratamento Primário
RNFSE	Rural Non Farm Sector Enterprise – Sector Empresarial Rural Não Agrícola
SHG	Self – Help Group – Grupo de Auto Ajuda
TBA	Traditional Birth Attendants – Parteiras Tradicionais
UE	União Europeia
VHG	Village Health Guides – Trabalhadores Comunitários na área da Saúde

Organizações de Base Comunitária: Que papel no Conceito e Implementação do Desenvolvimento a Partir de Baixo?

José Manuel Rodeia Rocha Parreira

Mestrado em: Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Orientador: Professor Doutor Jochen Oppenheimer

Provas Concluídas em:

Resumo

Este trabalho procura demonstrar como um conceito alternativo de desenvolvimento não só é possível, mas é essencial para uma coexistência humana mais pacífica neste mundo interdependente e interligado.

Primeiro procuro explicitar os conceitos fundamentais que suportam esta tese, reforçando noções como, a “partir de baixo” (*bottom – up*), local, *empowerment*, agência e participação comunitária. Depois uma ferramenta para o desenvolvimento é introduzida – o micro crédito – apresentando a experiência indiana neste campo, os Grupos de Auto Ajuda (*Self – Help Groups* - SHGs).

Em seguida, a ligação essencial expressa no título do trabalho é apresentada, descrevendo e exemplificando de forma prática os diversos tipos de *empowerment* (capacitação) que uma organização de base comunitária (neste caso o SHG) pode potenciar, suportar e desenvolver.

A seguir um estudo de caso sobre um projecto concreto é apresentado. Projecto esse que deu centralidade às Organizações de Base Comunitária (e em particular aos SHGs), especialmente no sentido de dar sustentabilidade ao processo de desenvolvimento local.

Em suma, o objectivo central deste trabalho é demonstrar, teoricamente e por via de uma abordagem empírica, que as comunidades locais podem/devem ter um papel decisivo e essencial no seu desenvolvimento e no dos seus membros.

A liberdade/responsabilidade ao nível individual e comunitário é essencial para despertar o potencial criativo/intuitivo (elemento cada vez mais chave para o desenvolvimento) do ser humano.

Palavras-chave: Consciência, a Partir de Baixo, Local, *Empowerment*, Comunidade, Organização, Cooperação, Micro Crédito, Rural, Índia.

Community Based Organisations: What role for the concept and implementation of Development from Below?

Abstract

This work tries to show how an alternative concept of development is not only possible, but is essential to our peaceful coexistence in this interdependent, all connected world.

First I try to explicit the fundamental concepts behind this thesis, putting the emphasis on notions like “bottom -up”, “local”, “empowerment”, “agency” and “community participation”. Then a development tool is presented – the micro credit – presenting the Indian experiment on this field, the Self Help Groups (SHGs).

In the third part of this work, the essential connection expressed in the title of this dissertation is presented. Descriptions and practical illustrations of the various types of empowerment, which a Community Based Organization (as defined here) can nurture, support and develop, are presented.

In the fourth part, a project, which emphasised the essential role of “Peoples Organisations”, is described. This Project has given an essential role to the Community Based Organizations, in particular to the SHGs, with the ultimate goal of giving sustainability to the local development process.

The main purpose of this thesis is to demonstrate theoretically and empirically that local communities can/must have the decisive and essential role in the human development of their members.

Freedom/responsibility in the individual and community level is essential to unleash the creative/intuitive potential of the human being.

Key Words: Conscience, Consciousness, Bottom - up, Local, Empowerment, Community, Organization, Cooperation, Micro Credit, Rural, India.

Agradecimentos

É um desafio agradecer em apenas algumas palavras à imensidão de pessoas às quais dedico este trabalho e estou eternamente grato.

Às famílias Parreira, Rodeia e Ferreira, aos meus pais, até porque sem eles não teria os recursos financeiros para alcançar este grau académico, com os quais aprendi e devo o mais importante. À minha mulher e verdadeira companheira Mónica, à minha bebé Lara, fontes de aprendizagem, de inspiração e de apoio. À minha querida irmã Isabel, por me lembrar que era importante finalizar esta etapa.

Agradeço às comunidades indianas com as quais tive oportunidade de interagir e aprender e que justificam e fundamentam muito do que aqui é escrito. Agradeço igualmente à BAIF e à AIESEC, às suas respectivas equipas pela oportunidade e apoio.

Aos meus dois mentores e orientadores fundamentais, na Índia e em Portugal, Mukesh Kanaskar e Jochen Oppenheimer.

Aos meus alunos (mas também amigos e professores) em Angola, na Universidade Lusíada, e a todas as pessoas e organizações com as quais tive o prazer de trabalhar, aprender e interagir, como a escola do Kassai e a ONG OMUNGA no Lobito.

Agradeço também a toda a equipa do escritório da Organização Internacional do Trabalho em Lisboa, pela oportunidade e apoio que me deram para que conseguisse finalmente chegar a este ponto.

No fundo, agradeço a todos os seres e organizações que tive o privilégio de interagir ao longo deste processo e que me ajudaram a criar e moldar este trabalho.

Essencialmente dedico esta reflexão à Existência.

Muito Obrigado e até sempre! ☺

Índice

1 – Introdução	9
2 – Conceitos Chave	11
2.1 – Um Conceito Alternativo de Desenvolvimento	
2.1.1 – Desenvolvimento Local	15
2.1.2 – Desenvolvimento a Partir de Baixo	16
2.1.3 – Empowerment (Como o elemento chave)	26
2.1.4 – Desenvolvimento Participativo	27
2.1.5– Desenvolvimento de Base Comunitária	36
2.2 – Organizações de Base Comunitária	
2.2.1 – O Micro Crédito (para grupos)	45
2.2.2 – The Self – Help Groups (SHGs)	47
2.2.2.1 – A “Arte” de promover SHGs de Sucesso	50
3 – As Organizações de Base Comunitária e o Desenvolvimento a Partir de Baixo	
(Partindo da experiência dos SHGs)	59
3.1 – Empowerment Pessoal e Psicológico - Desenvolvendo o Potencial Humano	
3.2 – Empowerment Político e Social	62
3.3 – Empowerment Económico	64
3.4 – A Importância do Factor Agência (Agency)	66

4 – Estudo de Caso: Transferência de Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável (TTSD) (1996- 2004) – Projecto BAIF – UE – O Papel da Organizações Comunitárias (People’s Organizations)	
4.1 – Objectivos e Principais Áreas de Acção do Projecto:	71
4.2 – Componentes e Actividades Principais:	72
4.2.1 - Programa baseado na Agricultura (Landbased Program)	
4.2.2 - O Programa de Desenvolvimento Pecuário	74
4.2.3 - Sector Empresarial Rural Não Agrícola	75
4.2.4 - Saúde Comunitária	77
4.2.5 - Mulheres no Desenvolvimento	78
4.2.6 - Organizações Comunitárias	80
4.3 – A Abordagem Jana Utthan e os Impactos Gerais do Projecto	87
4.4 – Aprendizagens Essenciais e Implicações Políticas	91
4.5 – Sustentabilidade	93
5 – Notas Conclusivas	95
6 - Referências Bibliográficas	98
7 – Anexo	104

1- Introdução

As origens desta tese remontam a um estágio internacional que realizei na BAIF¹ (Índia) em 2003. Participei num projecto financiado pela União Europeia onde pude constatar no terreno² o potencial dos temas aqui realçados.

Este trabalho pertence a um paradigma alargado do desenvolvimento, que conjuga o saber experiência com o saber científico. Traduz uma visão holística do mundo e do processo de desenvolvimento e não uma visão bipolar, extremada e fechada. Esta tese parte do princípio que temos informações, conhecimentos limitados, parciais e que a mente não consegue racionalizar os complexos reais³ da vida, logo a intuição, os sentimentos e o nosso coração são guias fundamentais. Este trabalho realça o conhecimento e a sabedoria local e ancestral⁴ e tem muito da minha própria experiência e recente percurso de vida, em Portugal, na Índia e em Angola, como estudante, professor e pai.

O conceito de desenvolvimento é um assunto muito discutido. O que é? E que caminho/estratégias seguir para o atingir? Este trabalho procura sugerir um caminho, sem modelos predefinidos, sem soluções uniformes e sem preconceitos. Sentindo que a incerteza realmente domina a vida⁵, especialmente quando estudamos o ser humano e libertamos a sua criatividade.

¹ www.baif.org.in – Organização Não Governamental, dedicada ao Desenvolvimento Rural, fundada por um discípulo de Mahatma Gandhi – Manibhai Desai.

² Uma grama de prática vale geralmente mais que uma tonelada de teoria (Schumacher 1980:37). O Desenvolvimento tenderá a ser um processo permanente de Investigação – Acção, com uma dinâmica de avaliação permanente (Amaro, 2006).

Quando comecei a trabalhar na BAIF os seus responsáveis transmitiram-me que teria de ir o mais depressa possível para o terreno, onde se desenrola o trabalho mais importante.

³ Martinez, 2005.

⁴ Muitas vezes apenas transmitida de forma oral e em risco de se perder...

⁵ A diversidade e a complexidade são princípios fundamentais da vida e do novo pensamento orgânico. Consultar, por favor, (Rodrigues, Jacinto 2006).

A vida é governada por uma multiplicidade de forças. Seria uma viagem tranquila se pudéssemos determinar o resultado das nossas acções apenas tendo em conta um princípio geral cuja aplicação fosse tão óbvia que não fosse necessário reflectir por um momento. Mas não me consigo lembrar de um só acto que seja assim tão fácil de determinar (Gandhi, 1983). Também como me transmitia um trabalhador da BAIF, quando resolvemos um problema podemos criar outro sem sequer nos apercebermos.

Nesta tese a participação comunitária aparece como um valor em si mesmo mas também como essencial tendo em conta o caminho para um desenvolvimento saudável, humano, consciente, justo e sustentável. A comunidade e as instituições/organizações no terreno que, conseqüentemente, têm um maior nível de conhecimento sobre a área são os agentes que devem/podem deter mais capacidade/poder para criar impactos sustentáveis. Ainda melhor que descentralizar e desburocratizar a governação é dar lugar a uma efectiva construção a partir de baixo. Trabalhando e aprendendo com os mais pobres dos mais pobres, (os pobres⁶ não são uma categoria homogénea) colaborando com eles, no sentido de lhes poder dar um apoio na sua transformação em agentes activos de mudança e desenvolvimento.

A tese baseia – se essencialmente em pesquisa teórica (dedução), no trabalho de campo e na minha experiência e percepção pessoal (indução).

Assim, depois de esclarecidos os conceitos chave e apresentada a principal organização comunitária estudada, a ligação essencial expressa no título é aprofundada e demonstrada com exemplos práticos.

⁶ A *pobreza* também é um conceito multidimensional, a sua definição varia com o tempo, com o espaço e de ser para ser – Na recente literatura sobre desenvolvimento a pobreza é relacionada com a falta de capacidade (física, mental) para se viver a vida que mais se valoriza, com a falta de recursos materiais, com a exclusão social e com a falta de participação no processo de desenvolvimento (Ruggieri Laderchi, C., Saith, R., Steward F., 2003; Oppenheimer, J., Raposo, I., 2002; UNFPA, 2002).

Por exemplo, uma comunidade do projecto do estudo de caso definia uma pessoa pobre como aquela que não produz o suficiente para se alimentar, que não tem terra e tem de trabalhar para outros, que tem uma pequena e precária habitação e que está viciada em álcool ou drogas ou no jogo. Parreira, José (2003).

Para Osho, a verdadeira pobreza é a incapacidade de amar (Osho 1999:70) www.osho.com (Osho International Foundation).

Pessoalmente e resumindo avançaria com quatro dimensões interligadas para o conceito: Pessoal - Capacidades (*Empowerment*); Humana (respeito e promoção dos Valores e Direitos Humanos); Social (Participação e Inclusão); Económica (Satisfação de Necessidades).

O sentimento de pobreza pode também estar associado a uma falta de energia vital, seguindo as investigações de Nikola Tesla, as descobertas no âmbito da terapia Quântica e do Reiki poderemos medir e quantificar o nível energético de uma pessoa e até de uma comunidade, região ou país. Esta forma original e inovadora de olhar para a pobreza e para o desenvolvimento pode revolucionar a forma como medimos e avaliamos a pobreza humana.

Depois de apresentado o estudo de caso algumas notas conclusivas são apresentadas. No fim, descrevo as referências bibliográficas que me acompanharam ao longo deste percurso.

Não há sempre soluções fáceis, organizações e metodologias perfeitas mas podemos sempre trabalhar para as melhorar, especialmente se pudermos identificar e ir de encontro às raízes dos problemas, mantendo uma atitude positiva, consciente e de aprendiz⁷.

2 – Conceitos

Nesta fase o importante é descrever e cimentar conceitos chave, passando pela noção transversal de *sustentabilidade*, considero que o desenvolvimento deve ser *local*⁸, construído a partir da *base* (endógeno, *bottom - up*), deve potenciar o *empowerment*, a *participação* das pessoas e das comunidades e das instituições envolvidas.

Denomino o conceito de alternativo, essencialmente devido ao facto de a sua efectiva aplicação integrada (em todas as suas dimensões) ser ainda uma excepção à regra (apesar da existência de inúmeras iniciativas um pouco por todo o mundo, embora pouco divulgadas).

⁷ Para alcançar os nossos objectivos poderemos ter de passar por muitos desafios. Mas não devemos lamentar – nos porque é apenas quando aquecido no forno que o ouro sai puro e refinado. Manibhai Desai em Howard, Connie (2000).

⁸ Lá onde as pessoas vivem e estão – O desenvolvimento ou é local ou não é desenvolvimento (Amaro, 2006).

2.1 – Um Conceito Alternativo de Desenvolvimento⁹

Os seres humanos têm cada vez mais uma vida *não natural* (cada vez mais afastada das nossas origens, transformada, construída, artificial), este facto tem impacto em tudo (comida, corpo, estado mental, doenças, etc.), visto que estamos todos interligados e somos também parte da natureza¹⁰, da qual nos temos afastado.¹¹

Em todo o sistema de vida há muitos equilíbrios frágeis sujeitos a uma multiplicidade e complexidade de forças¹². Este facto reforça a necessidade de agirmos com cuidado e consciência, dado que vivemos num mundo altamente incerto, em constante transformação e fundamentalmente desconhecido¹³. As nossas percepções também se transformam, consoante o espaço, o tempo, os seres e são fundamentalmente baseadas em informação imperfeita e num conhecimento limitado.

⁹ O conceito de Desenvolvimento é um conceito “vivo” e complexo – que sofreu muitas mudanças marcantes, especialmente nos últimos 50 anos e em particular nos últimos 200 anos. Nesses últimos séculos assistimos a uma mudança extraordinária ao nível da qualidade de vida, do crescimento económico e da população, com o avanço dos processos de urbanização, industrialização e as inovações tecnológicas envolvidas (Polèse, M. 1998).

Este texto foca – se sobre os conceitos mais recentes na literatura sobre desenvolvimento (embora com valores e conceitos ancestrais).

O conceito de desenvolvimento actual dá uma ideia de um processo de certa forma interminável, muito relativo e subjectivo (no tempo, no espaço e de ser para ser), de tal forma que não se poderá falar em países completamente desenvolvidos (a não ser que possamos definir e determinar exactamente o que isso significa naquele momento em concreto).

¹⁰ A Mãe Natureza e os outros seres vivos têm muito para partilhar e ensinar, se quisermos ouvir e se soubermos escutar e partilhar.

¹¹ “O homem moderno é parte da natureza, não uma força dominante designada a conquista-la” “Os nossos cientistas e técnicos aprenderam a preparar substâncias desconhecidas para a natureza”. (Schumacher E. F. 1980: 18 e 21).

A Revolução Tecnológica permitiu que as sociedades industriais se “maquinocentrassem”, aumentassem a sua capacidade de mobilizar e fazer actuar a energia, se libertassem da natureza, se autonomizassem na sua capacidade de produzir e viver (Amaro, 2006).

¹² Assume -se a teoria do caos, da instabilidade e da fractalidade, como matrizes de dinamização da vida. A vida assemelha – se a um sistema de causalidades múltiplas, complexas e reversíveis, admitindo as retroacções (ou *feed – backs*) (Amaro, 2006).

¹³ “O Homem civilizado considera-se o “Dono do Mundo”, apesar de estar longe de conhecer de forma perfeita as leis da natureza”. “Um centímetro cúbico de terra fértil tem milhares de milhões de organismos vivos, a sua exploração integral está bem para lá das capacidades humanas...O principio fundamental da industria moderna envolve processos idealizados pelo Homem, que só podem dar resultados de confiança quando aplicados a materiais não vivos também idealizados pelo Homem” (Schumacher, 1980: 87 e 93).

Devemos, desta forma, dar passos pequenos, defensivos, precisos e seguros¹⁴. Toda a acção/não acção tem consequências que não conseguimos prever, quanto maior a acção/transformação/projecto maiores serão as consequências imprevisíveis. Deveremos essencialmente defender uma existência com qualidade e consciência no presente.

Basta um simples olhar para o estado do mundo actual para realizarmos a importância do desenvolvimento *sustentável*. Com o actual e futuro crescimento populacional, os recursos disponíveis e a actual fragilidade ambiental podemos facilmente ver que caminho estamos a trilhar.

Exige-se uma atenção mais forte e urgente a um *conceito alternativo de desenvolvimento*¹⁵ e basicamente um novo estilo de vida, equilibrado, respeitando a Mãe Natureza, com métodos de produção naturais e biologicamente seguros¹⁶, novos padrões de consumo¹⁷, um trabalho criativo¹⁸, libertador¹⁹ (humanização do trabalho²⁰) e o

¹⁴ “É óbvio que, pessoas organizadas em pequenas unidades irão ter muito mais atenção e cuidado à sua porção de terra ou a outros recursos naturais que sociedades anónimas ou governos enormes que aspiram a considerar o universo inteiro como a sua legítima presa”. ...a conveniência, a humanidade e flexibilidade do pequeno, da pequenez (*smallness*) ...“Uma coisa tão complexa como um planeta, um habitat para mais de um milhão e meio de espécies de plantas e animais, os quais vivem juntos num equilíbrio mais ou menos estável, utilizando e reutilizando constantemente as mesmas moléculas do solo e do ar, não pode ser melhorado por medidas desorientadas e estúpidas. Primeiro, as mudanças devem ser feitas em pequena escala, para obter um teste, antes de serem largamente aplicadas...as mudanças não devem diferir muito dos processos naturais, os quais têm a seu favor o testemunho inquestionável de terem mantido a vida durante um período extremamente longo” (Schumacher, 1980: 35, 55 e 114).

¹⁵ O Desenvolvimento representa o elevar da Consciência Humana (Osho, 2001).

¹⁶ ...a natureza tende a se auto equilibrar, a se auto adaptar e a se auto purificar...o mesmo não acontece com a tecnologia (um corpo estranho na natureza) ou com o Homem dominado pela especialização. Criando *tecnologia intermédia* de pequena escala, relativamente não violenta, com uma face humana, onde as pessoas possam desfrutar e ter prazer no seu trabalho (Schumacher, 1980: 123 e 23). “Da produção de muitas coisas úteis podem resultar muitas coisas inúteis” (Karl Marx citado em Schumacher, 1980:127).

¹⁷ “Os Budistas não vêem a essência da civilização na multiplicação de necessidades, mas na purificação do carácter do Homem” “...um novo estilo de vida, compatível com as verdadeiras necessidades da natureza humana, com a saúde da natureza viva que nos rodeia e com os recursos disponíveis no globo” (Schumacher, 1980: 51 e 128). Ver também o conceito de *Decrescimento Sustentável* em Rodrigues, Jacinto 2006 além do conceito de *Permacultura*.

O mundo tem o suficiente para todos mas não para a ganância de todos (Mahatma Gandhi).

¹⁸ *Happily unorganized* (Madre Teresa de Calcutá).

¹⁹ “Um trabalho aniquilador de almas, sem significado, mecânico, monótono...é um insulto à natureza do homem que deve, necessariamente e inevitavelmente levar à evasão e à agressão...”

Dar a possibilidade à pessoa de usar e desenvolver as suas faculdades; de ganhar ao seu egocentrismo ligando-a a outros numa tarefa comum; produzindo os bens e serviços necessários a uma existência decente.

respeito pelos mais básicos valores e Direitos Humanos²¹. O Desenvolvimento Sustentável²² define-se como o processo de satisfação de necessidades actuais que não põe em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras, exigindo essencialmente três aspectos: Solidariedade intergeracional²³; Integração da gestão dos recursos naturais e do seu ritmo de reprodução nas estratégias de desenvolvimento; Ritmo sustentável de equilíbrio entre a economia (produção e consumo/satisfação de necessidades) e o sistema ecológico (ritmo de corrida de fundo)²⁴. A lógica deve ser circular (respeitando uma clara interdependência sistémica) e não de um só sentido (exploração e criação de lixo e nova exploração de novos recursos), o que produzimos e deitamos fora deve ser, o mais possível, reintegrado no sistema de forma a ser reutilizado²⁵.

A tecnologia moderna elimina ou reduz o trabalho hábil, criativo e produtivo das mãos e do cérebro humano; Devido à especialização excessiva realizamos um trabalho fragmentado e pouco apelativo (Schumacher, 1980: 36, 50, 125 e 126).

²⁰ Consultar Martinez, 2005.

²¹ “Em relação às massas, os resultados parecem ser desastrosos – o colapso da economia rural, a maré de desemprego aumentando nas cidades e nos campos e o crescimento de um proletariado urbano sem alimento para alma nem para o corpo.” (Schumacher, 1980: 55).

Aliado ao *desafio Ambiental está o desafio Social* (Coesão Social e Solidariedade) que pode por em causa (já põe) a nossa segurança local e global, alimentando sentimentos de revolta, movimentos terroristas e extremistas (Amaro, 2006).

Não podemos esquecer os fundamentais direitos humanos que estão consagrados na DUDH – Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas (1948).

²² É desafio ambiental que, a ser ignorado, pode inviabilizar (ou encurtar) o futuro e mesmo a sobrevivência da Vida na Terra (Amaro, 2006; Reeves, Hubert e Lenoir, Frédéric 2006).

Segundo o Fundo Mundial para a Vida Selvagem, estão a desaparecer espécies a um ritmo nunca visto desde a extinção dos dinossauros. Segundo Ben Collen da Sociedade Zoológica de Londres, entre 1960 e 2000 a população humana duplicou, mas no mesmo período, as populações animais decaíram 30 por cento. Ver também recente filme <http://www.home-2009.com/> de Yann Arthus – Bertrand.

²³ Ou solidariedade com a vida, com a Existência, connosco próprios (especialmente se acreditarmos na reencarnação ou que continuaremos a fazer parte da Existência).

²⁴ Amaro, 2006.

²⁵ Para mais desenvolvimentos e exemplos consultar, Rodrigues, Jacinto 2006.

A ideia básica é que devemos reutilizar, reincorporar, o melhor possível, o “lixo” que produzimos. Bons exemplos são as explorações agrícolas biológicas e integradas.

2.1.1 – *Desenvolvimento Local*

O Conceito de Desenvolvimento **Local**²⁶ engloba os seguintes aspectos fundamentais²⁷:

- ✓ É um processo de *mudança* (até mesmo contraditório) baseado na *comunidade* (com motivação e voluntarismo local);
- ✓ Tem um ponto de partida, *necessidades* comunitárias insatisfeitas (reconhecidas pela comunidade) a que se procura responder mobilizando *capacidades e recursos locais*²⁸ (primeira prioridade);
- ✓ Implica um dinamismo e uma pedagogia de *participação* (apropriação), reconhecendo, no entanto, que recursos externos (humanos, económicos e tecnológicos) podem ser necessários e trazer valor acrescentado²⁹;
- ✓ Os *recursos externos* devem reforçar e não substituir ou inibir os recursos endógenos, numa perspectiva *integrada* (multidimensional, interdisciplinar e transdisciplinar) que exige uma lógica de *parceria* (múltiplos protagonistas). A diversidade é inerente à vida e pode/deve ser uma mais valia;
- ✓ Tem impactos dúbios e incertos em toda a comunidade, de acordo com uma grande *diversidade* de pontos de partida, protagonistas, soluções, caminhos, ritmos e resultados³⁰;

²⁶ Local – A definição da palavra transmite a seguinte ideia: Pertencendo a, característico de, ou confinado a uma área relativamente pequena (Funk & Wagnall's Standard Desk Dictionary by Harper & Row, Publishers, Inc.).

²⁷ Consultar Amaro, 2007.

²⁸ Recursos da mais variada ordem. Em economia os recursos básicos são os factores produtivos, que têm uma noção bastante ampla, partindo de 3 ou 4 factores de base, presentes em qualquer manual de introdução à economia: Terra ou Capital Natural (todo o conjunto de recursos naturais...), Capital (instrumentos, ferramentas, tecnologias, moeda, Institucional), Trabalho (Recursos/Capital humano, qualitativo e quantitativo, conhecimento...) e Organização (Capacidade Empreendedora...). Consultar, por exemplo, Martinez, 2005; Sachs, 2006.

²⁹ A BAIF valoriza o processo de *blending of knowledge*, um exemplo interessante: Na Índia, no estado de Udaipur há uma espécie de cabra sagrada (*Sirohi*), as comunidades locais decoram-na com ornamentos e protegem-na (além de ser muito produtiva, acredita-se que quem fizer mal a este animal está a fazer mal a si mesmo). Neste caso a BAIF formou as comunidades no âmbito do desenvolvimento pecuário, potenciou esta espécie de cabra e aproveitou as tradições e crenças locais resolvendo o problema da protecção dos animais.

O Desenvolvimento Local implica uma visão interactiva, de transformação não linear, também com rupturas e conflitos (haverá sempre aspectos positivos e negativos³¹), é um processo de aprendizagem onde as verdades aparentes estão longe de ser absolutas.

O conceito resulta também de contribuições da economia regional e do denominado paradigma territorialista³² e das crescentes experiências práticas e de terreno³³. O Desenvolvimento Local assume uma multiterritorialidade (do local ao global), desde o espaço individual, familiar, comunitário, do bairro, da aldeia, da freguesia, da comuna, da cidade, do concelho, do distrito, da região, até à nação, o país e as suas relações internacionais e globais.

2.1.2 – Desenvolvimento a Partir de Baixo (Development from Below, Bottom - Up Development³⁴)

Um dos grandes desafios durante os últimos 50 anos tem sido a descoberta efectiva de meios para enfrentar o desenvolvimento desequilibrado³⁵ (ou excessivamente desequilibrado/desigual/assimétrico) e as frustrações e os desencantos daí resultantes³⁶.

³⁰ O desenvolvimento é um processo com muitos resultados desconhecidos e dinâmicas imprevisíveis (que não pode ser analisado de uma forma estática, fixa ou por um ponto de vista econométrico) (Schumacher 1980:141).

O desenvolvimento faz intervir múltiplos e diferentes actores sociais. O desenvolvimento no “terreno” é o resultado destas múltiplas interacções, que nenhum modelo económico de laboratório pode descrever à priori (Sardan, 1990: 191).

³¹ Todos os aspectos/situações na vida transportam elementos positivos e negativos (vantagens e desvantagens), dependendo da nossa percepção individual e do momento em causa. Todas as nossas acções e não acções têm consequências perante um todo, uno e interligado – Ver teoria do *Yin/Yang* da filosofia chinesa.

³² Costa, 2005.

³³ Amaro, 2006.

³⁴ A mudança realmente sustentável e autêntica é aquela que provém do nosso interior, que não é imposta por ou por causa de outrem (Mahatma Gandhi).

³⁵ Parnwell, Michael J.G. em Desai, V. e Potter, R., 2002:112.

³⁶ De realçar que cerca de 2/3 da população mundial continua como que à margem do desenvolvimento económico alcançado por alguns países considerados mais desenvolvidos (tendo em conta o Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD – Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Novas formas de mal-estar físico e psicológico emergem mesmo nos países considerados mais desenvolvidos, também resultantes da desumanização do trabalho, da competição económica selvagem ligada a um fundamentalismo economicista e a uma visão uniformizadora de comportamentos e de conhecimentos. Novas formas de pobreza e de exclusão social emergem e mesmo os denominados “trinta anos gloriosos” foram mais dolorosos do que gloriosos para a maioria da população mundial (Amaro, 2006).

O desenvolvimento desigual tem sido aceite, em parte, como um produto de um processo de desenvolvimento capitalista, que põe a ênfase num rápido crescimento económico, privilegiando o sector industrial e as zonas urbanas.

Historicamente, os países hoje considerados mais desenvolvidos (e actualmente vários países denominados de emergentes) seguiram este “modelo” de desenvolvimento baseado no “mercado”, numa população que responde a estímulos externos (normalmente potenciados por uma minoria com poder económico e político) envolta numa competição desenfreada e selvagem, procurando geralmente maximizar o seu bem-estar material.

Neste processo, um conjunto de áreas, sectores e grupos sociais que não possuem nem os meios, nem o poder (e mesmo a vontade) para acompanhar o ritmo de mudança e progresso, vão ficando cada vez mais para trás.

Uma série de descrições binárias do fenómeno do desenvolvimento desigual têm sido usadas – por exemplo – centro e periferia, ricos e pobres, poderosos e sem poder, dinâmicos e atrasados e assim por diante. A natureza dos relacionamentos entre estas realidades tende de forma desigual a servir os interesses dos mais beneficiados e trabalhar contra os excluídos e negligenciados.

Ideias e modelos alternativos põem a ênfase nas zonas rurais (a maior parte dos pobres - em termos materiais - do mundo vive em áreas rurais), na agricultura, na descentralização, na devolução de poderes e em iniciativas que surjam de baixo para cima. Uma escala mais reduzida e um desenvolvimento local/comunitário são preferidos³⁷.

O Desenvolvimento Humano define – se, segundo as Nações Unidas, como o processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável (acesso à saúde), adquirir conhecimento (acesso à educação), ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno (enquanto os preservam para as gerações futuras), proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdade para todas as mulheres e homens (PNUD, 2003).

³⁷ Parnwell, Michael J.G. em Desai, V. e Potter, R., 2002:113.

Na essência, outro binário é formado entre o modelo dominante e a alternativa. O perigo de usar dois extremos é realçar a divisão, podemos mover-nos de um extremo para outro, seguindo caminhos desequilibrados e extremados, não nos apercebendo que podemos trabalhar em conjunto no sentido de desenvolver soluções para cada caso específico. No fundo as ideias/conceitos também estão todas interligadas e é uma excessiva identificação com uma ou outra que cria a divisão artificial³⁸ e o potencial conflito.

Uma estratégia que envolva uma excessiva e desequilibrada concentração de pessoas e actividades económicas (por exemplo a estratégia dos “pólos de crescimento”) encorajando as empresas a se localizarem ou relocizarem em determinados centros de crescimento (no sentido de reduzir os custos de transacção espacial³⁹) teve/tem muitos inconvenientes⁴⁰. Algumas vezes até piora a situação, intensificando um processo de “*trickle up*” - concentração de riqueza em zonas já naturalmente favorecidas, pelo “mercado”⁴¹ e por aspectos geográficos, históricos - em que os recursos e capacidades da periferia são sequestrados pelo centro. Este tipo de estratégia assenta numa base de maximização do lucro e de benefícios materiais e não na simples viabilidade económica.

³⁸ Sen, Amartya 2006.

³⁹ Polèse, M. 1998.

⁴⁰ Parnwell, Michael J.G. em Desai, V. and Potter, R., 2002.

⁴¹ Neste contexto, o “mercado” define – se como o conjunto da população num determinado país ou região que reage essencialmente a estímulos externos procurando maximizar benefícios privados. Sem a devida organização, a população, proveniente muitas vezes de diferentes comunidades (com diferentes instituições e heranças culturais) que se vão desestruturando, migra para estes centros de crescimento à procura de melhores condições de vida que aparentemente a sua comunidade não lhes consegue proporcionar. Este fenómeno é próprio dos processos de urbanização provocados, pelo crescimento económico (resultante do aumento da produtividade agrícola apoiada na inovação tecnológica com a consequente libertação de mão de obra), pelo crescimento da população (apoiada também na melhoria das condições de vida e de acesso aos conhecimentos ao nível da saúde), pela verificação da lei de Engel (a quota parte do orçamento consagrada à alimentação diminui com o rendimento) e pela realização de economias de aglomeração (Polèse, M. 1998).

As cidades, as indústrias e os serviços, a produtividade, o crescimento económico e a eficiência económica estão no seu centro⁴².

O desenvolvimento a partir de baixo exige uma preocupação com a qualidade e viabilidade e não com a maximização cega de benefícios materiais⁴³.

A integração funcional de zonas marginais e periféricas em sistemas nacionais e supranacionais de uma forma assimétrica e dependente contribui fundamentalmente para o seu atraso económico relativo. Para ultrapassar esta tendência o local deve ser privilegiado em vez do nacional. Uma abertura selectiva (do local, da comunidade, da região considerada) à competitividade externa será necessária para que o controlo, o domínio fundamental do processo não seja exercido de forma externa e desligada da comunidade. É argumentado, nesta perspectiva, que uma forma de desenvolvimento auto sustentada pela comunidade pode garantir a satisfação das necessidades básicas, igualdade, justiça social e sólidas raízes para um crescimento e progresso futuros⁴⁴.

O desenvolvimento a partir de baixo envolve uma escala intermédia e mais equilibrada de industrialização, urbanização (urbanização e industrialização rural) e terciarização moldada e potenciada perante as necessidades, interesses e matrizes tecnológicas culturais e históricas da comunidade envolvida. Envolve actividades produtivas de pequena escala, trabalho intensivas, apoiadas nos conhecimentos e tecnologias locais (tradicionais) ligadas e integradas com conhecimentos e tecnologias externas apropriadas (reconhecidas como necessárias), replicáveis e passíveis de apropriação local.

⁴²Parnwell, Michael J.G em Desai, V. e Potter, R., 2002.

⁴³ Schumacher (1980) defendia que a beleza, a saúde e a permanência (fundamentalmente do capital natural existente – aproximação à noção de sustentabilidade) deveriam vir em primeiro lugar e só depois a produtividade, quase como um subproduto. Esta afirmação sustenta o desafio que o mundo “civilizado” enfrenta. Um mundo cada vez mais populoso e complexo, a mover-se/modificar-se rapidamente e sem real orientação/organização de base. Impõe-se uma mudança de ritmo e uma permanente interrogação acerca do caminho a percorrer (e da forma de caminhar). No essencial está em causa não só a qualidade de vida no futuro mas também e essencialmente a qualidade de vida no presente.

⁴⁴ Parnwell, Michael J.G. em Desai, V. e Potter, R., 2002.

Em termos políticos e de tomada de decisão colectiva defende-se inicialmente uma forte democracia participativa, evoluindo necessariamente (com o progressivo aumento de participantes e das suas organizações e comunidades envolvidas) para uma efectiva democracia representativa. O processo terá mais hipóteses de ser bem sucedido se a comunidade realmente sentir que o domina, uma consciência colectiva forte, um sentimento de pertença e de unidade devem ser promovidos.

A comunidade⁴⁵ normalmente emerge de forma “natural”, ou seja, resultando de alguma afinidade/unidade histórica, cultural, étnica, social, linguística, etc.⁴⁶ Depois, deverá ser pequena o suficiente para permitir, em primeira instância, uma democracia participativa (o contacto cara a cara) e grande o suficiente para ser o mais possível auto-suficiente na satisfação das suas necessidades básicas. A dimensão (em termos geográficos e populacionais) do local, da comunidade variará imenso.

A democracia nos países actuais é representativa e normalmente muito distante dos representados, também devido ao número de população e burocracia envolvida. Ainda assim os representantes devem “partir de baixo” (devem reforçar a ligação com quem representam) e ser um exemplo de essencial integridade, transparência e responsabilidade.

⁴⁵ É importante que a comunidade não perca a noção mais geral de que faz parte inevitável de um todo, ou seja, deve – se evitar qualquer forma de identificação excessiva com esta ou aquela característica comunitária que possa potenciar conflitos (mesmo dentro da própria comunidade ou nas relações externas). Os Direitos e Valores Humanos devem orientar as nossas acções (individuais, familiares, na comunidade e no mundo), antes de mais somos seres humanos e partilhamos o mesmo planeta e a mesma Existência.

⁴⁶ Se pelo contrário a comunidade for criada artificialmente e abruptamente, muitas vezes por elementos externos, mais dificilmente se sentirá realmente um grupo/comunidade. É o problema até ao nível de muitos países, especialmente em África, a “nação/comunidade” não foi criada “naturalmente”, o que potencia conflitos. Muitos países foram desenhados e repartidos no mapa por potências externas, o que originou separações artificiais e abruptas de comunidades e muitos sentimentos de animosidade. Apesar de tudo as comunidades e os países são criações nossas e não da Mãe Natureza. Por exemplo, em Angola há comunidades que ainda hoje não reconhecem, nem compreendem as fronteiras (estabelecidas externamente) que dividiram o seu território.

Apesar da representatividade da democracia, as comunidades, as organizações de base⁴⁷ (onde funciona a democracia participativa) devem ter o poder de decisão fundamental sobre os assuntos que essencialmente os afectam/envolvem.

Esta visão, este processo de desenvolvimento a partir de baixo envolve um alto nível de consciência por parte de todos os intervenientes, pondo a ênfase numa das maiores dificuldades e desafios que as sociedades modernas enfrentam: *a capacidade de cooperação e elevação da consciência colectiva*⁴⁸.

Riquezas materiais e interesses instalados são desafiados, relações de poder estabelecidas e consolidadas são postas em causa, num processo com inevitáveis perdedores individuais em prol do benefício colectivo e dos mais pobres.

É difícil esperar que os poderes locais (normalmente com ligações e apoios de poderes nacionais e mesmo internacionais) estabelecidos cedam simplesmente o seu poder e influência, no interesse de toda a comunidade⁴⁹. A comunidade não precisa de caridade mas essencialmente de mais oportunidades de participação efectiva no processo de criação de riqueza e assim desenvolver as suas capacidades, através de um trabalho produtivo no qual as pessoas se possam sentir bem física e psicologicamente⁵⁰.

⁴⁷ Quando se fala aqui de comunidade e de organizações comunitárias, as mesmas podem já existir e serem reconhecidas (historicamente, tradicionalmente e através da democracia participativa) como legítimas.

Ou também se podem criar novas organizações de base comunitária (se for localmente, através de um processo participativo e inclusivo, reconhecida essa necessidade), como é o caso do estudo de caso apresentado neste trabalho.

⁴⁸ Só o medo (contrário do amor) de tentar/falhar torna as tarefas impossíveis de realizar. É necessário ir para além do nosso ego, da nossa mente, dos desejos individuais, do nosso instinto de sobrevivência e sentir a ligação e a interdependência entre os seres, numa existência conjunta e una (Osho, 1999 e 2005). Já a ancestral sabedoria africana popularizada pela palavra *UBUNTU* chama a atenção para a existência de uma espécie de alma universal, quando indica que ao prejudicares/magoares alguém estás a magoar-te a ti também. *UBUNTU* que dizer “Humanidade para Todos” ou “Eu sou o que sou devido ao que todos nós somos”. É preciso deixar o coração sentir e falar. O desafio de seguir, em consciência, o caminho da verdade, da não violência, do respeito e da cooperação é transversal a cada ser humano, a cada família, cada comunidade, cada etnia, cada tribo, cada cultura, em cada momento.

⁴⁹ *A não-violência do mais forte é a força mais poderosa deste mundo* (Gandhi, 1983). Se os mais poderosos agirem e derem o exemplo, a magnitude dos efeitos multiplicadores pode ser enorme.

⁵⁰ Yunus, 2007.

De realçar que (além da já referida DUDH) a Organização Internacional do Trabalho (www.ilo.org/lisbon), fundada em 1919, defende e promove o trabalho digno e a protecção social para todos os seres humanos. Em 1998 lançou uma declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no

Seres humanos com melhores capacidades e conhecimento não são explorados com tanta facilidade e opõem –se com mais determinação a situações de injustiça e extrema desigualdade.

A noção do desenvolvimento a partir de baixo (*bottom – up*) desafia fundamentalmente a direcção/nível da tomada de decisão. Programas governamentais de desenvolvimento (especialmente rural) de grande escala, universais e nacionais falham normalmente na satisfação das necessidades particulares das comunidades locais e raramente são desenhados tendo em conta as condições e os contextos locais⁵¹.

A decisão centralizada sobre o desenvolvimento, muitas vezes envolvendo peritos baseados nas cidades, é geralmente demasiado distante e desligada do contexto real do local onde os projectos são implementados. Este planeamento “arrogante” - visto que procura demonstrar um conhecimento, acerca do que será melhor para as comunidades locais, que não existe na realidade - é muitas vezes levado a cabo por tecnocratas e burocratas pouco sensíveis a aspectos sociais e humanos e por vezes com visões distorcidas, preconceituosas e estereotipadas acerca da vida nas zonas rurais⁵². Verifica-se aqui uma visão paternalista que potencia uma cultura de dependência das comunidades locais, inibindo a iniciativa⁵³, a inovação e autonomia.

Trabalho (liberdade de associação, eliminação do trabalho infantil, do trabalho forçado e de toda e qualquer discriminação em matéria de emprego e de profissão). A OIT tem mais de 180 convenções sobre diversas áreas relacionadas com o Emprego, a Protecção Social a Segurança e a Saúde no Trabalho. A OIT tem ainda convenções especialmente dirigidas aos trabalhadores migrantes e às populações indígenas e tribais.

⁵¹ Parnwell, Michael J.G. em Desai, V. and Potter, R., 2002.

⁵² Consultar Chambers, 1983 e Sardan, 1988.

⁵³ A ajuda externa (ainda que por meio de planos e orientações), por mais bem intencionada que possa ser, pode condicionar, moldar, inibir as iniciativas e vontades mais autênticas e profundas (as suas “vozes interiores”) das comunidades. Logo, o grande desafio será proporcionar uma ajuda “indirecta”, libertando a real vontade e capacidade individual e colectiva (Ellerman, David P., 2006).

Manibhai Desai (fundador da BAIF – www.baif.org.in) designava de “pontos de entrada” (*entry points*), as alturas em que conseguíamos que as pessoas de determinada aldeia/comunidade tivessem abertura/confiança suficiente (que pode levar meses/anos a construir) para partilhar com a “gente de fora” (Chambers, 1983) os seus reais desejos e necessidades. Necessidades essas que devem, normalmente, ser respeitadas e satisfeitas. Manibhai contou como um camponês lhe confidenciou que gostaria muito de ter árvores de frutos (mangas) porque conheceu/trabalhou para uma pessoa que era muito rica e que tinha

As iniciativas provenientes de cima para baixo, da cidade para o campo, do governo central, também falham frequentemente no sentido de fornecer um mecanismo para uma avaliação local efectiva e no assegurar que as iniciativas vão de encontro às necessidades, aspirações e expectativas específicas da comunidade em causa.

Desta forma, as comunidades locais são vistas como recipientes passivos das medidas de desenvolvimento não tendo poder para controlar os seus próprios destinos.

O que se defende nesta tese é um processo de desenvolvimento que é localizado, contextualizado, enraizado no local (centrado na comunidade) de onde procura evoluir, de relativa pequena escala, flexível, culturalmente sensível, democrático, participativo e que se centre na capacitação (*empowerment*) dos mais pobres.

Como mostrou o projecto presente no estudo de caso (ponto 4), uma comunidade com consciência das raízes dos seus problemas pode/sabe desenhar soluções apropriadas para os resolver. A comunidade tem de se sentir “dona” e identificada com o processo de desenvolvimento potenciado. Desta forma desenvolve-se o entusiasmo, a auto estima, a dedicação e o esforço natural necessários para caminhar na direcção desejada.

Apesar de muitos dos conceitos relacionados com a teoria do desenvolvimento a partir de baixo estarem activos e presentes em muitas comunidades tradicionais desde há séculos (sabedoria ancestral⁵⁴), o mesmo tem ganho proeminência a partir dos anos 70 do século passado. O *boom* das Organizações Não Governamentais (ONGs) e das associações/organizações de base tem sido muito importante, nascendo normalmente para colmatar e satisfazer necessidades não satisfeitas nem pelos projectos/programas do sector público, nem pelas empresas privadas.

árvores similares. Manibhai não disse mais nada e ajudou o camponês a realizar o seu desejo. Howard, Connie (2000).

⁵⁴ Como dizia Mahatma Gandhi – A Verdade e a Não Violência são conceitos tão velhos como as montanhas.

Estas organizações apresentam, frequentemente, vantagens sobre as grandes, pesadas e amorfas instituições estatais e de cooperação internacional na promoção do desenvolvimento na base⁵⁵. As ONGs são normalmente mais flexíveis, adaptáveis e ágeis (com maior capacidade de resposta), não têm tão rígidas, marcadas e formais hierarquias ao nível da tomada de decisão, têm linhas mais curtas de comunicação, são largamente autónomas (embora na maioria das vezes dependentes em termos financeiros⁵⁶), além de tipicamente terem menos custos operacionais. A sua filosofia centra-se normalmente à volta do altruísmo, da democracia, da participação popular (aprendizagem conjunta em vez de uma simples transferência de conhecimento), do *empowerment* e da consciencialização. A adaptação ao contexto da região/ comunidade é importante (receptividade a visões diferentes e não prescrição de receitas gerais), assim como a promoção do auto confiança e da sustentabilidade⁵⁷. Especialmente os trabalhadores das ONGs no terreno, nos locais onde se desenvolvem projectos de desenvolvimento terão normalmente um conhecimento e uma experiência valiosa a partilhar e a ter em conta.

Os críticos da filosofia e da prática das ONGs, argumentam que estamos na presença de uma nova forma paternalista do desenvolvimento a partir de cima (exógena/externa), ainda que ocorrendo a um nível mais baixo da hierarquia do desenvolvimento. Segundo os críticos, a participação emerge de forma mais proeminente em palavras do que em acções verdadeiras e é mais coerciva do que voluntária. Neste campo das ONGs, o grande desafio humano da cooperação em prol de um objectivo colectivo (consciência colectiva⁵⁸) também parece por vezes difícil de alcançar, quando as organizações se

⁵⁵ Em Inglês – *Grassroots level*.

⁵⁶ Muitas vezes têm poucos recursos e dificuldades de atrair e reter profissionais qualificados, não se conseguindo promover uma importante e mínima continuidade e estabilidade no trabalho.

⁵⁷ Parnwell, Michael J.G. em Desai, V. e Potter, R., 2002.

⁵⁸ O necessário abandono do ego individual, com o ganhar de consciência que o mesmo é uma ilusão mental, numa existência interligada (Osho, 2005).

perdem em conflitos e rivalidades para a obtenção de fundos materiais e prestígio, pondo em risco e desviando energias do objectivo inicial e fundamental.

Toda e qualquer organização, no essencial, deve dar o exemplo, o seu trabalho deve ser íntegro, equilibrado e respeitar os ritmos da comunidade⁵⁹.

As estruturas e instituições⁶⁰ pré existentes nas comunidades, que controlam a distribuição de poder político, económico e social, que estão presentes nas relações de género, são muito difíceis de influenciar ou alterar, mesmo pelas mais belas intenções dos activistas no terreno, podendo mesmo sair reforçadas pelas suas acções.

Entretanto, reconhecido o dinamismo e o potencial por detrás do movimento associado ao desenvolvimento a partir de baixo, os governos têm tentado reinventarem-se como conscientes das realidades ao nível local/de base (*grassroots*). Pode existir aqui uma contradição entre as ideias e as práticas associadas ao desenvolvimento a partir de baixo e a tradicional condução do processo por um Estado centralizado⁶¹. Mas numa lógica de parceria, realçada na definição de desenvolvimento local, o Estado deve introduzir medidas que promovam a descentralização, no sentido de possibilitar às estruturas governamentais (devidamente capacitadas) mais perto do terreno, a implementação, o suporte e o apoio de programas de desenvolvimento designados com e para a comunidade.

⁵⁹ As organizações que trabalham com as comunidades, os agentes e os profissionais do desenvolvimento devem trabalhar bastante na sua *integridade*. Um mentiroso não pode ensinar a dizer a verdade. Só as pessoas que têm uma forte auto confiança e humildade podem servir as comunidades e ter um impacto positivo nas suas vidas, pessoas levando uma vida exemplar podem ter grandes impactos na sociedade (Gandhi, 1983). Também, como dizia Mahatma Gandhi, a pressa e a impaciência são formas de violência.

⁶⁰ As instituições são as leis, as normas sociais, as tradições, os costumes, as crenças religiosas e outras regras de comportamento estabelecidas; Instituições políticas, legais, religiosas e sociais (Diniz, Francisco, 2006).

As instituições são as regras do jogo de uma sociedade ou, mas especificamente, as restrições criadas pelo próprio ser humano para estruturar as suas interacções. Podem ser regras formais (normas jurídicas, regulamentos...) e/ou limites informais (convenções, regras de comportamento e códigos de conduta auto impostos) assim como as respectivas formas de seu cumprimento (Reis, José, 2007).

As instituições moldam/influenciam o comportamento humano o que contribui também para a relatividade/subjectividade/parcialidade (no tempo, espaço, de único ser para único ser...) dos conceitos, das interpretações, das percepções, sentimentos, etc.

⁶¹ Parnwell, Michael J.G. em Desai, V. e Potter, R., 2002.

Temos de enfrentar o facto de que a “economia mundial” está ainda a ser conduzida (como foi historicamente nos países hoje considerados mais desenvolvidos) por uma visão estreita, economicista e ortodoxa do desenvolvimento⁶².

Pode – se pensar que é irrealista sugerir que uma visão “alternativa” e mais equilibrada do desenvolvimento se pode tornar a principal⁶³, mas este trabalho pretende ajudar a mostrar que é possível. Aliás, é simples, “só” temos que elevar a consciência humana em cada momento.

Seguidamente desenvolvo dois elementos essenciais neste contexto: o *empowerment* e a participação (individual e comunitária).

2.1.3 – Empowerment⁶⁴ (como um elemento chave)

Empowerment é o processo que leva ao aumento da capacidade dos indivíduos (ou dos grupos) de realizarem escolhas e de transformarem essas escolhas em desejadas acções e resultados⁶⁵. Centrais ao processo estão acções que constroem recursos individuais, colectivos e melhoram a eficiência e a justiça do contexto institucional e organizacional. As pessoas devidamente capacitadas (*empowered*) têm liberdade, capacidade e responsabilidade de escolha e de acção, desta forma podem influenciar melhor o curso das suas vidas e as decisões que mais as afectam.

⁶² Basta observar actualmente, por exemplo, o “desenvolvimento” ou melhor o crescimento económico de países como a China e outros países emergentes como o Brasil ou a Índia. Claramente o crescimento económico geral é desequilibrado, ambientalmente insustentável, com custos sociais imensos e definitivamente, no geral, não construído a partir de baixo. Basicamente estes países seguem o caminho de industrialização e urbanização já percorrido pelos países mais desenvolvidos mas com desafios acrescidos, especialmente devido a um nível populacional muito mais elevado e que continua a crescer a um ritmo bem maior do que no passado (consequentemente há/haverá mais necessidades para satisfazer). No século XX ocorreu uma explosão demográfica sem precedentes, a população aumentou em mais de 4 biliões (Polèse, M. 1998). As Nações Unidas estimam que em 2050 seremos 9 biliões de seres humanos (únicos, preciosos e incomparáveis ☺), com o crescimento a verificar –se sobretudo nos países menos desenvolvidos economicamente.

⁶³ Parnwell, Michael J.G. em Desai, V. e Potter, R., 2002.

⁶⁴ Reforço de capacidades, competências ou poder, sendo também uma pré - condição para a participação e o exercício da *cidadania* (Amaro, 2006 e Friedmann, 1996).

⁶⁵ Subjacente à ideia de desenvolvimento comunitário está o desenvolvimento pessoal e individual, subjacente à consciência colectiva está a consciência e o equilíbrio pessoal e individual. Cada pessoa tem uma “voz interior”, um desejo íntimo a seguir, essa liberdade e essa responsabilidade. De realçar que a liberdade não vem separada da responsabilidade, para se ser realmente livre temos de ser responsáveis pelos nossos sentimentos, palavras e acções (Osho, 2004).

Cresce assim a participação económica, social e política assim como a possibilidade de uma efectiva construção a partir de baixo.

Mas, a percepção de estar capacitado/a (*empowered*) varia com o tempo, a cultura e o domínio da vida de uma pessoa (como os sentimentos, conceitos, interpretações, desejos, acções, etc.). Na sua essência a capacitação engloba uma mudança auto determinada, endógena à pessoa, que vem do interior e por isso com um potencial muito poderoso e sustentável. O *empowerment* tende a transformar muito significativamente o ambiente onde os mais pobres vivem, ajudando-os a construir e a capitalizar as suas próprias capacidades.

O *empowerment* é um tema transversal, tem um valor intrínseco e instrumental. Da educação aos cuidados de saúde, das políticas governamentais e económicas, as actividades que procuram capacitar as pessoas mais pobres podem levar a um aumento das oportunidades de desenvolvimento, potenciando resultados e melhorando a qualidade de vida das pessoas. O *empowerment* está na base da liberdade que as pessoas procuram alcançar, no sentido de viverem a vida que mais valorizam⁶⁶.

2.1.4 - Desenvolvimento Participativo⁶⁷ (Participatory Development - PD)

“As pessoas hoje têm a vontade, uma impaciente vontade – de participar nos eventos e processos que moldam as suas vidas. E essa impaciência traz muitos perigos e oportunidades”⁶⁸.

A Agencia alemã de desenvolvimento GTZ, definiu participação como “co-determinação e partilha de poder ao longo do ciclo do programa”⁶⁹.

⁶⁶ Sen, Amartya 2003.

⁶⁷Normalmente os que são ou deveriam ser os verdadeiros beneficiários dos projectos de desenvolvimento não são chamados a falar e a participar. Pacheco, Fernando (ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente - Angola) em Pinto, Maria João e Pinheiro, Ana 2007:29.

O Desenvolvimento Participativo implica uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão à avaliação, passando pela execução, direcção e acompanhamento, implicando uma afirmação plena da cidadania também em termos de direitos e deveres (Amaro, 2006).

⁶⁸ UNDP, 1993:1 citado por Giles Mohan em Desai, V. e Potter, R., 2002: 49.

Para o Banco Mundial a participação envolve os agentes (*stakeholders*) que “influenciam e partilham o controle sobre as iniciativas de desenvolvimento, as decisões e os recursos que as afectam”⁷⁰.

O Desenvolvimento Participativo envolve os seguintes elementos⁷¹:

- ✓ Cognitivo – no gerar um “diferente modo de compreensão das realidades em causa”;
- ✓ Politico – “na capacitação dos sem voz” (*empowering the voiceless*);
- ✓ Instrumental – devido ao seu efeito mobilizador e à proposta de propor novas alternativas.

O Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD - 1993) subdividiu a participação em quatro formas chave – Doméstica, Económica, Social-Cultural e Política – que se sobrepõem e interagem⁷².

Este tópico (Desenvolvimento Participativo) vem, no seguimento dos pontos anteriores, englobado numa resposta ao “normal” desenvolvimento, caracterizado por desequilíbrios - grandes assimetrias locais, regionais, elevados custos e desigualdades sociais - e preconceitos que são descapacitantes⁷³ (*disempowering*). Como se o processo de desenvolvimento historicamente seguido, principalmente pelos países hoje mais desenvolvidos (segundo o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH), fosse o único e o melhor a seguir.

⁶⁹ 1991: 5, citado em Nelson e Wright, 1995:4 (citados por Giles Mohan) em Desai, V. e Potter, R., 2002: 50.

⁷⁰ World Bank, 1994:6, citado em Nelson e Wright, 1995:5 (citados por Giles Mohan) em Desai, V. e Potter, R., 2002: 51.

⁷¹ Rahnema (1992) (citado by Giles Mohan) em Desai, V. e Potter, R., 2002: 51.

⁷² Mohan, Giles (2002) em Desai, V. e Potter, R., 2002.

⁷³ Como o facto de o caminho a seguir ser prescrito/planeado pela “gente de fora” por se julgar que os locais não terão o conhecimento necessário (Chambers, 1983). Também, por vezes, a ajuda paternalista é um obstáculo à auto ajuda (quer por inibir os recursos endógenos, substitui-los e/ou condicionar o caminho a seguir). Cf., por exemplo, Yunus, 2007; Ellerman, 2005.

Processo esse caracterizado pela certeza (positivismo inquestionável e frequentemente pouco aberto a visões e perspectivas diferentes) e por relações de “cima para baixo”⁷⁴.

A tendência era/é equiparar o desenvolvimento com a modernidade (com o novo, mas não necessariamente o melhor) atingida pelas sociedades “ocidentais” e realizar uma simples cópia dos países “mais avançados” através do planeamento realizado por especialistas/peritos⁷⁵. Normalmente, estas pessoas, são externas às comunidades e com pouco conhecimento da realidade onde actuam.

Esta forma de pensar e actuar resulta na exclusão dos “não especialistas/peritos”, das pessoas locais que servem apenas como objectos de esquemas grandiosos com controversos e limitados benefícios⁷⁶.

Na história/evolução do pensamento sobre o desenvolvimento, especialmente nas décadas recentes - embora possamos encontrar sociedades ancestrais onde a participação comunitária na evolução da sociedade era/é bastante privilegiada - esta necessidade de participação tem sido reconhecida⁷⁷. Torna-se uma questão de consciência, o facto de nos apercebermos que cada ser, cada comunidade deve ter acesso à informação, ao conhecimento e à possibilidade de escolha do caminho a seguir em cada momento. A participação tem um valor em si mesmo além de ser um instrumento para o desenvolvimento pessoal, humano e social. A participação pode assim aumentar a eficiência dos programas de desenvolvimento⁷⁸, podendo também ser um elemento de transformação⁷⁹.

⁷⁴ Chambers, 1997 (citado por Giles Mohan) em Desai, V. e Potter, R., 2002: 50.

⁷⁵ Mohan, Giles em Desai, V. e Potter, R., 2002.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Na noção de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, o Homem torna-se o actor central do processo (Consultar Alkire, S., 2003 e Sen, A. 2003).

⁷⁸ Mayo e Craig, (1995) (citados por Giles Mohan) em Desai, V. e Potter, R., 2002: 50.

⁷⁹ Esteva e Prakash, (1998) (citados por Giles Mohan) em Desai, V. e Potter, R., 2002:50.

Nesta perspectiva o processo deve criar sinergias com todos os agentes envolvidos⁸⁰ (diferentes agências de desenvolvimento, Estado, Bancos, etc.) em diferentes níveis (consoante o processo se vai desenrolando), pois há muitas interdependências e complementaridades a aproveitar.

O processo participativo interage directamente com pessoas de uma dada comunidade, deve ser aceite, reconhecido como necessário, suportado e assimilado pela mesma.

Os agentes envolvidos devem respeitar o verdadeiro espírito não violento do desenvolvimento participativo. A verdade e a não-violência (especialmente do mais forte) são essenciais. A tradicional e violenta luta pelo poder, ligada ao nosso instinto de sobrevivência animal (associado ao nosso medo, principalmente da morte, proveniente do nosso ego) deverá ser transformada por uma “luta” pela verdade e pela consciência e compaixão humanas⁸¹.

O desenvolvimento participativo visa a sociedade civil de base (*grassroots*), abrindo –se a uma pluralidade de objectivos de desenvolvimento, promovendo a auto – determinação⁸² das comunidades.

As organizações da sociedade civil de base tendem a ser (em contraste com as estruturas estatais) flexíveis, não burocráticas, mais pequenas, mais responsáveis, mais conscientes e conhecedoras acerca da realidade local.

Nesta perspectiva é também necessário repensar a criação de conhecimento. Se considerarmos que o melhor é o mais moderno, representando um ideal de progresso e de modernidade, muitas vezes os receptores do desenvolvimento são (e foram) tratados

⁸⁰ *Stakeholders*.

⁸¹ A história da Terra é extraordinariamente longa, é uma história com pelo menos 4600 milhões de anos. Os seres humanos já a escrevem há pelo menos 5 mil anos, ainda assim continuamos, hoje, a esquecer nos, a perder a ligação com a Sabedoria Ancestral/Eterna. A Verdade e a Não Violência (sobre nós e sobre a existência em sentimentos, palavras e acções) emergem através do nosso Coração, da nossa Consciência, Compaixão e Compreensão. Somos tão pequenos e únicos mas continuamos a viver dentro do nosso ego enorme e prejudicial. A vida e a morte fazem parte da mesma realidade num Existência interligada e interdependente. Consultar, por exemplo, Chandrakant Upadhyay (1994), Gandhi (1983), Howard (2001), Osho (diversos anos), Rodrigues (2006).

⁸² Mohan e Stokke, (2000) (citado por Giles Mohan) em Desai, V. e Potter, R., 2002: 51.

como passivos ou geralmente como conservadores e mesmo como obstruções ao processo de desenvolvimento⁸³. O desenvolvimento participativo reverte esta forma de pensar e actuar, acede ao conhecimento local⁸⁴ e tenta ver o mundo do ponto de vista das pessoas directamente envolvidas⁸⁵.

Neste contexto, uma metodologia usada é a *Apreciação/Avaliação da Participação Rural* (*Participatory Rural Appraisal - PRA*). Na sua essência está a mudança e a inversão – de papéis, de comportamentos, de relacionamentos e de aprendizagens. As pessoas de fora da comunidade não dominam o processo nem são as fontes principais de aprendizagem, facilitam, sentam-se em conjunto com a comunidade, ouvem e aprendem. Também as “pessoas de fora”⁸⁶ não transferem simplesmente tecnologia, partilham métodos, informação e conhecimento que as pessoas locais podem usar com a sua própria apreciação, análise, planeamento, acção, monitoramento e avaliação. As pessoas de fora não impõem realidades/percepções, mas permitem e encorajam as pessoas locais a exprimirem as suas⁸⁷ e eventualmente a apropriarem –se de nova tecnologia e conhecimento (possivelmente conjugada a aliada à tecnologia e conhecimento local). No essencial, as pessoas das comunidades de base são livres e consequentemente responsáveis pelas suas opções e pelo caminho escolhido.

A referida metodologia apoia-se em diversas técnicas orais e visuais (é importante escolher um efectivo e amigável meio de comunicação) na criação de conhecimento, a linguagem escrita pode prejudicar a liberdade de expressão - também porque muitas vezes a comunidade apresenta altos índices de analfabetismo.

⁸³ Consultar, por favor, Chang, H-J., (2002).

⁸⁴ Muitas vezes ancestral e em risco de se perder, pois muitas vezes a informação/conhecimento passa apenas pelas práticas, de voz em voz, de geração em geração.

⁸⁵ Mohan, Giles em Desai, V. e Potter, R., 2002.

⁸⁶ Consultar Chambers, 1983.

⁸⁷ Chambers (1997: 103), (citado por Giles Mohan) em Desai, V. e Potter, R., 2002: 52.

Métodos como o desenho de mapas (*mapping*), classificação de preferências e histórias orais costumam ser utilizados.

O desenvolvimento participativo procura/descobre a diversidade entre as pessoas/comunidades, em vez de tratar todos como objectos uniformes do desenvolvimento⁸⁸.

A diversidade é inerente à beleza e riqueza da vida e pode ser uma força impulsionadora da criatividade, da inovação, do conhecimento e do desenvolvimento, se não houver uma identificação excessiva com as diferenças (perdendo –se a consciência do muito que temos em comum) possíveis potenciadoras de violentos conflitos⁸⁹.

O desenvolvimento participativo traz, como é natural, diversos *problemas/desafios*:

- ✓ A participação terá de se transformar efectivamente em *empowerment*; A participação não pode ser apenas usada como retórica, a imagem e a aparência não têm valor se na verdade não corresponderem à essência (se não transmitirem uma realidade verdadeira);
- ✓ A metodologia relacionada com o desenvolvimento participativo terá de ser continuamente aplicada de forma crítica (e não de forma sempre uniforme). A essência permanecerá mas haverá aspectos a adaptar consoante o tempo e o espaço onde a metodologia é aplicada;
- ✓ É preciso reconhecer que as comunidades locais não são homogéneas⁹⁰. Há muita diversidade económica, social e cultural de comunidade para comunidade. Por exemplo: Os denominados pobres, segundo uma classificação económica, podem ser divididos em diversas classes de rendimento⁹¹.

⁸⁸ Mohan, Giles em Desai, V. e Potter, R., 2002.

⁸⁹ Consultar Sen, Amartya 2006.

⁹⁰ Mohan, Giles em Desai, V. e Potter, R., 2002.

⁹¹ BAIF, 2005. Como é descrito na parte 4 deste trabalho.

- ✓ A igualdade de género⁹² merece uma atenção especial por parte dos projectos de desenvolvimento, sendo igualmente um desafio bastante grande a enfrentar. Muitas comunidades têm tradições, papéis sociais e culturais muito penalizadores para as mulheres bastante enraizados e cristalizados que as próprias mulheres, muitas vezes, têm dificuldade/estranheza em por em causa. Mas, como se demonstra no estudo de caso (ponto 4), as mulheres mostram uma consciência familiar e social forte. Os efeitos positivos de lhes atribuir poder de decisão e acção são transversais à economia doméstica, à saúde e educação familiar e comunitária.
- ✓ As organizações locais de desenvolvimento devem acima de tudo cooperar e não competir, para não pôr o essencial da sua missão em causa. Não interessa quem ou que organização é a mais bem sucedida e reconhecida. A missão, o trabalho em causa é o essencial. Também deverá ser repensada a relação entre as organizações não governamentais (ONGs) do sul e do norte do planeta⁹³, normalmente as organizações do norte controlam a grande fatia dos recursos financeiros e têm o poder de veto sobre as do sul (organizações estas normalmente mais perto do terreno e melhor conhecedoras da realidade local). Muitas vezes as parcerias tornam-se tudo menos participativas (financeiramente, intelectualmente e politicamente) com as organizações do sul actuando como

⁹² Há uma diferença entre “sexo” e “género”: O Sexo refere - se às diferenças biológicas universais entre homens e mulheres, o Género refere - se aos respectivos papéis sociais e ao comportamento masculino e feminino. Estes papéis não são universais ou “naturais”, são aprendidos e adquiridos. Variam de sociedade para sociedade e podem mudar ao longo do tempo. Mahatma Gandhi alertava também (à mais de meio século atrás): “Como poderemos desenvolver uma nação se as mulheres, que constituem metade da população, permanecem confinadas dentro de quarto paredes?”.

⁹³ A parte norte do mundo engloba países mais ricos em termos económicos e tem consequentemente ONGs com mais poder económico e financeiro. A maioria das comunidades e países mais pobres (em termos económicos) localizam - se na parte sul do mundo, onde muitos dos projectos de desenvolvimento se desenrolam.

simples mecanismos de distribuição/implementação de uma agenda pré – determinada⁹⁴.

- ✓ Muitos processos e decisões nacionais e internacionais afectam as pessoas ao nível local. Este aspecto é um dos que justifica a filosofia do desenvolvimento a partir de baixo e uma das causas do subdesenvolvimento. Por exemplo: é muito difícil para uma pequena cooperativa em África mudar as regras que governam as trocas internacionais, especialmente quando a Organização Mundial de Comércio (OMC) é dominada pelos países mais desenvolvidos economicamente⁹⁵. Logo, permanece o desafio de reduzir a exclusão, a dependência, a vulnerabilidade das comunidades face ao exterior e a processos que não controlam. Neste contexto também é importante referir o papel das empresas multinacionais (com rendimentos superiores a muitos países), que muitas vezes sem o consentimento das comunidades locais aproveitam -se e exploram as mesmas em relações de troca injustas e desiguais⁹⁶.
- ✓ A ênfase na sociedade civil de base (*grassroots*) pode deixar estruturas importantes de fora e pode não realizar o suficiente no sentido de reforçar os Estados e fazer com que os mesmos sejam mais eficazes, responsáveis e realmente representativos dos seus cidadãos⁹⁷. No entanto, quando as organizações e as comunidades sentirem o valor e os efeitos do desenvolvimento

⁹⁴ Mohan, Giles em Desai, V. e Potter, R., 2002.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Diversos exemplos podem ser dados, comunidades que vêem os seus recursos naturais e consequentemente o seu modo de vida arruinado pela poluição de uma dada empresa multinacional, a questão da bio pirataria e da apropriação ilícita do conhecimento tradicional (Consultar Roque, Ana 2007).

No fundo, o que é criticado é que o poder de decisão sobre questões (aspectos estratégicos como a filosofia do processo de desenvolvimento, a afectação e distribuição de recursos, grandes projectos e investimentos...) que afectam de forma fundamental a vida das pessoas não está nas mãos das organizações de base comunitária.

⁹⁷ Mohan, Giles em Desai, V. e Potter, R., 2002.

participativo, o mesmo se espalha como um “vírus benigno”⁹⁸ com muitos efeitos multiplicadores.

Nesta concepção, também a avaliação do desenvolvimento participativo tem de ser específico de cada programa/projecto, cada área e cada comunidade. O significado do conceito, para cada pessoa envolvida, deve ser claro, não havendo definições/formas universais de conduzir o processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento participativo tem trazido benefícios (sendo no essencial um valor em si mesmo) a diversas comunidades mas a direcção dos processos extra – locais permanece um desafio. Este facto reforça a necessidade de ligações/parcerias/redes com os agentes⁹⁹ em níveis diferentes da organização/aparelho institucional (local, regional, nacional, internacional)¹⁰⁰.

Uma sinergia Estado – Sociedade Civil é essencial. Neste contexto, a coisa mais útil que uma organização não local pode fazer é elevar a consciência, fazendo campanha no sentido de reformar as instituições de carácter mais global¹⁰¹, permitindo, facilitando a construção e a decisão a partir de baixo.

Devemos ter a consciência que os problemas locais e globais estão muitas vezes interligados. O mundo, começando no nível de base passando pelos outros níveis de organização/governança que progressivamente possam ser delineados, é apenas um sistema todo interligado.

⁹⁸ Chambers, (1997), (citado por Giles Mohan) em Desai, V. e Potter, R., 2002: 53.

⁹⁹ *Stakeholders*.

¹⁰⁰ Amaro, 2006 fala do termo – *glocal* – integrando o local nos outros níveis de governação num contexto de globalização. Por definição o termo “glocal” refere –se ao indivíduo, grupo, organização e comunidade que “*pensa globalmente agindo localmente*”. O ser humano tem capacidade de construir pontes (locais e globais) e ajudar a ultrapassar um pensamento limitado e fechado a novas ideias, conceitos e aprendizagens.

¹⁰¹ Mohan, Giles em Desai, V. e Potter, R., 2002.

2.1.5 – Desenvolvimento de Base Comunitária (Participação Comunitária)¹⁰²

Este último aspecto, mais específico do conceito de desenvolvimento apresentado, é indispensável ao processo.

Definição de Participação Comunitária

A Participação é definida num relatório das Nações Unidas¹⁰³ como: “partilha, pelas pessoas, dos benefícios do desenvolvimento, contribuição activa das pessoas no desenvolvimento e envolvimento no processo de tomada de decisão em todos os níveis da sociedade.”

Três conceitos chave estão aqui em causa: “fazendo parte” (*taking part*), “influência”, “poder”.

Stiefel define participação como: “esforços organizados, para aumentar o controle sobre os recursos e sobre as instituições reguladoras em dadas situações sociais, por parte de grupos e movimentos até ai excluídos desse mesmo controle”¹⁰⁴.

Verdadeira participação, união, solidariedade e *empowerment* são aspectos essenciais, não interessando *quem* (ou que organização) é o principal promotor mais sim *como* o processo é gerido e que valores são promovidos.

As pessoas têm o direito de participar nas decisões que afectam directamente as suas condições de vida. O desenvolvimento social pode ser promovido através do aumento da autonomia e confiança locais (*self – reliance*).

As acções da comunidade, através de meios directos e informais, têm emergido como uma via alternativa através da qual se pode ter acesso à tomada de decisão e aos recursos, melhorando o bem-estar comunitário e individual.

¹⁰² *Community Participation in Development (Community Driven Development)*.

¹⁰³ 1979: 225, em Desai, V. e Potter, R., 2002: 117.

¹⁰⁴ Stiefel (1981: 1-2) citado por Desai, V. e Potter, R., 2002: 117.

As comunidades sabem o que precisam e o que querem alcançar, só uma cooperação de perto entre os implementadores dos projectos de desenvolvimento e a comunidade em causa pode levar à eficácia dos mesmos. Idealmente, as comunidades consideradas por determinado projecto continuarão a traçar o seu caminho de forma sustentável (na direcção por elas pretendida), mesmo depois da retirada do pessoal da agência/organização de desenvolvimento externa, possivelmente envolvida.

As pessoas e o governo podem e devem trabalhar juntos¹⁰⁵, construindo capital político e social. Todavia também existe um risco de cooptação¹⁰⁶, entre as pessoas das organizações comunitárias e as pessoas das organizações governamentais, no sentido de aumentar o controlo/organização política ou social, tornando a liderança comunitária possivelmente mais forte embora mais facilmente manipulável¹⁰⁷.

Organizações Comunitárias e Líderes Comunitários

A mobilização é um elemento chave no processo de *empowerment*. O reforço da natureza colectiva da comunidade pode aumentar o poder negocial das pessoas (mais pobres monetariamente), incluindo o seu contributo no processo de tomada de decisão local.

Nesta perspectiva, uma atenção considerável é dada ao papel das organizações comunitárias (OC) na articulação das necessidades e na mobilização de recursos.

¹⁰⁵ Bons exemplos são as muitas iniciativas de orçamentos participativos, em diversas localidades, por esse mundo fora.

Mais uma vez não devemos exacerbar divisões e formalismos, as pessoas com responsabilidades públicas e de governação devem estar muito próximas das comunidades que servem e representam. Ganha –se assim legitimidade, aceitação, inter conhecimento e enriquece –se a democracia.

¹⁰⁶ *Co-opting*: cooptar, cooptação = membros de um grupo entendem-se entre si para integrar mais uma pessoa do seu nível no grupo, chamar alguém para fazer parte.

¹⁰⁷ Desai, V. e Potter, R., 2002. Neste contexto, devemos realçar novamente que independentemente de quem conduz o processo, o mesmo deve ser conduzido tendo por base os direitos humanos, os princípios simples e básicos defendidos neste trabalho. Aliás, as organizações comunitárias e as organizações governamentais poderiam fazer parte de uma só estrutura/organização, construída a partir de base mas que progressivamente chegasse ao nível internacional e mundial formando uma espécie de governo mundial (à semelhança das Nações Unidas, mas com outra legitimidade e organização). Consultar Osho (diversos anos). Estas ambições podem ser consideradas utópicas e irrealistas mas como dizia Mahatma Gandhi, mesmo que as nossas tentativas de elevar a nossa própria consciência e a dos outros seres humanos falhem, isso não põe em causa a validade dos valores e dos princípios básicos defendidos, das verdades e da sabedoria eternas ☺.

Muitas organizações de base comunitária tentam responder a certas necessidades comunitárias. Normalmente há uma confluência de muitas forças – locais, étnicas, regionais e mesmo religiosas – no funcionamento das organizações comunitárias. Forças políticas externas podem entrar e corromper o processo, na medida em que defendem direitos particulares, ganham algumas concessões e fidelizam politicamente alguns indivíduos.

Neste contexto, falamos de partidos políticos que entram num jogo e numa competição política desvirtuada, esquecendo -se que existem para zelar pelo bem-estar colectivo e não pelo bem estar do próprio partido¹⁰⁸.

A existência de determinada organização comunitária não garante a representação da comunidade inteira. Os homens, por exemplo, tendem a ser excessivamente representados, embora também haja grupos compostos exclusivamente por mulheres¹⁰⁹. As famílias, as comunidades e no sentido mais lato as sociedades tendem a estabelecer divisões/grupos com base nesta ou naquela identidade/característica/afinidade que é sobrevalorizada. Por exemplo, divisão com base no género, etnia, idade, gostos e atitudes pessoais, religião, casta, cor da pele, etc. O perigo reside no facto destas divisões/diferenças tomarem proporções exageradas, potenciando conflitos e dificultando o respeito individual e colectivo por uma valiosa diversidade. Os seres humanos têm muitos aspectos em comum que os unem, mais do que as diferenças que os possam separar¹¹⁰.

¹⁰⁸ Mais uma vez não são os partidos que têm culpa, até porque nem são entidades palpáveis e reais como as pessoas. As individualidades são responsáveis pelos comportamentos das organizações. De qualquer das formas dada a descrença generalizada dos cidadãos e cidadãs perante os partidos políticos, talvez seria interessante avançar com algumas ideias originais como, por exemplo, terminar com os partidos políticos e por o foco nas ideias dos indivíduos e eliminar estereótipos e/ou preconceitos ideológicos esbatendo a divisão entre “esquerda” e “direita”. Ver, por exemplo, Osho (diversos anos).

¹⁰⁹ Desai, V. e Potter, R., 2002.

¹¹⁰ Sen, Amartya 2006.

Basicamente somos todos seres humanos com necessidades e aspirações semelhantes, embora muitas vezes, por exemplo, por termos crenças religiosas diferentes perdemos a consciência do que nos une para além dessa diferença.

A fonte de poder dos líderes dentro da comunidade provém, normalmente, dos seguintes factores interligados: carisma, popularidade, amigos influentes fora da comunidade, ligação a um partido político, capacidade pessoal, psicológica, económica, social e/ou política.

Também, as pessoas que estão num nível mais elevado na hierarquia social e económica possuem mais recursos e, logo, tiram mais vantagem das oportunidades do que as pessoas que se situam mais em baixo na hierarquia socioeconómica.

Apesar dos factores enunciados, os indivíduos que podem normalmente ser mais activos nas organizações comunitárias são os mais “ricos” (em termos materiais) da comunidade: homens de negócios, comerciantes, donos de lojas e proprietários de terra. Consequentemente, os líderes comunitários não são necessariamente representantes da população mas sim de interesses de grupos particulares¹¹¹. É preciso que os líderes representem verdadeiramente a população local, que a comunidade se sinta bem representada (neste contexto a proximidade e o contacto interpessoal são fundamentais).

Os padrões, tipos e formas de liderança tendem a variar consoante o tempo, o espaço e o ser considerado, sendo que necessidades extremas ou períodos excepcionais de crise tendem a fazer emergir as pessoas com uma predisposição especial para liderar¹¹².

Os teóricos da participação comunitária são normalmente opositores à ideia de que o Estado pode contribuir eficazmente para a promoção da participação comunitária. As respostas do Estado à participação comunitária têm sido, muitas vezes, prejudiciais e pobremente formuladas. Um número de observadores tem argumentado que a

Podemos gostar da mesma comida, do mesmo clube desportivo, ter nascido na mesma cidade, ter valores e princípios de vida semelhantes mas devido a uma simples diferença o conflito pode surgir ao nos identificarmos demasiado com a mesma.

Já que muitos dos conflitos surgem devido a diferenças religiosas deve ser referido que o importante não é esta ou aquela religião mas sim manter uma valiosa e consciente *religiosidade*, com base nos fundamentais valores e direitos humanos. Consultar, por exemplo, Osho (diversos anos).

¹¹¹ Desai, V. e Potter, R., 2002.

¹¹² Idem.

participação comunitária no processo de desenvolvimento resulta muitas vezes num esforço concertado por parte do Estado para subverter e manipular a comunidade local (fazendo concessões, disponibilizando serviços, cooptando¹¹³ e mesmo usando a repressão)¹¹⁴.

Mais uma vez, visto não haver verdades absolutas, o Estado pode e deve ter um papel diferente, interessa saber como são feitas/organizadas as acções em concreto e não ter à partida preconceitos sobre determinadas instituições/organizações (embora haja um histórico a considerar, pois a comunidade não esquece facilmente).

Tem que ser reconhecido que, para o Estado/Governo (nos seus diferentes níveis) poder ser um real facilitador, apoiante, interprete e um crítico construtivo no contexto de uma genuína participação comunitária será preciso, normalmente, que ocorram substanciais mudanças estruturais na sua administração, organização, burocracia e estilo operacional. O Estado não tem, muitas vezes, capital humano com a formação adequada (por exemplo, trabalhadores sociais e organizadores comunitários) e as suas abordagens de trabalho são baseadas em técnicas convencionais que envolvem pouca ou nenhuma participação comunitária.

Normalmente, espera-se que os mais pobres¹¹⁵ (em termos de capacidade pessoal, económica, social e política) participem activamente na implementação e manutenção dos projectos, mas são muitas vezes deixados de fora da etapa de planeamento/desenho dos mesmos¹¹⁶ – obviamente é esta a fase mais crítica se queremos que os programas vão de encontro às necessidades reais, reconhecidas pela comunidade.

¹¹³ *Co-opting*: cooptar, cooptação = membros de um grupo entendem-se entre si para integrar mais uma pessoa do seu nível no grupo, chamar alguém para fazer parte.

¹¹⁴ Gilbert e Ward (1984:239), citados em Desai, V. e Potter, R., 2002: 119.

¹¹⁵ Na literatura recente há uma grande discussão acerca do conceito de pobreza. Ver, por favor, nota de rodapé número seis.

¹¹⁶ Consultar, por exemplo, Chambers 1983.

Desta forma a organização pública (nos seus diversos níveis) terá de se reestruturar, no sentido de criar uma administração mais responsável, dinâmica, com capacidade de resposta, menos burocrática, orientada para o serviço público e que envolva mais directamente os beneficiários no controle organizacional¹¹⁷.

O facto de as organizações comunitárias serem a organização social logo acima da família significa que, inevitavelmente funcionam como um íman para os partidos políticos supra – locais que procuram ganhar vantagem trabalhando através delas¹¹⁸.

Desta forma, será que as comunidades serão capazes de potenciar as suas hipóteses de assegurarem auxílio externo ou servirão simplesmente para garantir/servir interesses externos?

Há dois mecanismos importantes usados pelos governos para ganhar o apoio das organizações comunitárias e dos seus líderes: A já referida cooptação (*co-opting*) joga um papel chave na manutenção de uma pequena elite no poder. E o clientelismo, espera – se que os “clientes” os escolhidos ofereçam em troca uma consistente lealdade política.

A cooptação pode ocorrer quando os líderes comunitários acreditam, muitas vezes erradamente, que a filiação formal irá aprofundar os interesses daqueles que eles representam, disponibilizando um melhor acesso às agências distribuidoras de recursos. Os partidos políticos e os departamentos governamentais podem estar ansiosos para cooptar os líderes, como forma de estender a sua influência sobre a localidade/comunidade em causa. A comunidade pode perder a sua autonomia, tornando-se objecto dos interesses dos partidos e/ou do governo.

¹¹⁷ Desai, V. e Potter, R., 2002.

¹¹⁸ Nelson, (1979: 292), citado em Desai, V. e Potter, R., 2002:119.

No clientelismo, o relacionamento patrão/cliente é uma ligação duradoura baseada em trocas pessoais de recursos (combinadas informalmente) entre actores de estatuto e poder desigual.

No caso das comunidades pobres, o líder (ou “*broker*”) mantém uma relação pessoal com os políticos ou administradores que controlam recursos limitados de que a comunidade ou membros da mesma necessitam.

Esta é a principal forma de ligação entre aspirantes a políticos, representantes governamentais e as comunidades pobres. O líder só beneficia desta relação se for capaz de assegurar a fidelidade dos seus dependentes e de mobilizar a lealdade em nome dos seus superiores. Os clientes beneficiam enquanto tiverem o acesso a pessoas influentes que podem interceder em seu nome, aumentando as hipóteses de um resultado bem sucedido para as suas decisões.

Todos os sistemas políticos tendem a depender da cooptação e do clientelismo, pelo menos até um certo grau. A ironia é que a “participação por representação” (democracia representativa) possui normalmente uma contradição intrínseca, porque os representados percebem os seus representantes como distintos e distantes deles¹¹⁹.

O desafio é cimentar uma real democracia participativa (base fundamental do processo de participação comunitária) para que com o tempo se possa realmente falar numa democracia representativa, não distante dos representados. No fundo todos os agentes estão interligados por um só interesse público, que deverá no essencial ser promovido.

As organizações comunitárias existentes podem ser guiadas a exercer pressão sobre o governo no sentido de fomentar um processo de tomada de decisão conjunta. Podem também fornecer efectivas oportunidades para a implementação dos ideais da participação comunitária e promover formas de participação autênticas¹²⁰.

¹¹⁹ Desai, V. e Potter, R., 2002: 119-120.

¹²⁰ Consultar, por exemplo, BAIF (2005).

Algumas Notas Conclusivas

O conceito da participação comunitária é popular e intuitivamente bem recebido pelas pessoas¹²¹, mas levanta desafios fundamentais.

Muitos governos aparentam ter uma visão limitada da participação. Há uma falta de vontade política para implementar a participação devido às suas implicações na distribuição do poder e dos recursos. Iniciativas populares para o fomento da participação são muitas vezes adulteradas (através da cooptação e do clientelismo) e no fim servem os interesses de grupos de alto rendimento mercantil/monetário, em vez dos interesses dos pobres.

Um “problema” básico é que muitos idealistas da participação comunitária querem política sem política¹²². O que se pretende é uma política diferente do “normal”, onde a transparência, a pureza, a integridade e a verdade ao nível das intenções e acções impere.

Todas as organizações, a partir de uma certa dimensão, envolvem: um grau de delegação de poderes nos líderes – mesmo se os líderes são democraticamente eleitos; e uma representação indirecta de interesses; A organização terá interesses diferentes e mesmo contrários aos dos seus membros ou de alguns dos seus membros.

A participação é muitas vezes tratada como se pudesse ser implementada num vazio, com todos os seus actores concordando com os seus significados e objectivos. Qualquer discussão acerca da participação é uma discussão política e de exercício do poder.

Posso também referir, novamente, a título de exemplo as iniciativas relacionadas com a promoção de orçamentos participativos.

¹²¹ Como diz o professor Boaventura de Sousa Santos, um dos aspectos atractivos da democracia participativa é que as pessoas não aprovam os decisores, elas são os decisores. Mas também tem de ser compreendido pelos políticos que quanto mais poder se dá mais poder se recebe, cresce a legitimidade, a proximidade e aceitação das pessoas.

¹²² Novamente, a “política” não culpa mas sim as pessoas envolvidas na política, na organização e administração do processo.

A participação comunitária tem sido tratada como um assunto técnico ou como uma componente de um projecto social. É muitas vezes esquecido que a participação comunitária, representando o controlo pelos cidadãos ou o “poder do povo” envolve, na maior parte dos casos, mudanças sociais e políticas muito difíceis e significativas.

Programas que fomentam a participação (correctamente promovidos e com o devido acompanhamento) têm trazido benefícios tangíveis a pessoas em muitas partes do mundo, mas naturalmente também têm experimentado muitas dificuldades.

A dose necessária de idealismo tem de ser acompanhada de um conhecimento forte da realidade em causa. Há limites que devem ser reconhecidos e acomodados, o ritmo do processo também variará no tempo e no espaço considerado.

Os governos podem também ser bons facilitadores, com novas capacidades de gestão e ferramentas de planeamento mais flexíveis¹²³.

Um processo que culmine com uma comunidade mais capacitada, mais informada e participativa terá de ultrapassar o desafio último da elevação da consciência humana.

¹²³ Desai, V. e Potter, R., 2002.

2.2¹²⁴ – Organizações de Base Comunitária

2.2.1 – O Micro Crédito (Para grupos)

Os mercados financeiros das áreas rurais¹²⁵ nos países menos desenvolvidos (em termos económicos) enfrentam três grandes problemas: Selecção adversa¹²⁶, risco moral¹²⁷ e o estabelecimento de contratos (*enforcement*). Dentro do paradigma da informação imperfeita os bancos formais discriminam (excluem do acesso ao crédito) os aforradores mais pequenos, mais pobres, por causa do alto custo de aquisição de informação, de acompanhamento e da sua fraca capacidade de assumirem e cumprirem um contrato (*enforcement capacity*)¹²⁸. Também, dada a necessidade de apresentação de garantias os mais pobres são excluídos de um direito (acesso ao crédito) que, como Muhammad Yunus defende, deve ser um universal e fundamental direito humano e não um direito apenas dos mais ricos (em termos de poder económico).

O micro crédito é uma forma de responder a estes problemas, trata – se de pequenos empréstimos atribuídos a pessoas com baixos/nulos rendimentos mercantis. Crédito significa *confiança* e é isso mesmo que é depositado nos beneficiários do micro crédito.

¹²⁴ Os pontos 2.2 e 3 têm na sua base um anterior trabalho de investigação: Parreira, José (2004), *Micro Credit in India: The Self Help Groups. Can the SHGs promote the concept of Empowerment?* Trabalho realizado no âmbito do mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do ISEG (www.iseg.utl.pt) para a disciplina de Sistemas Financeiros e o Financiamento do Desenvolvimento. Cf, essencialmente, Braga, Márcio Bobik; Toneto, Rubinei (2000); Chakrabarti, Rajesh (2003); Dash, A., (2003); Fernandez, Aloysius (1994); Fisher, Thomas and Sriram, M. S. (2002); Kabeer, N., (2003); Kalpana, K. (2003); Kanaskar, Mukesh (2000); Mahmud, S., (2003); Myrada (2002); Nair, Ajay (2001); Noponeh, H., (2003); Rutherford, Stuart (1999); Satish, P. (2001); Seibel, Hans Dieter (2001); Tankha, A., (2002); Verhelle, C., Berlage, L., (2003).

¹²⁵ Neste contexto, uma zona rural é caracterizada por uma menor densidade populacional e por uma população essencialmente dedicada a actividades do sector primário. De realçar que nesta questão do crédito, os mesmos problemas se encontram em zonas urbanas.

¹²⁶ Selecção adversa ou informação escondida refere-se à inabilidade do prestador de distinguir um bom utilizador do empréstimo de um mau, a um custo razoável.

¹²⁷ Risco moral ou acção escondida (*hidden agenda*) refere-se à impossibilidade do prestador de assegurar se uma má colheita e consequente atraso no pagamento do empréstimo, se deve ao mau tempo ou ao pouco esforço e/ou incapacidade/má fé do tomador do empréstimo, sem ter de acarretar altos custos de monitorização e acompanhamento.

¹²⁸ É preciso lembrar que normalmente as pessoas mais pobres economicamente são muitas vezes analfabetas, o que as impossibilita de ler e perceber um contrato de concessão de crédito. Esta situação exige um acompanhamento especial para não se perder a oportunidade de ajudar pessoas com conhecimentos, capacidades e projectos interessantes e viáveis.

Sem burocracias asfixiantes, pretende-se que os mais pobres possam adquirir o capital que lhes tem sido negado ao longo de gerações, podendo viver de forma independente com o valor mercantil criado pelo seu próprio trabalho e com base nas suas próprias capacidades¹²⁹. O micro crédito é um instrumento, uma ferramenta muito importante, catalizador e complementar de um dado processo de desenvolvimento comunitário.

É uma solução prática e eficaz para alcançar as pessoas mais pobres¹³⁰, fornecendo-lhes o necessário apoio para o desenvolvimento das suas próprias actividades geradoras de rendimento, tornando o processo sustentável.

A necessidade de promover grupos e outros mecanismos sociais para o efectivo fornecimento de micro serviços financeiros tem sido há muito reconhecida. Estes grupos apoiam-se na confiança, em capital humano e social. Como o seu trabalho é desenvolvido a um nível realmente local, podem assegurar os custos de transacção (como as acções de selecção, de monitoramento e de pressão).

A promoção destes grupos, formados orgânicamente/espontaneamente/voluntariamente, acontece com algum investimento inicial e a necessária intermediação social, preparando grupos ou indivíduos marginalizados para entrar em sólidas relações negociais com organizações de micro finança.

Desta forma os mais pobres podem deter, controlar e gerir actividades concretas (escolhidas por eles/elas) nas quais têm um interesse directo. Ainda assim são cruciais, actividades de acompanhamento e o desenvolvimento de capacidades e saberes, no sentido de efectivamente mobilizar e preparar os actores envolvidos.

¹²⁹ Yunus, Muhammad (2007).

¹³⁰ Possibilitar aos mais pobres pôr o pé na escada do desenvolvimento (Sachs, 2006).

Uma ideia que é fundamental nesta abordagem centrada nas pessoas e na suas organizações é que múltiplos grupos pequenos, interligados e construídos a partir de baixo, providenciam mais qualidade, eficácia e resultados (com menos burocracia) que grandes unidades centralizadas.

2.2.2 – The Self – Help Groups (SHGs) – Os Grupos de Auto Ajuda

Conceito de Self – Help (Auto Ajuda):

Qualquer acção voluntária levada a cabo por um indivíduo ou por um grupo de pessoas, que tem como objectivo a satisfação de necessidades e aspirações individuais ou colectivas.

Há uma contribuição significativa dos recursos do próprio indivíduo ou do próprio grupo. Estes grupos podem/devem ser orgânicamente formados¹³¹, ligados por algum tipo de característica/identidade cultural e/ou social.

Um Grupo de Auto Ajuda (SHG) pode ser definido (ainda que de forma limitada) como um grupo pequeno, economicamente homogéneo e coeso de pessoas pobres, que se juntam de forma voluntária e com os seguintes objectivos:

- ✓ Poupança regular de pequenos montantes;
- ✓ Contribuir colectivamente para um fundo comum;
- ✓ Ir de encontro, de forma colectiva, às necessidades de emergência do grupo e dos seus membros;
- ✓ Tomar decisões de forma colectiva;
- ✓ Resolver conflitos através de uma liderança colectiva;

¹³¹ Apela –se à criação de um grupo com um unidade orgânica, construído natural e espontaneamente devido a uma forte vontade de acção e resolução de problemas comunitários. Uma construção “natural” indica que não há pressões, nem imposições externas e apressadas com vista à formação de um grupo que poderá facilmente se desintegrar caso o incentivo externo desapareça. Não devemos, devido a programas e incentivos estatais ou internacionais e imposições estatísticas, formar grupos apressadamente sem ter em conta os ritmos e necessidades específicas das comunidades em causa. O/a possível agente/organização externa apenas facilita, promove e apoia a interacção e reunião das pessoas, canalizando e organizando forças, motivações e vontades.

- ✓ Fornecer, aos membros do grupo, empréstimos livres de garantias nos termos e condições definidas pelo grupo.

O SHG pode oferecer baixos preços, investimentos e riscos mais pequenos, serviços mais rápidos e períodos de pagamento mais longos.

Na Índia, há pelo menos diversas centenas de milhares destes grupos. O “modelo” dos SHGs, que surgiu nos anos 70, dá muita margem para os membros participarem nos processos de decisão, com a independência/autonomia como o objectivo, os SHGs têm muito potencial para promover o *empowerment* não económico.

O grupo de até 20 membros (individuais e/ou famílias), normalmente mulheres, é formado com o apoio de um agente catalizador externo (tipicamente uma organização não governamental - ONG, mas também pode ser uma organização de micro finança - MFO, ou mesmo um banco, ou uma agência governamental), mas o ciclo da micro finança começa com as poupanças e os créditos mútuos.

Depois de alguns ciclos de funcionamento do SHG (alguns meses) uma agência externa poderá aparecer no processo fornecendo capital adicional. O grupo abre uma conta de poupança com uma organização de micro finança (MFO) ou um banco para fundos que não são necessários ou com o objectivo de se qualificar para um empréstimo (normalmente com uma taxa de juro de 12% ao ano). Algumas vezes a organização não governamental (ONG) pode também servir como um intermediário financeiro, porque aspira a ser uma organização de micro finança ou porque desta forma possibilita que os grupos possam aceder a financiamento (muitos bancos recusam emprestar aos SHGs directamente). Contudo, a margem financeira que a ONG ganha é apenas suficiente para cobrir uma pequena parte dos custos de transacção.

Mas a situação geral é que os bancos estão a avançar, dado que se vão apercebendo das oportunidades de negócio associadas ao micro crédito¹³².

A percentagem de reembolso dos empréstimos no tempo determinado, pelos SHGs, é de cerca de 95%. Este sucesso relaciona-se também com os seguintes aspectos: ser um empréstimo a um grupo com um bom conhecimento mútuo, haver um monitoramento e uma responsabilidade colectiva. Logo, os bancos ficam normalmente satisfeitos, mesmo que o *spread* seja menor do que o obtido com outros empréstimos mais convencionais.

O montante de crédito disponível para os SHGs, normalmente, começa de acordo com uma paridade relativamente às poupanças do grupo e pode aumentar até oito vezes o nível das mesmas. O sucesso destes grupos pode ser também ligado à urgente necessidade dos participantes e ao facto de os membros serem donos do grupo.

Na Índia, o Banco Nacional para a Agricultura e Desenvolvimento Rural (NABARD) tem um vasto papel na assistência aos bancos e ONGs, também com o recurso a empréstimos subsidiados. Em Março de 2002, o empréstimo médio por grupo era de 22240 rupias (cerca de 325 euros actualmente, cerca de 445 euros em 2003), enquanto que o empréstimo médio por membro era de 1308 rupias (cerca 19 euros actualmente, cerca de 26 euros em 2003).

¹³² Mesmo e especialmente num contexto de “crise económica global” as actividades de micro finança expandem -se e prosperam, pois dizem respeito a pessoas que já estavam, estão ou ficaram excluídas do processo de enriquecimento económico global.

Cyrille Arnould do GEEREF – Fundo para a Eficiência Energética Global e as Energias Renováveis – confirma esta ideia, afirmando que as organizações de micro finança estão em activo e saudável funcionamento nos países menos desenvolvidos economicamente enquanto as grandes instituições bancárias dos EUA e da Europa estão em crise.

2.2.2.1 – A “Arte” de promover SHGs de Sucesso

No sentido de atingir os seus objectivos e explorar grande parte do seu potencial, primeiro de tudo, os SHGs têm de ser bem promovidos. De seguida apresentam-se algumas considerações gerais e mais práticas sobre a formação destes grupos, independentemente de quem é o promotor.

a) *Considerações Gerais sobre a Formação dos Grupos*¹³³

- ✓ *Regras Básicas:* Envolver sempre (combinar conhecimento¹³⁴), treinar, desenvolver a confiança mútua e perguntar às pessoas o que desejam/precisam; Criar um ambiente saudável, com o mínimo de pressões e um ritmo apropriado ao contexto; Trabalhar e desenvolver estratégias ao nível do terreno deixando as pessoas decidir e também aprender com os seus erros;
- ✓ Promover um *entendimento* claro, simples, amigável, sistemático e verdadeiro - na base de um fácil e transparente acesso à toda a *informação* disponível - por parte de todos os participantes (famílias, mulheres, homens, organização promotora e todos os restantes intervenientes¹³⁵ na área) de todos os aspectos e dimensões do processo e do ambiente interno e externo;
- ✓ Elevar a *consciência* dos intervenientes desde o início, mostrando e explicando claramente todos os benefícios da formação dos grupos e dos processos associados. Promovendo a responsabilidade (*accountability*), integridade, solidariedade, uma formação com qualidade e adaptada ao local. Tentar que as pessoas envolvidas fiquem mais cientes de necessidades e realidades mais globais, para que possam agir localmente mas com as suas mentes abertas

¹³³ Cf, BAIF (1998); Chambers (1983); Chandrakant Upadhyay (1994); Gandhi (1983); Howard, Connie (2000); Yunus, (2007).

¹³⁴ As pessoas externas (catalizadores de um processo com impactos dúbios e incertos) à comunidade devem abordar o terreno com uma mentalidade essencialmente de estudo e humildade, é lhes dada uma oportunidade de terem uma grande experiência de vida (muito enriquecedora), no contacto com comunidades locais que têm muito para ensinar e partilhar.

¹³⁵ *Stakeholders*.

(interacções com estrangeiros, viagens, visitas de estudo, exposição de filmes e debates podem ter um rápido e eficaz impacto);

- ✓ Deverá ser claro, desde o início, que o apoio do promotor não será eterno, assim o grupo deve pensar, desde logo, na independência e autonomia (a auto confiança¹³⁶ tem poderosos efeitos multiplicadores e replicáveis);
- ✓ O grupo deve pertencer às pessoas e ser formado da forma mais espontânea possível, idealmente as próprias pessoas interessadas falam entre si e decidem formar um grupo (recorrendo normalmente ao apoio e supervisão inicial por parte do/a agente/organização promotor/a). As pessoas devem escolher e aceitar cada uma das regras e regulamentos estabelecidos acerca das funções e actividades deste grupo formado de forma voluntária. Elas devem ter a liberdade, responsabilidade e a flexibilidade para adaptar o funcionamento do grupo às suas necessidades e desejos;
- ✓ Um grupo mais próximo e homogéneo (em termos de condição económica, de religião, cultura, identidades, valores e ideais) tende a ter uma mais alta taxa de sucesso. Há diversos equilíbrios a gerir e a promover. Não ir contra identidades, culturas e uma valiosa diversidade mas promover sentimentos e direitos, que intrinsecamente/espontaneamente os seres humanos valorizam/acreditam se houver consciência, um debate comum, aberto, alargado, informado e uma reflexão/meditação individual e colectiva;
- ✓ Se houver uma marcada heterogeneidade¹³⁷ (característica esta que pode mais facilmente potenciar conflitos e a exploração dos elementos mais vulneráveis) a formação de grupos pequenos é especialmente importante;

¹³⁶ *Self-reliance*.

¹³⁷ A heterogeneidade realça – se, como Amartya Sen sublinha, quando uma ou outra identidade ganha demasiado relevo e importância no meio de muitas características/identidades de cada ser humano, provocando divisões e potenciais conflitos (Sen, Amartya 2006).

- ✓ Promover e replicar sentimentos de apropriação (*ownership*) e de pertença ao grupo e ao processo a desenvolver, suportados por básicos valores humanos, bons sentimentos e energia positiva. Se estes aspectos qualitativos forem potenciados a confiança é também potenciada e o papel das regras, outros regulamentos e eventuais burocracias torna-se muito menos relevante;
- ✓ Especialmente, três grupos de valores devem ser alimentados e cuidados em todo o processo: *Igualdade, Confiança e Autonomia*. O comportamento humano e os seus valores acabam por contribuir de forma decisiva para os resultados alcançados;
- ✓ O grupo deve ser flexível e evoluir “naturalmente” (com o seu ritmo próprio e específico, adaptado à sua realidade) na sua formação e consolidação. Deve-se privilegiar a proximidade física e psicológica dos membros e a igualdade de género (uma atenção especial deve ser dada à promoção do apoio masculino ao processo e às actividades dos SHGs¹³⁸);
- ✓ O Grupo deve funcionar como uma entidade única, orgânica, de forma democrática, promovendo a activa participação/responsabilidade de cada membro, com o objectivo de alcançar a sustentabilidade. Normalmente um grupo baseado numa grande afinidade e motivação entre os seus membros é muitas vezes sustentável por si mesmo;
- ✓ Explorar a iniciativa humana, o voluntarismo, apoiar os projectos das pessoas, reforçar a tomada de decisões na base (a democracia participativa e a construção a partir de baixo);

Mas não será qualquer característica que nos distinga uma espécie de ilusão? Já que, antes de mais, somos todos seres humanos, únicos mas parte da mesma Existência interligada.

¹³⁸ Normalmente, o contexto em que se desenvolve o processo caracteriza-se por uma forte desigualdade de género e por tradições e aspectos culturais muito prejudiciais ao *empowerment* da mulher, logo, este aspecto requer especial atenção. A maior parte dos SHGs do projecto estudado (ponto 4) são compostos exclusivamente por mulheres e o seu grau de sucesso está também muito ligado ao apoio dos maridos e da restante família. Muitas vezes o apoio do marido estava ligado à recepção do primeiro empréstimo.

- ✓ O processo deve evoluir de forma constante mas imaginativa, coerente mas adaptável (dando tempo ao tempo) a um ambiente dinâmico e em constante mutação. O processo deve – se adaptar de forma pro-activa/dinâmica às mudanças no ambiente envolvente;
- ✓ Cada membro do grupo deve desenvolver progressivamente a capacidade de tirar partido do potencial do mesmo, sendo uma parte activa do processo. O próprio processo acaba por ser intrinsecamente, essencialmente e abrangentemente capacitante, como ficará mais claro no ponto 3. A rotação dos principais representantes do grupo pode ser um facto que contribua para o *empowerment* mas, também não resultará se nem todos os membros forem desenvolvendo as suas capacidades (senão uns acabam por sobrepor as suas vontades e interesses aos outros);
- ✓ A economia, a poupança deve ser promovida assim como a advocacia, a defesa dos interesses do grupo e da comunidade, a organização colectiva e os grupos de pressão. Uma maior capacidade de influência, de poder e de diplomacia deve ser alimentada, o acesso à informação/conhecimento deve ser alargado e transparente (recorrer aos meios de comunicação de massas e a novas tecnologias);
- ✓ Os facilitadores no terreno¹³⁹ (devidamente preparados) devem conduzir e avaliar o processo (idealmente devem estar presentes desde o início do mesmo) com base no contexto específico e na sua percepção. Vendo para lá dos números e das estatísticas e em consenso com os participantes (que saberão o que será

¹³⁹ Idealmente devem acompanhar o processo desde o seu início, se possível os promotores/facilitadores devem mesmo ser naturais da comunidade (embora trabalhadores externos possam ser mais facilmente imparciais e terem o devido e necessário desprendimento também no momento do “abandono” da comunidade), estabelecendo uma indiscutível relação de proximidade, afecto e confiança com os grupos e com a comunidade.

necessário a cada momento). Decidindo se/como e quando devem deixar o processo fluir sem a sua intervenção;

- ✓ A avaliação deve ser quantitativa mas essencialmente qualitativa, alargada e participativa. Deve -se também ter em conta o contexto específico, as formas e critérios de avaliação podem/devem diferir de comunidade para comunidade, de momento para momento.

b) Aspectos mais práticos e específicos relacionados com a formação dos SHGs

O desenvolvimento/criação de um Grupo de Auto Ajuda (SHG) pode ser largamente descrita em *cinco etapas*.

A Primeira Fase é a Pré-Formação – identificação de grupos alvo e actividades iniciais de reconhecimento e de aproximação¹⁴⁰ da comunidade em causa.

Identificação de grupos alvo:

A identificação de um alvo em particular (comunidade, aldeia, bairro, etc.) deve ser baseada em certas normas, tendo em conta os objectivos gerais do promotor do processo na região/área. Um estudo/pesquisa pré – identificativo/a deve ser feito/a, onde são recolhidas estatísticas e outros dados e informações consideradas relevantes (dados demográficos, sócio económicos, culturais, históricos, etc.). Será também necessário conduzir uma *PRA – Participatory Rural Appraisal* – na área para fomentar uma aproximação com as pessoas da comunidade, da aldeia, identificando os principais problemas e possíveis soluções.

¹⁴⁰ *Entry Point Activities* – envolvem essencialmente a criação de uma ligação de confiança, conhecimento e aceitação na comunidade em causa. Cf, Howard, Connie (2000) e as palavras de Manibhai Desai, em como “indirectamente” e de uma forma informal (como se tratasse de uma conversa entre amigos) se deixa transparecer a real vontade e os reais desejos das pessoas. Pode aqui fazer – se uma ligação com o conceito de ajuda indirecta de Ellerman, David P. (2006). De realçar que esta fase, em especial, pode ser bastante longa e desencorajante. No caso particular que estudei no terreno levou mais de um ano para que as comunidades (fartas de serem exploradas, enganadas e sofrerem desilusões) realmente voltassem a confiar em actores externos. A BAIF, nesta fase, realizou algumas pequenas obras/projectos que fossem de encontro às necessidades das comunidades e lhes mostrasse que a organização estava ali para genuinamente apoiar e ajudar.

Identificação dos Membros:

Depois da identificação da aldeia, da comunidade em causa, o primeiro grupo de membros deve ser cuidadosamente identificado, pois os resultados positivos e/ou negativos alcançados por este primeiro grupo pode determinar o futuro do processo.

A Segunda Fase é a efectiva Formação do grupo – introduzir os conceitos de poupança e de crédito, estabelecer o papel de cada membro e dos seus representantes.

Depois dos membros serem identificados, devem receber uma formação pormenorizada sobre todos os elementos básicos que governam o funcionamento dos grupos, especialmente sobre a necessária disciplina de grupo, a regularidade de assistência/presença, as poupanças e o reembolso de possíveis empréstimos.

A Terceira Fase é a Mobilização e Estabilização – desenvolvimento de diversas capacidades, como a tomada de decisão de forma democrática, a facilitação dos processos e do funcionamento do grupo, resolução de conflitos, promoção de novos grupos, etc.

Este é um processo de evolução para o grupo e deve demorar cerca de 4 a 6 meses, envolvendo diversas visitas da instituição promotora.

Durante esta fase, os seguintes temas devem ser tidos em conta pelo promotor:

- ✓ *Regulamentos e regras:* O grupo precisará de orientação acerca destas formalidades, o conjunto de regulamentos e regras deve ser desenvolvido em consenso com o grupo, se necessário, com a assistência de outra instituição/associação;
- ✓ *Diários e Cadernos de Registos:* Cada grupo tem de ter um certo conjunto de registos. Estes registos devem transmitir uma ideia ampla e transparente das actividades do grupo (poupança e crédito, reuniões, resoluções, discussões, etc.). Mas, um grupo de pessoas pobres iletradas ou semi iletradas das zonas rurais,

não deve ser sobrecarregado e incomodado com demasiados e complicados registos e cadernos a manter. A escrita dos livros deve também ser da responsabilidade dos membros do grupo. Os promotores do processo podem ajudar nas etapas iniciais, mas a assistência na manutenção dos registos não deve continuar para sempre. Se não houver nenhuma pessoa letrada no grupo, deve ser encorajado o emprego de alguma pessoa da comunidade em contrapartida de algum tipo de pagamento ou compensação (até que, pelo menos, algum elemento do grupo possa realizar tal tarefa).

O estabelecimento de uma ferramenta de aprendizagem (interna e externa), de planeamento e de orientação, como uma espécie de livro (pode ser um tipo de diário individual) com a descrição (através de letras ou desenhos) das diversas actividades, das novas aprendizagens e até de estados de espírito pode ser uma técnica útil e eficaz;

- ✓ *Treino/Formação:* Aspecto muito importante na criação e fortalecimento dos SHGs, que deve ser proporcionado aos membros dos grupos em diferentes pontos no tempo. Ao nível do terreno, todos os membros devem ser expostos a treino em relação à formação e funcionamento dos grupos. A necessidade da formação dos grupos e a importância da dinâmica do grupo são assuntos a ser discutidos de uma forma simples de compreender e na língua/dialecto local. Os principais representantes do grupo – presidente, secretário, etc. – devem ser expostos a programas de formação sobre liderança. Todas as capacidades desenvolvidas devem ser também relevantes para o ambiente local específico¹⁴¹ onde o processo decorre, aumentando assim a facilidade de motivação das

¹⁴¹ As actividades e sessões de formação devem ser o mais possível contextualizadas, adaptadas ao contexto local, às actividades da comunidade e às situações do dia à dia. Exemplos reais devem ser dados, apelando à participação das pessoas. As pessoas devem perceber claramente como é que esta ou aquela competência/capacidade lhes pode ser útil no seu contexto diário.

peessoas para as aprenderem e as praticarem. Estas sessões de treino devem ser diversas, dinâmicas, abordando temas transversais (aulas de alfabetização, actividades financeiras do SHG, saúde, nutrição, planeamento familiar, etc.);

- ✓ *Reuniões*: São o centro da actividade de qualquer SHG, a própria evolução dos grupos acontece através das reuniões. Devem ser frequentes, eficazes e envolventes. A designação de lugares/casas de encontro rotacionais pode ser uma medida de salutar, também para aumentar o conhecimento particular sobre as situações e vidas das diferentes pessoas/famílias envolvidas. É necessário que o/os representantes da instituição promotora do processo estejam presentes durante as reuniões, pelo menos durante o primeiro ano da existência do grupo, também para ajudar/guiar/trabalhar/aprender com o grupo no seu processo de evolução;

- ✓ *Interacções com bancos e outras instituições (financeiras e não financeiras)*: Num período inicial os grupos precisarão de algum apoio dos promotores, que deve ser gradualmente reduzido, pois os líderes e membros dos grupos devem ser capazes de tratar dos seus assuntos com os bancos depois de um certo período de tempo.

A Quarta Fase é denominada de Crescimento – estabelecimento de diferentes e alargadas associações e parcerias, avaliação das estratégias existentes e de detalhes operacionais, etc.

Finalmente a quinta fase é a Expansão – possibilidade de criar uma federação de SHGs, que pode também desempenhar um papel de ONG, suportando e expandindo grupos.

Nesta fase o grupo deve ser capaz de ter fortes ligações com diversos actores e instituições da área, no sentido de continuar a reforçar as ligações a estratégias de desenvolvimento mais alargadas e a instituições mais poderosas.

O processo de formação e os próprios SHGs podem variar de forma significativa de área para área (zona urbana e rural), de região para região, com o tempo e o espaço, de acordo com condições sócio – económicas, institucionais e culturais particulares, etc. O grupo não tem que passar necessariamente por todas estas etapas (que têm períodos de tempo variáveis), o grupo pode até funcionar como um simples fundo de poupança ou mesmo ser apenas um fórum de reunião, de discussão/meditação, de aproximação e reforço das ligações entre as pessoas. Normalmente as pessoas valorizam ainda mais o desenvolvimento pessoal, psicológico e social que a interacção interpessoal associada ao SHG proporciona, do que a vertente económica que serve de base para a formação dos grupos¹⁴². O processo proporciona um vasto leque de actividades que têm o potencial de promover efeitos tangíveis e intangíveis no *empowerment* de todos os actores envolvidos.

¹⁴² Nas muitas e valiosas entrevistas que conduzi, as pessoas gostavam de agora “terem dinheiro no bolso” mas essencialmente referiam, com brilho nos olhos, como o SHG fez com que se tornassem pessoas mais confiantes, participativas, integradas e com importância perante a sua comunidade. Ver Parreira, José (2003), “*Thoughts on Development*”, Final Report of the international traineeship in BAIF Development Research Foundation.

3 – As Organizações de Base Comunitária e o Desenvolvimento a Partir de Baixo *(Partindo da experiência dos SHGs)*

O que se pretende com esta fase é descrever de forma clara os diversos tipos/componentes do *empowerment* que um SHG pode potencialmente promover ¹⁴³

3.1 – Empowerment Pessoal e Psicológico – Desenvolvendo o Potencial Humano¹⁴⁴

Influência no Desenvolvimento Pessoal:

- Desenvolvimento da Personalidade/Individualidade – Confiança e Auto Estima;
- Maior possibilidade de acesso a profissões melhor remuneradas monetariamente, mais complexas e mais valorizadas socialmente e/ou acesso a um melhor nível educacional (ou simplesmente a um programa de literacia);
- Habilidade para influenciar/participar nas decisões que influenciam a sua e a vidas de outros nas mais diversas áreas;
- Liberdade para decidir começar uma micro empresa/actividade geradora de rendimento monetário¹⁴⁵, etc.

Neste aspecto, o nível de literacia pode ser crucial assim como o ambiente cultural, as tradições e atitudes da família e da comunidade.

¹⁴³ Estes componentes (geralmente interdependentes e interligados) são potencialmente promovidos ao longo do tempo devido às diversas intervenções/actividades desenvolvidas, à acção colectiva e às parcerias desenvolvidas entre todos os actores, participantes e instituições envolvidas (ONGs, Instituições Governamentais e legais, bancos, etc.).

¹⁴⁴ Ser capaz de passar/sentir/ter Consciência das – *Dimensões Existenciais do Desenvolvimento* – O Ser, o Estar, o Fazer, o Criar, o Saber e o Ter (Amaro, 2006).
Estar Consciente/Alerta /Conhecer/Meditar/Desenvolver uma Consciência acerca dos seus profundos desígnios e vozes interiores, das suas intrínsecas vontades (Osho, 2001).
Saber o que é melhor para si e para a comunidade em causa. Estar Consciente do que mais se valoriza na Vida e ter a Liberdade/Responsabilidade de viver o mais possível de acordo com essa Verdade (Sen, 2003; Gandhi, 1983).

¹⁴⁵ Denomino aqui de rendimento monetário aquele que é obtido quando se vende/troca um bem ou serviço. Ou seja, produzimos um bem/ou serviço que alguém dentro do mercado (conjunto de pessoas da comunidade local e não só que formam determinadas procura e oferta de bens e serviços) está disposto a adquirir em troca de moeda.

Muito do trabalho que ocupa grande parte dos membros femininos dos SHGs é o denominado trabalho de reprodução social (muito importante mas não devidamente remunerado/contabilizado pelo mercado), não remunerado monetariamente e desta forma não lhes permitindo a capacidade/liberdade de ter independência económica e assim poderem satisfazer diversas necessidades.

Melhoria das Capacidades Técnicas e de Gestão dos Membros

- Dinâmicas de grupo para o desenvolvimento de novas capacidades, da consciência, para o disseminar de informação e conhecimento acerca de cada dimensão da vida dos membros do grupo e da comunidade no geral.

Exemplos de novas actividades/capacidades desenvolvidas:

Actividades geradoras de rendimentos monetários (agrícolas e não agrícolas) com o apoio do SHG; Moderação de uma reunião do SHG com sucesso; Resolução de conflitos entre os membros do SHG; Negociações com os bancos; Falar para um grupo de pessoas sobre um determinado assunto; etc.

Os membros dos Grupos de Auto Ajuda provêm geralmente de famílias dedicadas à agricultura e outras actividades do sector primário. Como membros, são muitas vezes introduzidos a habilidades com uma natureza mais técnica, industrial/artesanal e de gestão e com maior valor acrescentado como por exemplo, costura, alfaiate, tecelagem com tear, produção de malas, operações com máquinas, transformações agro industriais, actividades bancárias, etc.

Estas actividades permitem que tenham uma ocupação alternativa da qual podem depender/viver (assim como a respectiva família), especialmente em maus períodos agrícolas (normalmente potenciados por alterações climáticas desfavoráveis...).

Neste contexto, os seguintes factores são também relevantes: a intensidade da instrução; a regularidade com que o membro aplica/pratica as habilidades técnicas adquiridas no programa de formação (aprender – fazendo); a capacidade de presidir/moderar uma reunião do SHG; o grau de envolvimento nas actividades do grupo; o nível de literacia (também para ser capaz de realizar transacções de rotina com os bancos e actividades de contabilidade e gestão de fundos); o volume de trabalho doméstico e/ou agrícola que recai sobre o membro (que também pode ser reduzido devido a novos conhecimentos e

inovações apreendidas), que pode interromper/reduzir a assiduidade aos programas de formação e reuniões do SHG¹⁴⁶; etc.

Aumento das interações com os outros membros do Grupo e da Comunidade:

Na sociedade rural¹⁴⁷, as fontes tradicionais de influência, respeito e prestígio social têm sido a casta, a idade, estatuto político e económico. Num ambiente onde os SHGs têm permanecido activos durante algum tempo outras variáveis surgem. Por exemplo, o/a líder de um SHG de sucesso que transformou significativamente o nível de vida dos seus membros será visto pela comunidade como alguém importante e instrumental.

- *Poder de Influência* (a habilidade para afectar ou mudar uma dada situação através da sua acção ou influência): Influenciar o comportamento de outros, orientar ou aconselhar, ser um (a) líder de opinião, ter um estatuto independente, ser um (a) agente de mudança, ser capaz de criar efeitos multiplicadores, mobilizar outros, etc.

Os factores que podem potenciar o respeito e a credibilidade perante o grupo e a comunidade são: a posição formal no SHG, o nível educacional¹⁴⁸, a idade, a percepção de outros sobre o seu papel no sucesso/falhanço do grupo, a experiência nas actividades do SHG ou outras similares, etc.

Níveis de Consciência e de Mobilidade

Este componente está relacionado com os outros também porque pode produzir diversos efeitos replicáveis e multiplicadores. É influenciado essencialmente pelos seguintes factores: capacidade de expandir os horizontes (ler, ver, observar, ouvir, sentir...), o

¹⁴⁶ A capacidade de gestão das diversas dimensões da vida humana (das quais não podemos/queremos) abdicar é um desafio fundamental. Há vários equilíbrios pessoais e sociais a gerir. Normalmente, no meio de múltiplas e infindáveis solicitações e desejos também precisamos de tempo para a solitude, para a meditação, para o desenho e organização de ideias.

Especialmente as mulheres têm, normalmente, um “duplo fardo” (devido a uma acentuada desigualdade, assimetria de género) pois acumulam o trabalho doméstico com o trabalho remunerado materialmente (em géneros ou em moeda).

¹⁴⁷ Neste trabalho, salienta-se especialmente a sociedade rural Indiana.

¹⁴⁸ Este factor é comum em qualquer dos tipos de *empowerment*.

nível de participação activa nas actividades do grupo (que pode ter graus muito diversos, também dependendo da iniciativa das pessoas envolvidas), o fluxo de informação/conhecimento (noticias acerca de outros grupos, diversas, novas e vibrantes interacções que podem inspirar as pessoas a replicarem comportamentos, sentimentos e grupos, conhecimento sobre direitos legais, práticas saudáveis, etc.), etc.

3.2 – Empowerment Político e Social

Influência sobre Decisões relacionadas com o Bem-Estar Geral da Família:

Neste aspecto a pertença a uma organização de base comunitária pode ajudar na medida em que o (a) membro aumenta o seu grau de socialização¹⁴⁹, o seu nível educacional, etc.

Nota: O membro feminino da família normalmente tem um papel importante em cuidar de outros, especialmente dos mais velhos e das crianças, assume o papel de mãe, filha, irmã mais velha, esposa e nora. Este papel na reprodução social é realizado além do trabalho de produção no campo, no cuidar de animais, no artesanato, na pequena indústria, etc. Este facto retira à mulher muito tempo e energia, torna – se pois essencial que os restantes membros da família e da comunidade tomem consciência da necessidade de uma partilha mais equilibrada dos trabalhos a realizar (os princípios do SHG devem ser propagados ao ambiente familiar e comunitário, a instituição promotora do processo pode ter também aí um papel importante a desempenhar).

É muito importante que seja dada a devida relevância ao problema da assimetria de género, tirando a mulher do seu lugar subalterno e desenvolvendo o seu enorme potencial¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Por exemplo, a extensão com que o membro do SHG conhece outras pessoas (homens/mulheres) na comunidade local (e fora dela) e obtém informação relevante sobre o bem-estar geral da sua casa/família, no fundo, o grau com que aprofunda o seu conhecimento sobre o mundo que o (a) rodeia.

¹⁵⁰ Com um papel mais emancipado e capacitado da mulher as condições de vida tendem a melhorar consideravelmente, a mulher tende a gerir melhor o orçamento familiar, tende a ter mais preocupações com a família e com a comunidade, no fundo tende a ser mais consciente. Quando a mulher tem poder de

Estudos e dados empíricos mostram que com a influência do SHG vem uma posição feminina mais poderosa e determinada no seio das relações familiares e nos processos de tomada de decisões, também e talvez consequentemente há mais tempo e energia disponível para as actividades do SHG.

Se houver uma clara consciência acerca dos benefícios e vontade de participar, o tempo e energia tendem a surgir. Com a ajuda do SHG, certos conhecimentos e inovações podem ajudar a simplificar e a organizar o trabalho quotidiano¹⁵¹.

Poder sobre a Política Local e Participação nas Tomadas de Decisão Sócio -Políticas:

Este ponto diz respeito à habilidade individual (e colectiva) para influenciar a política local e participar no processo de tomada de decisão ao nível comunitário.

Factores Relevantes que influenciam este ponto são o *Envolvimento/Participação*: na formação do SHG ou na expansão da sua base de membros; nas reuniões, nas actividades políticas (como por exemplo, as eleições dos representantes) e comerciais (interacções com os bancos, com a instituição/organização promotora das organizações de base comunitária, com outros SHGs, com estranhos, etc.) do grupo; nas reuniões do Concelho da Aldeia¹⁵² (Instituição formal do Governo ao nível da aldeia), apresentando as suas (ou do SHG) visões/opiniões sobre qualquer assunto relacionado com a comunidade ou outro; nas eleições parlamentares/do Estado como eleitor (a); nas eleições para o Conselho de Aldeia como eleitor (a) ou candidato (a); etc.

Neste contexto são também factores relevantes: a posição e/ou a antiguidade, a experiência no seio do SHG; o acesso/exposição ao mundo fora da comunidade; traços

decisão familiar, os filhos (as) tendem a ser melhor nutridos, a terem acesso a um nível educacional mais elevado, etc. (Cf., por exemplo, Howard, Connie, 2000 e BAIF, 2005).

¹⁵¹ Há muitas vezes o potencial para se desenvolver um *ciclo virtuoso*.

¹⁵² Na Índia, denomina – se de “*Village Panchayat*” – Concelho de Aldeia.

mais marcados da personalidade/individualidade¹⁵³ (nível de timidez, capacidade de expressão oral, etc.); barreiras culturais; etc.

O grau de participação política (nas instituições formais do estado), por parte das pessoas das organizações comunitárias, é uma área na qual é mais difícil apresentar resultados positivos e efectivos, mas existe um potencial real.

Será natural que o poder de influência (e participação) colectivo dos SHGs esteja mais desenvolvido e se possa aprofundar com mais facilidade se, por exemplo: os SHGs já planearam, iniciaram e implementaram programas de desenvolvimento comunitário; já se responsabilizaram pela manutenção das infra-estruturas da aldeia; costumam ser abordados por outros grupos da comunidade/aldeia no sentido de resolverem problemas sociais; já elegeram membros para as instituições locais, etc.

3.3 – Empowerment Económico

Aumento do Acesso (influência) a Recursos Económicos, Bens e da Participação na Tomada de Decisão ao Nível Económico (também é esperado um aumento do prestígio e do poder de negociação):

Um aspecto fundamental do SHG é que fornece “dinheiro de bolso”, uma rede de segurança (especialmente para ultrapassar problemas relacionados com o rendimento agrícola instável e irregular) e consequentemente ajuda a reduzir a dependência (exploração por parte) dos prestamistas¹⁵⁴ locais.

¹⁵³ Apesar de termos a nossa valiosa e única maneira de ser em cada momento, podemos desenvolver alguns aspectos da nossa individualidade no sentido de agir e viver como interiormente desejamos. Este trabalho demonstra que não estamos condenados a ser sempre tímidos, passivos ou submissos se assim não o desejarmos. A realidade estudada exemplificou inúmeros exemplos de pessoas que transformaram a sua maneira de ser, transformando –se em pessoas mais capacitadas, participativas e realizadas.

¹⁵⁴ “Moneylenders” – muitas vezes emprestam capital com juros muito superiores aos das instituições bancárias do sector formal, ao qual, como já foi descrito, os mais pobres muitas vezes não têm acesso (umas vezes por desconhecimento outras vezes porque lhes é negado o acesso ao crédito). Muitas vezes as pessoas da comunidade chegam a ficar endividadas geracionalmente perante os prestamistas locais, levando mesmo a situações de trabalho escravo e outras violações dos direitos humanos.

A promoção de actividades geradoras de rendimento monetário e micro empresas pode ser também decisivo, subindo o nível de emprego remunerado monetariamente.

O grau de *empowerment* económico é influenciado, também, pelo ponto de partida económico, pelo nível de literacia e o conhecimento acerca de práticas e serviços empresariais. Outros aspectos que podem ser importantes, são o acesso ao mercado, a idade, a posição no seio da família, uma relação saudável e comunicativa no seio da mesma e com a comunidade, o possível acesso a outros produtos financeiros, etc.

Todos os componentes descritos implicam significativas mudanças na vida do (a) membro do SHG (potencialmente criando diversas espirais virtuosas). Além disso, particularmente para os mais necessitados da comunidade (os mais pobres dos pobres), as actividades do SHG são muito importantes para as suas vidas. Mesmo que esta parte (mais difícil de atingir/incluir) da comunidade não consiga arranjar tempo, recursos ou não tenha capacidades gerais para se juntar, desde logo, formalmente a um grupo, o aumento do capital social, do conhecimento/consciência sobre os valores humanos na comunidade deverá ser um resultado positivo e importante no sentido de melhorar a existência dos mais pobres.

Os pobres não são uma categoria homogénea, o processo deve – se adaptar a diferentes necessidades e realidades, fornecendo também diferentes tipos de serviços (por exemplo: micro – seguros, etc.) no sentido de reduzir o nível de exclusão.

3.4 – A Importância do Factor Agência (Agency)¹⁵⁵

Os SHGs não são só canais eficientes para o fornecimento de micro serviços financeiros, são organizações autónomas capitalizadas através da poupança¹⁵⁶ dos seus membros. Este aspecto é inovador, contrastando com os sistemas de fornecimento de crédito oferecidos pelo Estado e outras entidades.

Este tipo de modelo¹⁵⁷ promove o domínio do processo por parte dos membros e consequentemente cria responsabilidades adicionais mas também riscos, especialmente para os mais vulneráveis (a desejada liberdade traz novos desafios que potenciam o *empowerment* e o desenvolvimento).

As pessoas do grupo são quem toma as decisões de forma colectiva¹⁵⁸, sobre as poupanças, as taxas de juro, atribuição de empréstimos, distribuição de dividendos e outras políticas, regulações e acções, etc.

A ideia básica e atractiva (que tem valor em si mesmo) é dar o controle do processo às pessoas, já que também são elas que melhor conhecem a sua realidade. Ainda que errem como todos nós, deixar que as pessoas façam, errem, se sintam livres e responsáveis, é importante para o seu desenvolvimento humano.

O benefício social da pertença ao SHG não é menor que o benefícios financeiro que daí advêm. Os membros aprendem por si próprios, através de cada um, enquanto cada SHG aprende com outro SHG, o que tende a levar a um progresso colectivo e a uma forte coesão. Entretanto o grupo vai ganhando maturidade e vai -se envolvendo em assuntos sociais mais amplos da aldeia/comunidade.

¹⁵⁵ O que as pessoas podem fazer para melhorar as suas vidas através de processos individuais, sociais e políticos. Acção, diligência, intervenção.

¹⁵⁶ Fala-se de poupança de capital monetário mas também de capital não monetário. O próprio tempo dado ao SHG e às suas actividades pode ter, como foi descrito antes, importância na produção de capital social e no desenvolvimento de diversos tipos de *empowerment*.

¹⁵⁷ Modelo no sentido de se basear numa série de linhas mestras a seguir, não sendo um modelo estático e rígido de aplicação sempre igual mas adaptável a situações e vidas em constante mutação e transformação.

¹⁵⁸ Ainda que possa haver uma orientação/observação, num período inicial, da instituição promotora.

Os SHGs tornam-se num interface eficaz para os mais pobres interagirem, de forma construtiva, com o mundo externo à comunidade. Estas organizações de base comunitária podem também ajudar a criar uma corrente de solidariedade e um espaço onde todas as vozes podem ser ouvidas. Um grupo de pessoas pode habilitar e suportar outros a agir e influenciar as suas vidas para além da melhoria das suas posições financeiras.

Claramente, o método dos SHGs pode ser eficaz neste campo, habilitando/ajudando as pessoas a agirem nas diversas áreas que contribuem para a melhoria da sua qualidade de vida e a caminharem na direcção que desejam.

O desenvolvimento é mais do que caminhar para a auto-suficiência¹⁵⁹ em termos monetários, é também a liberdade e a oportunidade para explorar sonhos e potencialidades. Estes conceitos são muito subjectivos e variam no tempo e no espaço, logo, a informação e o poder de decisão sobre o que mais valorizam deve ser proporcionado a toda e qualquer pessoa. Assim, os (as) membros do SHG são directa e indirectamente remunerados/recompensados pela sua gestão, tempo e dedicação (construindo a sua própria equidade, o seu próprio caminho).

O sistema dos SHGs é talvez mais vulnerável, menos supervisionado mas com um maior potencial de *empowerment*¹⁶⁰. Os membros geralmente conhecem-se muito bem, logo, tendem a exercer entre eles a necessária supervisão e tomar decisões de forma mais rápida e eficaz. Um alto grau de confiança pode ser atingido e consequentemente

¹⁵⁹ *Self-reliance*.

¹⁶⁰ Por exemplo, comparando com o sistema do Banco *Grameen* no Bangladesh. Nos SHGs dá -se, normalmente, mais liberdade, mais responsabilidade de actuação aos grupos e depende-se inicialmente da sua capacidade de poupar. Há mais riscos, ainda mais desafios a superar, mas também talvez mais espaço para a pessoa desenvolver as suas capacidades. Estas e outras diferenças, motivadas até por questões culturais e religiosas, podem ser conferidas e desenvolvidas em estudos comparados. Consultar, por exemplo, Fisher, Thomas and Sriram, M. S. (2002), Parreira, José (2003).

uma relação mais próxima com as instituições formais de governo, especialmente com a instituição local - por exemplo o *Gram Panchayat*¹⁶¹, pode ser nutrida.

Os casos de sucesso, onde as pessoas conseguiram adquirir um maior controlo das suas vidas, surgem apesar dos muitos obstáculos e constrangimentos impostos pelo ambiente físico, social, económico e institucional.

Há muitos casos de SHGs que funcionam de forma pobre ou muito limitada (sendo desta forma especialmente vulneráveis), sobretudo devido ao analfabetismo, à falta de capacidades, de informação, de confiança, devido também a mercados financeiros com graves imperfeições, corruptos, injustos e com serviços ineficientes.

Os SHGs podem também trazer potenciais impactos negativos que precisam de ser tomados em conta. Podem aumentar ainda mais a carga de trabalho¹⁶² sobre as pessoas (especialmente as mulheres) e potenciar ciclos de dívidas insustentáveis (especialmente se são realizados muitos financiamentos improdutivos). Os membros podem ficar altamente dependentes dos líderes individuais, não tomando consciência das suas próprias responsabilidades e assim os líderes podem também capturar uma larga fatia dos benefícios (quebrando – se os ideais do SHG). Um apoio apropriado, o monitoramento do processo e o desenvolvimento das capacidades dos (as) membros dos SHGs são aspectos chave, particularmente nestas situações.

O Grupo de Auto Ajuda também se pode tornar em mais uma forma de exploração das mulheres, já que os maridos as pressionam a pedir empréstimos com objectivos

¹⁶¹ Instituição de Governo Local presente, nas áreas rurais da Índia, criada com o objectivo principal de promover uma descentralização democrática.

¹⁶² Os conceitos e rotinas que os SHGs introduzem são muitas vezes completamente estranhos às comunidades, que acabam por ter preocupações e tarefas que nunca tiveram. Se os benefícios não são claros e motivantes o impacto pode ser, globalmente percebido como, negativo.

estranhos aos do SHG¹⁶³, ou a desviar o capital dos empréstimos já pedidos (especialmente se só a mulher pertence ao SHG).

Geralmente, como já foi descrito anteriormente, os SHGs podem ser também organizados em *clusters* e federações¹⁶⁴, formando potencialmente fortes organizações de desenvolvimento que tendem a reforçar ligações e relações que podem oferecer uma maior protecção de uma possível captura política e/ou burocrática¹⁶⁵. Juntos na diversidade é muito mais fácil e produtivo recolher informação, proporcionar sessões de treino, de *brainstorming* e serviços de suporte, adquirir tecnologia, resolver conflitos e agir como um mais eficaz grupo de pressão.

O verdadeiro desafio do associativismo entre SHGs é a possível perda do essencial espírito do início do projecto e da fundamental estrutura de base (os grupos primários devem manter-se fortes e unidos). Trata-se de não perder o sentimento de domínio/pertença/proximidade nos níveis representativos e mais elevados da estrutura com a passagem de uma democracia com uma tomada de decisão participativa para um processo democrático de representação (que se torna, de certa forma, inevitável com o aumento orgânico e progressivo do número de actores envolvidos, contudo, os membros representantes devem rodar e deve ser reforçada a acção e assistência colectiva). Quanto mais pessoas e instituições se envolvem, mais força o processo ganha mas, mais difícil

¹⁶³ O que a experiência tem demonstrado é que, como já foi referido, as mulheres têm uma consciência social e familiar muito mais forte e gerem melhor o orçamento familiar do que os homens (embora a maior parte das vezes não lhes seja dada essa possibilidade, algo que os SHG também ajudam a alterar). Consultar, por exemplo, BAIF (2005), Chandrakant Upadhyay (1994), Howard, Connie (2000).

¹⁶⁴ As federações de SHGs podem criar economias de escala, reduzir os custos de promoção e de transacção, possibilitar uma maior provisão de serviços com valor acrescentado e também aumentar as capacidades e o nível de *empowerment* para além do que os SHGs conseguiram. As federações produzem uma nova geração de líderes, têm uma maior dimensão e abrangência. Podem assim aceder mais facilmente a organizações e níveis de governo com um maior poder e influência, criam-se oportunidades para estabelecer e reforçar ligações necessárias com estruturas e programas maiores e mais abrangentes.

¹⁶⁵ Este é mais um desafio do programa, não ficar “refém” de nenhuma organização/partido político ou organização estatal ou de governo. A independência, a imparcialidade e a integridade devem pautar a acção dos grupos e dos seus membros.

pode ser a conciliação de interesses, de participações e das vontades individuais e dos grupos.

No entanto, a vontade da comunidade se dirigir a um mais amplo nível de problemas/necessidades pode levar inevitavelmente a um diferente nível de organização.

O modelo dos SHGs pode ser claramente uma experiência de construção da comunidade, engloba uma perspectiva holística e integrada, providenciando mudanças intangíveis mas também algumas não intencionadas que devem ser seguidas pelos profissionais envolvidos. Esta abordagem pode desempenhar, de uma forma sustentável, um papel crítico no *empowerment* dos pobres.

Na Índia, tem as suas raízes nas fortes tradições democráticas do país e apresenta um bom exemplo de como se pode ir além do simples fornecimento de serviços financeiros¹⁶⁶. Especialmente, se os (as) membros dos SHGs identificarem e resistirem às desvantagens de serem usados por agentes ou organizações externas e consigam se servir deles/as em vez de os/as servirem, o movimento pode servir para reduzir a pobreza (nas suas múltiplas dimensões) de forma muito significativa. O processo ajuda a colmatar deficiências na promoção e no enriquecimento de diferentes tipos de capital – produzido, institucional, natural, humano, social e cultural¹⁶⁷.

¹⁶⁶ Cf, Fisher, Thomas and Sriram, M. S., 2002.

¹⁶⁷ Cf, Bebbington, A., (1999) e Sachs, Jeffrey (2006).

4 – Estudo de Caso¹⁶⁸: Transferência de Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável (TTSD) (1996- 2004) – Projecto BAIF – UE – O Papel da Organizações Comunitárias (People's Organizations)

Nesta secção da tese pretendo apresentar um projecto que aplicou na prática e com sucesso as ideias teóricas apresentadas neste documento, não só relativas ao conceito/filosofia de desenvolvimento mas também ao papel das comunidades e das suas organizações nesse mesmo desenvolvimento.

Foi um projecto (com o custo total de 19.5 milhões de euros) conjunto da Comissão Europeia, do NABARD (Banco Nacional da Índia para a Agricultura e para o Desenvolvimento Rural), da BAIF e da Comunidade participante. O projecto teve a duração de 9 anos, tendo começado em Abril de 1996 (ano 0) e continuou até 31 de Dezembro de 2004.

Foi implementado em 217 aldeias, através de 11 distritos (localizações gerais – *clusters*) em 5 estados da Índia¹⁶⁹ (Maharashtra, Karnataka, Rajastão, Uttar Pradesh e Gujarat), envolvendo um total de 34660 unidades familiares¹⁷⁰. O quartel-general do projecto foi na cidade de Pune, na sede da BAIF, no estado de Maharashtra.

¹⁶⁸ Neste ponto, também incorporei mais alguns relatos das pessoas com as quais tive o privilégio de interagir e aprender. Mas para uma análise muito mais completa consultar, por favor, Parreira, José (2003), “*Thoughts on Development*”, Final Report of the international traineeship in BAIF Development Research Foundation (www.baif.org.in), futuramente disponível em <http://joseparreira.nomadlife.org/> e BAIF (2005), onde se podem encontrar muitas mais entrevistas (a famílias, a SHGs e a outras organizações comunitárias) e estudos de caso.

¹⁶⁹ Este foi um dos grandes desafios do projecto, a sua dispersão geográfica (envolvendo zonas muito remotas e com população tribal) e consequentes custos de transacção espacial. Além das dificuldades em termos linguísticos, já que cada estado tem a sua própria língua e muitos dialectos diferentes.

¹⁷⁰ O objectivo inicial era de 33000. Dado que o tamanho de uma família pode variar muito, foi importante para o projecto adoptar uma definição geral. Foi adoptada a definição do Governo da Índia de 5 membros adultos para cada unidade familiar.

4.1 – Objectivos e Principais Áreas de Acção do Projecto:

1. Desenvolver o Nível/Qualidade (*Livelihood*) de Vida das famílias pobres das zonas rurais, de forma sustentável;
2. Melhorar a Saúde Comunitária e o acesso aos serviços de saúde;
3. Melhorar o estatuto das Mulheres; *Empowerment*;
4. Assegurar a Sustentabilidade do processo de Desenvolvimento através das Organizações de Base Comunitária.

4.2 – Componentes e Actividades Principais:

Tendo em conta o primeiro objectivo (Desenvolver o Nível de Vida) foi promovido o componente denominado de *Parivar Utthan (Family Upliftment)*, que comportou três sub-componentes: Programa baseado na Agricultura; Programa de Desenvolvimento Pecuário e o Sector Empresarial Rural Não Agrícola (RNFSE);

Similarmente, as componentes Saúde Comunitária, “Mulheres no desenvolvimento” e Organizações Comunitárias foram promovidas tendo em conta os restantes três objectivos principais.

4.2.1 - Programa baseado na Agricultura (Landbased Program)

Este programa englobou 75% das famílias envolvidas (34660 no total). O foco principal deste programa era a melhoria da agricultura, sistemas agrícolas com base na plantação de árvores, desenvolvimento dos recursos naturais, de água e sessões de formação/treino. O cultivo de mais de 37 tipos de culturas foi apoiado com o objectivo de aumentar a produtividade (o aumento, nas principais culturas alimentares, variou de 11 a 78%, beneficiando mais de 20000 famílias), a conservação de água e o desenvolvimento de recursos/fontes de água foram promovidos simultaneamente para assegurar a disponibilidade de água para irrigação (mantendo o aumento da produtividade mesmo em condições de seca).

Mais de 15800 hectares de terra foram tratados com medidas de conservação do solo e da água. Mais de 4700 recursos de água foram criados para irrigação, a maioria são poços abertos e lagos/charcas agrícolas.

No sentido de promover um movimento para a melhoria dos conhecimentos dos agricultores, demonstrações acerca de práticas, técnicas e métodos inovadores para aumentar a produtividade das culturas e observar a sua adequação local, foram conduzidas em todas as áreas do projecto.

Como o projecto foi desenvolvido em áreas com condições agro climáticas diferenciadas, cada localização do projecto desenvolveu modelos inovadores de acordo com os seus requisitos particulares. Em Gujarat emergiu um modelo agrícola denominado de “SMART” (*Sustainable Multi Species Agricultural Resource Use Trial*) que se revelou crucial no sentido de assegurar a segurança alimentar para pequenos e marginalizados detentores de terra. No Rajastão, medidas de prevenção/contra a seca provaram ser decisivas para o sucesso das culturas.

A agricultura sustentável através da plantação de árvores foi em dos pontos fortes no estado de Karnataka.

A intervenção *Wadi*, (plantação de árvores de fruto, mangas, cajus, entre outras) em Thane (Maharashtra) com 100% de população tribal, foi um forte instrumento na redução da migração das famílias (para as zonas urbanas). A intervenção *Wadi* providenciou – lhes trabalho e rendimento suficiente nas suas próprias aldeias.

A CPDU (*Community Procurement and Distribution Unit*¹⁷¹) no estado de Uttar Pradesh tornou – se extremamente útil para os agricultores, assegurando *inputs* de qualidade (sementes, fertilizantes, etc.) nas alturas devidas. A Sericultura foi uma actividade de bastante sucesso no estado de Karnataka.

¹⁷¹ Unidade de Aquisição e Distribuição Comunitária de *inputs* agrícolas.

4.2.2 – O Programa de Desenvolvimento Pecuário

Um conjunto de actividades foi levado a cabo para reduzir a mortalidade e aumentar a produtividade pecuária nas localizações do projecto, especialmente: Treino/formação; Desparasitação e vacinação; e Desenvolvimento de alimentos/pastagens.

Centros de Desenvolvimento Pecuário¹⁷² foram construídos no sentido de melhorar o potencial genético das espécies locais, sendo o serviço oferecido porta à porta. Jovens locais foram treinados como paraveterinários para realizar inseminações artificiais e outros serviços relacionados com a pecuária. De acordo com os princípios do desenvolvimento a partir de baixo (*bottom –up*), as Organizações Comunitárias, as cooperativas leiteiras e os departamentos governamentais forneceram apoio e formação a estes jovens da comunidade.

Os centros de desenvolvimento pecuário, apoiados pelo projecto, produziram 8172 novas bezerras (de espécies cruzadas) e 3097 novas fêmeas de búfalo através da inseminação artificial. Mais de sete mil famílias pobres foram beneficiadas através do deste programa (*breeding program*).

Animais – entre os quais vacas (de espécies cruzadas), búfalos, ovelhas, cabras e galinhas – de boa qualidade foram fornecidos a 11235 famílias pobres como uma forma de geração de rendimento. Cerca de 37% do total das unidades familiares (34660) foram apoiadas por este programa.

O apoio para a compra de animais, fornecedores de leite de qualidade, deu um impulso importante ao desenvolvimento do *marketing* para a venda do leite, devido também ao aumento da produção. Em contrapartida, o mercado assegurado para a venda do leite deu o impulso para a criação de animais.

¹⁷² *Breeding Centers*

4.2.3 - Sector Empresarial Rural Não Agrícola¹⁷³

Cerca de 10% das famílias participantes beneficiaram de intervenções dentro deste programa (especialmente os mais pobres dos mais pobres, famílias sem terra, mulheres, pessoas com alguma deficiência/limitação física). No total, 2905 micro empresas (118 tipos) foram promovidas e apoiadas de acordo com os talentos e as vontades dos participantes. Comparativamente com as outras intervenções do projecto o período de gestação é curto, logo este tipo de intervenção é útil quando é desejável uma geração rápida de rendimento. Nos casos em que tal foi necessário houve formação/treino específico sobre a actividade económica a desenvolver. Cerca de 15% das empresas individuais estão na posse e são geridas por famílias onde as mulheres são as principais geradoras de rendimento. Exemplos de actividades/serviços prestados pelas micro empresas: pequeno comércio de mercearias e outras provisões (muitas vezes ambulante), costura, corte de cabelo, arranjo de bicicletas, lojas de chá, de mobiliário, de ornamentos, etc.

Tive também oportunidade de entrevistar alguns pequenos empresários, entre os quais uma pessoa que tem uma oficina de bicicletas.

Aqui ficam alguns pontos dessa entrevista. Este pequeno empresário pertence a uma família sem terra de sete elementos (pai, mulher e três filhos com menos de oito anos), tem sete anos de escolaridade. Ele teve a ideia desta oficina visto já possuir algum conhecimento/capacidade, dado que chegou a trabalhar numa grande oficina de bicicletas. Ele também costumava migrar em busca de este tipo de trabalho, mas agora é um orgulhoso dono da sua própria oficina. Costumava ganhar cerca de 25 rupias¹⁷⁴ diariamente e sem qualquer segurança, enquanto que agora consegue ganhar cerca de 50 a 150 rupias por dia, com muito mais certezas e sem necessidade de migrar em busca de

¹⁷³ *Rural Non Farm Sector Enterprises* (RNFSE)

¹⁷⁴ Cerca de 50 cêntimos de euro em 2003 e cerca de 37 cêntimos de euro actualmente. De notar que ao longo do últimos anos houve uma significativa depreciação da rupia indiana.

trabalho. Recebeu cerca de 6000 rupias do projecto (a BAIF também realizou um estudo de mercado, providenciou alguma formação e a oficina foi construída com materiais locais junto a uma importante estrada) e já pagou, como contrapartida, 10% para o fundo comum pertencente à organização comunitária da sua aldeia (da qual é membro). Com o aumento do rendimento familiar também já conseguiu arrendar uma porção de terra para cultivo. A sua mulher, analfabeta, pertence a um SHG e ele valoriza a informação recebida e a melhoria na qualidade de vida também daí resultante. Esta pessoa sublinhou que ocorreram transformações positivas na sua vida familiar, nomeadamente relacionadas com a segurança alimentar, roupas, condições da habitação e com a necessidade de migrar (também em busca de trabalho agrícola, algumas vezes chegava a passar cerca de 3 a 4 meses fora de casa num raio de cerca de 80km). Esta família era inicialmente categorizada de W2 (segundo nível mais baixo de vulnerabilidade – ver parte 4.3) demonstra um aumento do seu rendimento anual na ordem das 30000 rupias, ultrapassando claramente a linha de pobreza¹⁷⁵ (estabelecida em cerca de 18000 rupias anuais). Este pequeno empresário diz que os seus filhos podem agora aspirar a ter uma educação decente, até mesmo chegar à universidade. Também a família já não recorre aos *moneylenders*¹⁷⁶, aliás ele próprio refere com satisfação que agora pode ser um *moneylender*!

¹⁷⁵ Em 2003, o valor considerado para estabelecer a linha de pobreza era de 18000 rupias anuais de rendimento familiar (cerca de 263 euros actuais – câmbio de 12 de Agosto de 2009 – mas cerca de 360 euros em 2003). Actualmente a linha de pobreza já foi actualizada, como foi acontecendo ao longo dos anos do projecto. Este conceito é também relativo no tempo e no espaço, neste projecto as famílias eram categorizadas, como já descrito, por nível de vulnerabilidade (*weakness*): W1 até 6000 rupias, W2 de 6000 a 9000 rupias, W3 de 9000 a 12000 rupias e W4 acima de 12000 rupias anuais de rendimento familiar.

¹⁷⁶ Devido às dificuldades em aceder ao crédito (por vezes também pela burocracia exigida a pessoas analfabetas) e à falta de informação, as pessoas recorrem a estas pessoas com capacidade financeira para obterem crédito (também para realizarem caros eventos sociais, como casamentos), muitas vezes são exploradas, endividando-se por gerações e incorrendo em trabalho forçado.

4.2.4 – Saúde Comunitária

Centros de Tratamento Primário (*Primary Treatment Centers* - PTC) foram desenvolvidos em todas as áreas do projecto, estes centros foram geridos, por pessoas das aldeias devidamente treinadas (*Village Health Guides* – Trabalhadores Comunitários na área da Saúde - VHG), por parteiras tradicionais (*Traditional Birth Attendants* - TBA) e pelas Organizações Comunitárias. Estes centros eram adaptados às necessidades de cada comunidade.

Água potável foi fornecida a todas as 217 aldeias do projecto. Diversas medidas e práticas saudáveis foram introduzidas e promovidas tendo em conta um melhor ambiente na habitação: construção de chaminés nas casas¹⁷⁷, chão de betão, prateleiras para guardar utensílios, deslocação dos animais para abrigos próprios fora das casas, introdução de tijolos de vidro para uma melhor iluminação das casas, construção de janelas para uma melhor ventilação, etc.

Hortas de vegetais e de ervas medicinais foram desenvolvidas para combater a malnutrição (a malnutrição severa nas crianças foi controlada em todas as localizações do projecto).

As plantas medicinais foram produzidas localmente e usadas nos Centros de Tratamento Primário, tendo recebido uma crescente boa resposta das comunidades. A cobertura da vacinação foi assegurada através da elevação das consciências e da mobilização da comunidade, ajudando assim a máquina de saúde pública governamental. Eventos para a divulgação da saúde e programas educacionais de saúde foram organizados.

Comunicações para a mudança de comportamentos foram realizadas através de animadores que tiveram um importante papel na transformação das mentalidades da

¹⁷⁷ *Smokeless Chulha* (tradicional fogão indiano) – foi das mais populares intervenções (do conceito de “cozinha limpa”), com esta inovação o fumo proveniente da confecção dos alimentos é evacuado para fora da habitação, reduzindo muito a poluição e melhorando o ambiente e a saúde da mulher e da família. Este tipo de fogão também é mais eficiente/produtivo.

comunidade, em todas as áreas do projecto. As ligações com o governo local e o sector privado foram reforçadas no sentido de dar uma maior sustentabilidade às iniciativas do projecto na área da saúde.

As Organizações Comunitárias estiveram activamente envolvidas em vários programas relativos à Saúde Comunitária, além dos *Village Health Guides*, foram treinadas no sentido de gerirem e desenvolverem o programa de Saúde Comunitária para além do fim do projecto.

A zona de Pratapgarh no estado de Uttar Pradesh tinha uma alta incidência de tuberculose devido a um baixo nível sanitário. As actividades de diagnóstico, tratamento e prevenção da doença permitiram uma drástica redução na sua prevalência. Especialmente no estado de Karnataka, as mulheres foram aliviadas de problemas ginecológicos crónicos.

4.2.5 – Mulheres no Desenvolvimento¹⁷⁸

Do total das famílias lideradas por mulheres, 72% foram cobertas pelo projecto com iniciativas relacionadas com o componente geral de Desenvolvimento do Nível de Vida (primeiro objectivo descrito).

Foram feitos esforços, com sucesso, no sentido de assegurar que a mulher participasse em todas as actividades com o objectivo de atingir a independência económica.

Como resultado (além de terem um papel activo nas decisões ao nível familiar), mais de 30% dos responsáveis das Organização Comunitárias são mulheres e também deixaram e estão a deixar a sua marca, como decisoras, nas instituições governamentais locais¹⁷⁹.

¹⁷⁸ Do original, *Women in Development (WID)*. Com o decorrer do projecto o termo *Gender and Development (GAD)* demonstrou mais actualidade, abrangência e relevância científica que o anterior. Ainda assim foi mantida a designação inicial (1993/94) mas com o espírito do GAD. Para o projecto os termos passaram a ser equivalentes.

¹⁷⁹ *Panchayati Raj Institutions* – Significa Conselho da Aldeia (*Gram Panchayat*), tradicionalmente os mais velhos e sábios da aldeia reuniam para resolver disputas. O conceito foi recuperado para promover

Havia 1137 SHGs (Grupos de Auto Ajuda) englobados no projecto, 831 (73%) foram formados exclusivamente por mulheres. O montante poupado pelos grupos de forma agregada ascende a Rs.1.71 *crore* (cerca de 270 mil euros)¹⁸⁰, o que representa uma capacidade média de poupança de mais de 230 euros por grupo (mais de 14 mil rupias). Foram desenvolvidas actividades de integração e promoção do *empowerment* económico, da saúde e da literacia (promoção de centros). A promoção de actividades mais lucrativas (em termos materiais) e menos cansativas, a melhoria dos serviços e equipamentos de suporte e a provisão de fontes de água dentro de um raio de 100 metros, melhoraram significativamente a qualidade de vida das mulheres.

A libertação da mulher do excesso de trabalho¹⁸¹, envolvendo tarefas muito repetitivas, aborrecidas e muito consumidoras de tempo teve uma grande aceitação e sucesso. Iniciativas importantes foram a instalação de bombas de água manuais, a melhoria dos locais de confecção de alimentos (“cozinha limpa”), inovações nas ferramentas associadas ao trabalho agrícola. Estes são alguns exemplos, entre outros, da introdução ao longo do projecto de diversas tecnologias intermédias, facilmente apropriadas, replicáveis localmente

Os SHGs em Thane, no estado de Maharashtra foram muito proactivos no desenvolvimento de iniciativas sociais, como por exemplo, campanhas contra o alcoolismo. Também formaram grupos de pressão para interagir com os representantes do governo, no sentido de tomarem acções apropriadas para o desenvolvimento comunitário. Além do mencionado, os SHGs também desenvolveram inovadoras actividades geradoras de rendimento, como por exemplo, produção de óleo de *Nirgudi* (planta medicinal para o tratamento de dores musculares), cultivo de cogumelos e

uma descentralização democrática da governação. Esta visão foi também promovida por Mahatma Gandhi que defendia que a aldeia deveria se governar a ela própria.

¹⁸⁰ 1 *Crore* = 10 Milhões (10.000.000) e 1 *Lakh* = 100.000; O câmbio (rupia/euro) utilizado foi o de 3 de Dezembro de 2008.

¹⁸¹ *Drudgery reduction*.

vegetais (fornecendo – os às escolas). Estes relatos são similares em todas as localizações do projecto.

4.2.6 – Organizações Comunitárias¹⁸²

Constituíram a estratégia fulcral e central do projecto, dada também a preocupação com a sustentabilidade (além de terem um valor em si mesmo), desde o início foram promovidas e preparadas para tomar o controle e a responsabilidade das iniciativas de desenvolvimento.

Essencialmente foram classificadas em três categorias – *Organizações de Desenvolvimento, Organizações de Micro Crédito (SHGs) e Outras Organizações Comunitárias*. De notar que esta diferenciação não foi rígida pois ocorreram sobreposições em termos de funções e inter relações entre as diferentes categorias de Organizações Comunitárias (OCs). Por exemplo, muitas organizações de micro crédito (SHGs) serviram não só como organizações para a poupança e crédito mas também como uma plataforma para as mulheres se reunirem e partilharem as suas preocupações e, por exemplo, iniciarem movimentos sociais (como campanhas anti - alcoolismo).

Cada localização do projecto exhibe as suas próprias e distintas Organizações, com evoluções e desenvolvimentos também distintos. Considerando a diversidade social e agro – ecológica das diferentes principais localizações (*clusters*) do projecto (11 no total ao longo dos 5 Estados atrás mencionados), teve necessariamente de haver flexibilidade para que cada comunidade/local pudesse determinar o seu caminho, ainda que respeitando uma matriz geral. Também a nomenclatura muda de local para local tendo em conta diferentes nomes escolhidos pelas comunidades para as suas organizações.

Organizações de Desenvolvimento: Tinham como *funções gerais*: Realização de actividades de desenvolvimento rural na sua área de acção geográfica, ligando – se aos

¹⁸² *Peoples Organizations – Manav Vikas Sangh (MVS) – Organização para o Desenvolvimento Humano – Manav (Human) – Vikas (Development) – Sangh (Organisation).*

esquemas de desenvolvimento do governo; Aquisição e distribuição colectiva de *inputs* agrícolas (como no caso atrás mencionado de Uttar Pradesh); Gestão de uma equipa de trabalhadores comunitários; Gestão dos bens comunitários; Monitorização; *Marketing* e negociação colectiva.

No nível de base (abaixo do nível da aldeia - *hamlet*) eram denominadas de *Hamlet Ayojan Samiti* (comités de planeamento), depois ao nível da aldeia a organização de desenvolvimento denominava – se de *Village Ayojan Samiti / Gram Vikas Samiti* – Comité de Desenvolvimento da Aldeia.

Partindo de um nível básico onde imperava a democracia participativa chega -se a um terceiro nível que juntava representantes das diversas aldeias de uma dada localização (*cluster*) do projecto (das 11 mencionadas), onde se formava o nível cimeiro da organização de base comunitária (*apex body*).

Organizações de Micro – Crédito (Self Help Groups – Grupos de Auto Ajuda): Tinham como *funções gerais*: a Poupança e o Crédito, desenvolvendo actividades geradoras de rendimento ao nível do grupo. Estes grupos eram formados dentro da própria aldeia, a um nível de base (*hamlet*). Havia depois federações de SHGs ao nível da localização do projecto (*cluster level*). No estado de Karnataka os SHGs funcionavam como o nível de base da estrutura da organização comunitária, passando –se de seguida para os Comités de Desenvolvimento da Aldeia.

Outras Organizações Comunitárias: Tinham como *funções gerais*: Desenvolvimento de actividades sociais e culturais, fornecendo uma plataforma de interacção entre participantes, não participantes e entre aldeões e outras organizações. Estas Organizações de Base Comunitária existiam ao nível de base (do *hamlet*) e ao nível das aldeias (algumas eram/são organizações de crianças e adolescentes).

Ao todo foram formadas 1383 Organizações Comunitárias (OCs) ao nível das aldeias e das 11 localizações gerais do projecto. Contribuições monetárias para as OCs foram realizadas pelos participantes, também por contrapartida dos apoios recebidos através do projecto¹⁸³, o fundo agregado ascende a Rs.4.21 *crores* (cerca de 666 mil euros). Este fundo foi designado para o desenvolvimento de actividades no período após o fim do projecto, assegurando a sustentabilidade das actividades promovidas. Os fundos globais pertencentes às OCs englobadas no projecto (essencialmente Organizações de Desenvolvimento e SHGs) ascendem a Rs. 5.92 *crore* (cerca de 936 mil euros).

A capacitação das OCs para a implementação dos programas/actividades do projecto envolveu visitas de estudo, formações e organização de programas formais e informais.

As Organizações de Base Comunitária desempenharam também um papel muito importante na identificação de negócios para os participantes (no âmbito do Sector Empresarial Rural Não Agrícola), na selecção do momento certo para a atribuição de apoios monetários e não monetários e na monitorização.

No estado de Uttar Pradesh, onde a comunidade não é homogénea, a formação de OCs e a mobilização das comunidades para causas sociais foram consideradas grandes prioridades desde os primeiros anos no projecto. O resultado foi uma capacitação de tal ordem que as organizações comunitárias foram capazes de tomar conta da maior parte das actividades, muito antes do fim do projecto.

¹⁸³ Normalmente por cada intervenção do projecto, cada participante retribuía cerca de 10 a 15% do valor recebido, que era canalizado para um fundo comum. Este valor era decidido de forma participativa, envolvendo os participantes e as organizações comunitárias. Outra fonte importante de fundos era as actividades do projecto a nível comunitário, realizadas pelas Organizações Comunitárias (por exemplo, ao nível agrícola, de desenvolvimento de recursos hídricos, etc.). As comunidades contribuíam com trabalho, uma parte remunerada com um salário e outra era considerada como *sharmadaan* - trabalho voluntário - um montante equivalente a este trabalho ia também para o fundo comum.

As Organizações Comunitárias denominadas de *PACE*¹⁸⁴ e *Sankalp* na localização/distrito de Gonda (Uttar Pradesh) fizeram um trabalho muito bom no alívio de dívidas, na reabilitação das famílias envolvidas profundamente na armadilha da dívida e das famílias afectadas por catástrofes naturais (inundações e ciclones).

Nos estados de Maharashtra e Rajastão, as Organizações Comunitárias desenvolveram a produção e o processamento da Manga, do Caju e de Aonla, os produtos das árvores de fruto foram muito importantes no projecto. No estado de Gujarat, as OCs de nível superior (*apex body's* - ao nível dos 11 distritos/localizações gerais do projecto - 11 *clusters* ao longo dos 5 estados) envolveram-se no processamento de mangas e no comércio de amendoins (*groundnut*) e outros produtos agrícolas.

A mobilização da comunidade foi promovida no estado de Karnataka através da celebração de eventos como festas e reuniões/programas culturais, plantações de árvores em massa (*Hasiru Habba* – Festival Verde). As OCs também desenvolveram fundos tendo em conta propósitos específicos como a educação, a saúde e as micro empresas. A “*SAMAS*” (OC ao nível do distrito/*cluster*/localização geral) desempenhou em importante papel na selecção, suporte e monitoramento das actividades das micro empresas (Sector Empresarial Rural Não Agrícola), através do estabelecimento de regras e regulamentos e na construção progressiva de um fundo através das contribuições voluntárias da comunidade, por contrapartida de cada apoio do projecto. Conduzi diversas entrevistas a SHGs e a outras Organizações Comunitárias que demonstraram situações e realidades únicas e diversas, confirmando realmente que cada caso é um caso.

¹⁸⁴ *Paraspur Action Council for Empowerment*

Algumas entrevistas foram realizadas numa aldeia do estado de Gujarat que albergava mais de 400 famílias distribuídas por 4 *hamlets*. Nesta aldeia existiam (na altura da recolha de informação) três SHGs do projecto. As entrevistas foram conduzidas num amplo e conservado edifício de reunião¹⁸⁵, os SHGs femininos entrevistados, nesta ocasião em particular, tinham entre 4 e 6 anos de existência e cerca de 16 a 20 membros cada. Cada um tinha uma conta no banco (fundo comum) a render cerca de 6% ao ano, variando entre 30000 a 54000 rupias. O nível de poupança individual variava entre 25 a 30 rupias por mês. As mulheres realçaram o aumento das suas capacidades e conhecimentos – *empowerment* – o processo de poupança (que lhes permite satisfazerem as suas necessidades) e a positiva dinâmica de grupo (*group dynamics*). Este último aspecto permite –lhes discutir os seus “bons e maus sentimentos”, resolvendo diversos problemas dentro do grupo. Estes grupos privilegiam a homogeneidade (principalmente em termos de casta¹⁸⁶) o que parece contribuir para o sucesso do grupo.

Diversos elementos destes grupos entrevistados foram alfabetizados e o nível médio de escolaridade ronda os 7 anos. Nas fases iniciais das actividades do grupo havia falta do apoio por parte dos maridos pelo menos até ao primeiro empréstimo.

A assiduidade, os níveis de confiança e de consciência (*awareness*) eram muito baixos no início e a dependência dos *moneylenders* era alta.

¹⁸⁵ O local de reunião pode ser num edifício de encontro comunitário (templo, centro comunitário, escritório da BAIF, etc.) ainda que também se realizem reuniões ao ar livre ou nas casas dos participantes. Muitas vezes o local é bem decorado, com pinturas sugestivas, educativas e também normalmente são cantadas canções com mensagens espirituais e harmoniosas. A energia positiva é palpável. *As reuniões das organizações comunitárias são autênticos eventos sociais, culturais e espirituais*. Os membros dos grupos arranjavam, normalmente, tempo para ir às reuniões, encarando-as como uma oportunidade de relaxar e de partilhar experiências. São promovidos valores como a igualdade, a cooperação, a comunicação, o *empowerment*, a união, a harmonia, o sentimento de pertença.

¹⁸⁶ No contexto indiano a divisão por castas ainda está muito presente na mentalidade das pessoas, levando a situações de discriminação, de vulnerabilidade extrema, de verdadeiros atentados aos direitos humanos. Como o meu orientador de trabalho na BAIF, Dr. Mukesh Kanaskar, diz, infelizmente havemos sempre de arranjar alguma forma de divisão.

Os membros estabeleceram um sistema de multas para as falta de comparência e o processo foi se desenvolvendo e consolidando com o tempo. Estes grupos, em particular, nunca pediram empréstimos ao banco, apoiando –se nas suas próprias poupanças. A taxa de juro dos empréstimos aos membros do grupo começou por ser de 5% mas passou para 3% ao mês devido ao falhanço de alguns reembolsos. Este aspecto é um pouco diferente da prática geral, onde os SHGs tomam empréstimos dos bancos (com a taxa de 1% ao mês) e depois emprestam aos seus membros a uma taxa mensal de 2%, mas mostra a possível e desejável flexibilidade e adaptabilidade do processo¹⁸⁷. Os empréstimos, neste caso, foram canalizados para a saúde, suporte às práticas agrícolas, educação, pecuária e realização de casamentos. Na altura das entrevistas não havia grandes problemas com os reembolsos, mesmo das famílias mais pobres (de realçar que o montante a poupar era, normalmente, definido com base na capacidade de poupança nos membros mais pobres do SHG). Quando o montante do empréstimo é maior que o normal um fiador é necessário. A contabilidade (*record keeping*) dos SHGs é boa, cada membro requerente a um empréstimo preenche uma ficha detalhada sobre as condições e o objectivo do mesmo.

Estes três SHGs de Gujarat eram referenciados como bons exemplos, também porque mantinham relações e parcerias com outras ONGs (que lhes forneceram, por exemplo, algumas ferramentas agrícolas) e ainda mais surpreendente e positivo, mantinham uma boa relação com a instituição local de governo (*Gram Panchayat*).

¹⁸⁷ Por exemplo, num SHG (só com famílias categorizadas de W1 e W2) entrevistado em Udaipur decorreram cerca de 7 meses de poupanças (cerca de 10 Rs mensais por membro), desde a formação do grupo, até ser pedido o primeiro empréstimo bancário (4000 Rs – cerca de 80 euros em 2003). Nesta altura abriram a primeira conta bancária com o capital necessário de 3000 Rs. Cerca de um ano depois, e devido ao sucesso do primeiro reembolso pediram novo empréstimo de 10000 Rs, para novamente cerca de um ano depois pedirem novo empréstimo de 20000 Rs. Tornou –se claro que, apesar de algumas dificuldades, conseguiram gerar suficientes actividades geradoras de rendimento para fazer face ao reembolso dos empréstimos.

Os grupos sentiam bons resultados nas actividades de desenvolvimento realizadas e sinais positivos ao nível da informação disponibilizada e mesmo da eficácia das reuniões¹⁸⁸ com o governo local. Este facto está, em parte, relacionado com a frequência das reuniões do *Gram Panchayat* (denominadas de *Gram Sabhas*), realizadas todos os meses, o que contrastava e muito com a situação geral das outras localizações visitadas em que as reuniões ocorriam, normalmente, apenas duas vezes por ano¹⁸⁹. As mulheres dos SHGs manifestavam interesse e algumas já tinham preenchido o requerimento para poderem vir a fazer parte da instituição de governo local. Esta relação mais próxima e saudável com as instituições governamentais é recente e também se relaciona com o desenvolvimento dos níveis de consciência (*awareness*), de conhecimento e de cooperação. Neste aldeia apenas um membro do *Gram Panchayat*¹⁹⁰ não é de uma família participante no projecto e duas pessoas em nove (total) são mulheres.

No Comité de Desenvolvimento da Aldeia, 50% dos participantes são mulheres e elas confirmam a boa relação entre a estrutura dos SHGs e a do Comité de Desenvolvimento

¹⁸⁸ Onde também se reúne a informação sobre os programas/projectos do governo e se seleccionam os beneficiários dos mesmos.

¹⁸⁹ A informação recolhida nas aldeias era, por vezes, contraditória. A frequência das *Gram Sabhas* (por vezes rodando de *hamlet* para *hamlet*) variava de aldeia para aldeia, numas ocorria duas vezes por ano, noutras de quatro em quatro meses, no estado de Gujarat havia supostamente uma lei recente que obrigava a realização da reunião todos os meses. Esta aldeia de Gujarat verificava essa situação, mas também aparentemente as reuniões ocorriam potenciadas pelas reuniões da cooperativa leiteira existente (que engloba os membros do *Gram Panchayat*).

¹⁹⁰ Os *Gram Panchayats* (GP) podem ter entre 9 a 21 membros (dependendo do número de população e de *hamlets* na aldeia), no geral a percentagem de mulheres e de participantes no projecto nestas instituições de governo local aumentaram. Continua difícil de incluir os mais pobres dos pobres (W1) devido à falta de recursos e de tempo disponível (são a classe que mais migra). Os membros do GP são motivados pelos serviços prestados, desenvolvem o seu nível de *empowerment* e são socialmente reconhecidos. Os GP representam um número grande de famílias (centenas) dispersas por largas zonas geográficas com acessos difíceis e têm fundos limitados, logo a colaboração das Organizações Comunitárias foi/é relevante, na transmissão de informação verdadeira e no trazer para cima da mesa os problemas mais urgentes a resolver.

No geral, a minha percepção foi que estas estruturas sofrem ainda o mal de muitas das organizações políticas e governamentais espalhadas por este mundo fora, a corrupção, o suborno, a burocracia, a dominação e controlo por pessoas com um maior poder económico. Durante uma das minhas entrevistas, um senhor idoso, suportado por uma bengala, aproximou-se e disse: “Eles disseram que depois da independência (1947) todas as pessoas das zonas rurais haveriam de receber benefícios e apoio, mas até agora permanecemos à espera”.

da Aldeia¹⁹¹. Nesta aldeia em particular não havia nenhum SHG misto (homens e mulheres) mas os grupos mantiveram-se abertos à ideia, assim como à sugestão de união da estrutura dos SHGs com a dos Comitês de Desenvolvimento da Aldeia (à semelhança do que se passa no estado de Karnataka). Ainda assim as mulheres entrevistadas valorizam o facto de terem um fórum “separado” dos homens, pelo menos no início (para desenvolver os níveis de *awareness*) e depois a junção poderá ocorrer. Estes grupos pareciam bem confiantes no futuro e nas suas capacidades, estavam também a preparar o desenvolvimento de mais algumas actividades geradoras de rendimentos.

4.3 – A Abordagem Jana Utthan¹⁹² e os Impactos Gerais do Projecto

Esta abordagem (central ao projecto) possui uma mistura única de preocupações económicas, ambientais e sociais para a redução da pobreza através do desenvolvimento participativo.

Em vez de abordar os pobres de forma homogénea, estes foram classificados em quatro grupos diferentes com a ajuda das Organizações Comunitárias – W1 (mais pobres), W2, W3 e W4 (relativamente menos pobres economicamente) – tendo em conta os seus recursos e o seu rendimento anual. Esta divisão possibilitou que houvesse uma focalização no grupo mais pobre, vulnerável, fraco e marginalizado das comunidades, como os pequenos proprietários de terra, os sem terra¹⁹³, as viúvas e os deficientes físicos. Um particular destaque foi dado às famílias em que as mulheres assumem as principais responsabilidades sociais e económicas, as “*Woman Headed Families*”.

¹⁹¹ Com excepção do estado de Karnataka, havia duas estruturas paralelas de Organizações Comunitárias, os SHGs (normalmente só de mulheres) e a estrutura dos Comitês de Desenvolvimento da Aldeia (com grupos mais pequenos, de envolvimento e planeamento primário, ao nível dos *hamlets* - *Hamlet Ayojan Samiti*). Como descrito atrás, em Karnataka os SHGs funcionavam como a estrutura de base dos Comitês de Desenvolvimento de cada Aldeia.

¹⁹² *Peoples Uplift*.

¹⁹³ Muito afectados por uma migração forçada, o que dificultava a assiduidade nas reuniões das organizações comunitárias e também não lhes permitia dar a devida atenção a algumas das intervenções do projecto.

As famílias classificadas como W1 e W2 constituíram 81% (W1 – 47% e W2 – 34%, W3 – 14% e W4 – 5%) do total das famílias abaixo da linha de pobreza (*Below the Poverty-Line - BPL*) envolvidas no projecto¹⁹⁴.

Uma série de intervenções foram oferecidas, possibilitando às famílias escolherem uma combinação que melhor se adequasse aos seus recursos e ao seu caso específico, através de um Planeamento de Nível Micro¹⁹⁵. Este processo foi facilitado pelo pessoal do projecto e pelas Organizações Comunitárias. O Planeamento (de Nível Micro) das actividades foi monitorizado e foram realizadas as mudanças necessárias na natureza das intervenções, tendo em conta a experiência adquirida durante a implementação. Assim, o micro plano não era rígido, continuava a evoluir, dependendo das necessidades¹⁹⁶.

A abordagem tem em si mesma elementos que promovem a sustentabilidade, como as Organizações Comunitárias e diversos para – profissionais comunitários formados.

As Organizações Comunitárias foram treinadas desde o princípio do projecto para serem as responsáveis pelo desenvolvimento.

Planos de Sustentabilidade foram desenvolvidos com as Organizações Comunitárias, o que assegurou a continuação das actividades depois do fim do projecto através do estabelecimento de fortes ligações com o mercado e com as instituições financeiras.

¹⁹⁴ Como me transmitiu um dos responsáveis máximos da BAIF, o Dr. Mukesh Kanaskar, em muitos projectos de luta contra a pobreza, os “menos pobres” são os que acabam por receber mais ajudas e benefícios enquanto que os “mais pobres dos mais pobres” continuam excluídos e marginalizados. *Muito importante, os parâmetros para definir as categorias foram também definidos pelas pessoas de cada uma das aldeias*, logo estas definições são muito específicas do local e diferentes de sítio para sítio. Este facto deu uma imensa força ao projecto, já que ditou que não devemos seguir uma abordagem simplista, generalizada e definida de cima para baixo. Em vez disso, devemos considerar, numa abordagem participativa, as dimensões socio-económicas e agro-ambientais de cada localização específica, apoiando nos na perspectiva e na percepção das pessoas.

¹⁹⁵ *Micro Level Planning (MLP)*.

¹⁹⁶ O processo sofria uma recriação e adaptação constante. Sardan, J. P. Olivier, (1988).

Impactos Gerais¹⁹⁷:

- *Ao Nível Económico* – 85% das 34660 (excedendo o objectivo inicial de 33000) famílias ultrapassaram a linha de pobreza. Todas as famílias asseguraram a sua subsistência e segurança alimentar. O projecto criou cerca de um milhão de dias de emprego na construção de infra-estruturas para as famílias e comunidades. Pelo menos 1 – 2 membros em cada família têm emprego ao longo do ano. A plantação de árvores cobriu 4155 hectares. A conservação do solo, da água e a preparação da terra abrangeu 23356 hectares, o que levou ao aumento da intensidade das culturas entre 22 e 93%. O aumento da produtividade média variou entre 27 a 75%.
- *Ao Nível Ambiental* – Foram promovidas práticas agrícolas amigas do ambiente – produção e uso de *inputs* orgânicos, como fertilizantes e pesticidas naturais e botânicos. Foi estabelecida uma cobertura verde em 23027 hectares de terra degradada, destes, 15493 hectares era propriedade de famílias pobres e 7535 hectares era terra comunitária. Esta iniciativa melhorou a produtividade do solo, a biodiversidade e contribuiu para a melhoria do ambiente. O desenvolvimento, aproveitamento e conservação das fontes de água aumentaram significativamente a disponibilidade da mesma (por exemplo, o nível das águas dos poços aumentou entre 1,5 a 2 metros), assim como melhorou a conservação do solo e a sua humidade. A biodiversidade foi enriquecida com o desenvolvimento de 36 espécies florestais e 14 espécies hortícolas em terras abandonadas.

¹⁹⁷ A este nível é preciso ter em conta que há influências/energias/impactos/efeitos não mensuráveis (positivos e negativos, dependendo da percepção do momento) e/ou que nem são geralmente/totalmente conhecidos mas que terão também a sua importância.

A promoção da reciclagem através da biomassa com técnicas inovadoras como, compostagem¹⁹⁸ e *vermicomposting*¹⁹⁹ adoptada pela maior parte das famílias, resultou na redução do custo dos inputs agrícolas e na melhoria do saneamento geral das aldeias. O encorajamento da plantação de árvores ajudou/ajudará a satisfazer as necessidades de madeira usada para combustível e construção, além de ajudar a monitorar a exploração das florestas. O consumo de combustível também foi reduzido devido à introdução de aparelhos mais eficientes, como os “*smokeless chulhas*” (que ao reduzir o fumo na habitação também ajudou a combater os problemas respiratórios que afectam as mulheres e as respectivas famílias. A abordagem orgânica na agricultura ajudou a melhorar a produtividade do solo de forma sustentada. A regeneração da vegetação natural contribuiu para a melhoria do microclima das explorações agrícolas.

- *Ao Nível Social* – A representação das mulheres nas Organizações Comunitárias e nas Instituições de Governo Local (Panchayat Raj Institutions) melhorou e há um maior envolvimento das mesmas na tomada de decisões. O acesso à água potável em todas as aldeias foi conseguido. O saneamento e a saúde geral nas aldeias melhoraram consideravelmente, não só devido à construção de infra-estruturas, como latrinas e casas de banho, mas também devido a uma mudança positiva nas mentalidades e nos comportamentos. Houve um foco especial na saúde reprodutiva e infantil, na anemia e na malnutrição. A despesa com a saúde diminuiu devido à redução da incidência das doenças e ao uso de ervas medicinais produzidas localmente.

¹⁹⁸ Decomposição aeróbia de matéria orgânica biodegradável (comida, vegetais, estrume...).

¹⁹⁹ Uso de minhocas na compostagem para transformar os restos orgânicos em matéria orgânica de alta qualidade, aumentando a fertilidade do solo, a sua capacidade de retenção de água e a qualidade das colheitas.

A mobilização contra males sociais como o alcoolismo e os casamentos entre crianças enriqueceu a vida social das comunidades.

4.4 – Aprendizagens Essenciais e Implicações Políticas

- ✓ Uma abordagem intensiva de apoio com recurso a subsídios é necessária para a melhoria das condições de vida dos mais pobres (pelo menos para conseguirem por o pé na escada do desenvolvimento²⁰⁰).
- ✓ Os pobres não são uma categoria homogénea. O projecto diferenciou vários níveis de pobreza económica tendo em conta os recursos e rendimentos das famílias, para depois haver uma focalização clara nos mais pobres dos pobres.
- ✓ Um pacote de intervenções (em vários domínios do modo de vida em causa) é normalmente melhor que apenas uma. A diversificação de iniciativas leva a um resultado mais completo e mais sustentável.
- ✓ Planos ao nível micro elaborados para e com as famílias participantes nos anos iniciais do projecto são importantes, especialmente tendo em conta a evolução e a replicação rápida das actividades do projecto.
- ✓ Aspectos relacionados com a qualidade de vida como a saúde, a educação, a participação da mulher, as atitudes e as mentalidades têm um grande impacto no estatuto económico da família.
- ✓ *Encorajar Organizações Comunitárias, formando variados trabalhadores comunitários são passos iniciais e essenciais no processo.*
- ✓ O Processo de Desenvolvimento potenciado pelo projecto pode ser continuado pelas *Organizações Comunitárias* aquando do fim do projecto. Poderão ser desenvolvidas linhas de crédito para facilitar o processo.

²⁰⁰ Sachs, Jeffrey (2006).

- ✓ Através das *Organizações Comunitárias* é mais fácil e eficaz combater os desastres naturais e outras calamidades²⁰¹.
- ✓ Ao Nível do Ambiente, é possível que as *Organizações Comunitárias* se encarreguem da gestão dos recursos naturais, ao nível local, ainda que seguindo possíveis orientações nacionais. Há uma relação próxima entre as condições ambientais e a redução da pobreza²⁰², logo qualquer esforço de redução da pobreza deverá ser acompanhado de uma preocupação com a qualidade ambiental.
- ✓ Ao nível da Governança, as *Organizações Comunitárias* em conjunto com as Organizações de Governo Local podem possibilitar/reforçar a participação comunitária nos processos democráticos. As *Organizações Comunitárias* podem ter um papel crítico no fortalecimento das Instituições do Governo Local, no sentido de melhorar a governação. Uma cooperação activa entre a Comunidade, o Governo e a ONG é essencial para um desenvolvimento rural em larga escala.
- ✓ Ao nível da Saúde, o fornecimento de cuidados de saúde primários é possível através do conhecimento e do desenvolvimento da consciência comunitária, de intervenções proactivas e da formação de trabalhadores comunitários. O desenvolvimento de referências/informações/conhecimentos/apoios para o sistema público de saúde é muito importante.
- ✓ Ao nível da Educação, é necessário apoiar o acesso à educação formal e fornecer educação ocupacional/vocacional (em particular às raparigas e tendo

²⁰¹ Por exemplo, no estado de Udaipur foi criado e gerido com sucesso, pela comunidade, um acampamento para gado (que tive a oportunidade de visitar), no sentido de enfrentar um ano de seca severa. Consultar estudo de caso em BAIF, 2005.

²⁰² Cf, por exemplo, Birdsall, Nancy, Allen C. Kelley e Steven W. Sinding (Ed.) (2003) e Duraiappah, A. K., 2003.

em conta a realidade envolvente), promovendo o empreendedorismo. Criar centros de literacia para a educação de adultos e encorajar uma activa participação comunitária nas Instituições do Governo Local.

- ✓ Ao nível do Financiamento, uma única janela é mais eficaz que um financiamento repartido por vários sectores. Um orçamento local e flexível para intervenções económicas específicas é preferível a um orçamento rígido e pré – definido.

4.5 – Sustentabilidade

A sustentabilidade dos ganhos do projecto foi assegurada através das 1383 Organizações Comunitárias (em diversos níveis) e dos 583 trabalhadores comunitários que continuaram a ir de encontro às necessidades das comunidades, tendo a liberdade/responsabilidade de acompanhar e monitorizar as iniciativas do projecto. O *empowerment* e apropriação do processo por parte das comunidades são aspectos essenciais.

Juntando as poupanças dos SHGs e as contribuições monetárias das outras Organizações Comunitárias (como contrapartida das diversas intervenções do projecto), o fundo comunitário, como referido anteriormente, ascendeu a Rs.5.92 *crore* (cerca de 936 mil euros).

A comunidade foi sendo capacitada, com o apoio financeiro no tempo devido e com a devida formação, desenvolveram-se capacidades e conhecimentos que os participantes aplicaram eficientemente nas suas diversas actividades económicas. As ligações desenvolvidas com vários departamentos governamentais e outras organizações de desenvolvimento ajudaram na continuação do apoio e na melhoria do nível/qualidade de vida das famílias e comunidades.

Foi desenvolvida uma metodologia com vista a um planeamento sistemático da sustentabilidade. Foram realizadas discussões detalhadas com as Organizações Comunitárias e os trabalhadores comunitários no sentido de compreender as suas percepções sobre o futuro.

Assim, nos últimos dois anos do projecto, foram desenvolvidos Planos de Sustentabilidade (PS) pelas Organizações Comunitárias de cada localização, com a facilitação/apoio das equipas no terreno.

Os Planos de Sustentabilidade foram compostos essencialmente por dois aspectos: Gestão das actividades pós colheitas, como o processamento e o marketing e continuação das iniciativas/actividades de desenvolvimento, de saúde comunitária e de outras iniciativas sociais.

Os Planos de Sustentabilidade definiram papéis e responsabilidades para as várias organizações e o pessoal envolvido, o que ajudou a identificar as necessidades ao nível da capacitação/formação que haveriam de ser colmatadas.

Uma das formas de promover a sustentabilidade foi o pagamento às Organizações Comunitárias pelos serviços acedidos, através do apoio do projecto. Este facto abriu caminho para o pagamento dos serviços proporcionados pelas OCs, no período pós projecto, o que assegurava a sua continuidade/viabilidade/sustentabilidade.

O pagamento ocorreu em forma de trabalho ou dinheiro, o que levou ao desenvolvimento de fundos para actividades futuras. O processo de tomada de controlo dos vários serviços e actividades começou gradualmente. Exemplos de actividades/iniciativas em que as OCs começaram a ser as responsáveis: Actividades de pós colheitas (incluindo o processamento e o marketing), centros de serviços agrícolas, estabelecimento de federações de SHGs, gestão dos Centros de Desenvolvimento Pecuário.

A capacidade das OCs para a implementação dos programas foi fortalecida, através de por exemplo, visitas de estudo a projectos de desenvolvimento e organização de reuniões/encontros dos trabalhadores comunitários na área da saúde (*Village Health Guides- VHG*).

O projecto estabeleceu ligações importantes com variados programas governamentais. Novos projectos iniciados em Karnataka, Maharashtra, Gujarat e no Rajastão, suportados tanto por agências nacionais e internacionais foram baseados no sucesso deste projecto.

O projecto atingiu o objectivo de melhorar o nível/qualidade de vida das famílias pobres de uma forma holística e sustentável, ao mesmo tempo que levou a uma mudança decisiva nas atitudes e mentalidades das pessoas que se manifestou no desenvolvimento alcançado. A filosofia e a acção do projecto abriram a porta para um futuro de maior prosperidade e progresso, tornando – se num horizonte de esperança num contexto com muitas adversidades e desafios.

5 – Notas Conclusivas...

Estas notas conclusivas têm por base toda a pesquisa teórica, o trabalho de campo, o conhecimento empírico e, no essencial, a minha própria experiência e percepção.

O principal objectivo desta reflexão é mostrar que as Organizações de Base Comunitária, em especial os SHG, podem promover e desenvolver diversos tipos de *empowerment*, ajudando a comunidade a caminhar rumo a um conceito e uma prática de desenvolvimento que começam precisamente aí, na própria comunidade.

A conexão entre as Organizações de Base Comunitária e o Desenvolvimento a Partir de Baixo é clara, existe em enorme potencial a ser explorado no sentido de capacitar seres humanos e fomentar acções colectivas. A questão essencial é o grau de aproveitamento desta conexão. Se as Organizações de Base Comunitária forem correctamente

promovidas, se as pessoas envolvidas tomarem consciência de todo o potencial do processo e essencialmente se os actores envolvidos forem capazes, suficientemente motivados para tirar partido de todas as oportunidades criadas, então os efeitos multiplicadores e o impacto ao nível do desenvolvimento podem ser bastante substanciais. Assim, respondendo à questão inicial: As Organizações de Base Comunitária podem desempenhar um papel muito importante e decisivo na promoção do conceito e na implementação do Desenvolvimento a Partir de Baixo. O modo como se promove o processo, o comportamento e as acção das pessoas envolvidas, o ambiente envolvente e a capacidade de mudar/transformar as relações de poder na área são factores importantes. O contexto institucional muitas vezes tem de mudar significativamente para potenciar os comportamentos e resultados desejados.

“Pelo menos vi em todos os continentes e em muitos países, pessoas e comunidades pensarem e trabalharem em conjunto e porem-se em marcha para criarem e inovarem respostas aos seus problemas, mobilizando as suas capacidades, ainda em nome da ideia de desenvolvimento e das várias ressonâncias que ela provoca nessas comunidades, apesar das suas ambiguidades, e graças aos seus novos conteúdos e metodologias de acção”²⁰³.

As políticas e/ou os modelos nunca resultarão sempre da mesma forma, não são perfeitos, nem sempre aplicáveis. O caminho para um real desenvolvimento humano é longo e com muitos espinhos, retrocessos e aprendizagens mas será o principal objectivo a alcançar. A própria palavra - *Desenvolvimento* - sugere libertação, realização das sementes, das potencialidades, das capacidades. Apela à remoção dos obstáculos e à transformação do nosso ser, no sentido de vivermos a vida que mais valorizamos e realizar o nosso potencial individual e colectivo²⁰⁴.

²⁰³ Amaro, 2006: 460.

²⁰⁴ Amaro, 2006, Sen, 2003, Osho, 2004.

Os novos paradigmas científicos tendem a integrar a emoção (e as intuições, os sentimentos e as impressões) como vector do conhecimento científico, em conjugação e para além da inteligência e lógica racional – Inteligência Emocional²⁰⁵.

Este trabalho realça ideais e sabedoria eterna, como dizia, Gandhi (1983), não tenho nada a ensinar, a *Verdade e a Não-Violência* são conceitos tão velhos como as montanhas, apenas me oponho à ideia de que as pessoas não podem/conseguem viver juntas. Já afirma também a velha sabedoria Africana na expressão *UBUNTU*²⁰⁶: Se me magoar a mim ou a outrem estou a afectar a Existência na sua globalidade, visto a mesma ser um todo interligado.

Esta tese foi o resultado de um processo, de uma dada caminhada, num espaço e tempo determinados. As nossas vidas (com significado e importância em si mesmo) são apenas gotas na Existência mas únicas e preciosas. Gota a gota, no local, no terreno, mas com uma consciência global podemos fazer a diferença em cada momento. Temos potencialmente tudo dentro de nós, assim como a capacidade, a liberdade e a responsabilidade de caminharmos consoante a orientação do nosso silêncio interior.

Nesta data sentei, parei e dei como terminada esta etapa, para de seguida continuar a caminhar e a aprender no caminho interminável e fascinante da Existência.

Muito Obrigado!

José Parreira

<http://joseparreira.nomadlife.org>

Lisboa, 26 de Agosto de 2009

²⁰⁵ Amaro, 2006, Osho, 2003.

²⁰⁶ Transmite a ideia de Humanismo – de Amor, Partilha, Cooperação e Harmonia com toda a Existência.

6 - Referências Bibliográficas

Alkire, S., (2003) *The Capability Approach as a Development Paradigm?* Training Sessions 2, 3rd Conference on the Capability Approach: From Sustainable Development to Sustainable Freedom, 7 a 9 de Setembro, Universidade de Pavia;

Amaro, Rogério Roque (2007), *Parcerias e Cooperação para o Desenvolvimento Local*, in Pinto, Maria João e Pinheiro, Ana, *Cooperação, Desenvolvimento e Migrações em Debate – Fronteiras da Europa – A Europa no Mundo*, ACEP, pp.105-108;

Amaro, Rogério Roque (2006), “Desenvolvimento – Um Conceito Ultrapassado ou em Renovação? – Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria, in *Ensaio de Homenagem a António Simões Lopes*, ISEG, UTL, pp.427 – 465;

Amaro, Rogerio Roque (1998), “O Desenvolvimento Local em Portugal – as lições do passado e as exigências do futuro, in *a Rede*, nº especial, Novembro, pp.60-64;

BAIF Development Research Foundation (1998), *Integrated Rural Development for Sustainable Livelihood*, BAIF (www.baif.com);

BAIF (2005), Final Report of the *Transfer of Technologies for Sustainable Development* - BAIF - UE Project;

Bartoli, Henri (2003), *Repensar o Desenvolvimento: Acabar com a Pobreza*, Instituto Piaget;

Bebbington, A., (1999) “Capitals and Capabilities. A Framework for Analysing Peasant Livelihoods and Poverty”, *World Development*, vol. 27, nº12, pp.2021-2044;

Bénard da Costa, A., (2002) O Sector “Informal” na Cidade de Maputo, in Bénard da Costa, A., *Famílias na Periferia de Maputo: Estratégias de Sobrevivência e Reprodução Social*, Dissertação de Doutoramento em Estudos Africanos, ISCTE;

Birdsall, Nancy, Allen C. Kelley e Steven W. Sinding (Ed.) (2003), *Population Matters - Demographic Change, Economic Growth, and Poverty in the Developing World*, Oxford, Oxford University Press;

Braga, Márcio Bobik; Toneto, Rubinei (2000), “Microcrédito: aspectos teóricos e experiências”, *Análise Económica*, nº33, 69-86;

Calle, Ramiro (2009), *O Homem que Procurava o Sentido da Vida*, Esfera dos Livros;

Candeias, José (2002), *A Propósito das Associações de Desenvolvimento Local do Alentejo*, Terras Dentro;

Capul, Jean- Yves e Garnier, Olivier, (1998) *Dicionário de Economia e Ciências Sociais*, Plátano Edições Técnicas, Lisboa;

Chambers, Robert (1983), *Desenvolvimento Rural, fazer dos últimos os primeiros*, ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, Luanda – Angola;

Chakrabarti, Rajesh (2003), “The Indian Microfinance Experience –Accomplishments and Challenges” www.prism.gatech.edu/~rc166/Microfinance_in_India.pdf;

Chandrakant Upadhyay (1994), *Manibhai Desai: An ascetic Incarnate*, Dayalji Ashram Vidyarthi Parivar;

Chang (ed.) (2003), *Rethinking Development Economics*. London, Anthem Press;

Chang, H-J., (2002) Rompendo o Modelo. Uma Economia Politica Institucionalista alternativa à teoria neoliberal do mercado e do estado, in *Brasil, México, África do sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois*, Editora Unesp, São Paulo;

Costa, José Silva (2005), *Compêndio de Economia Regional*, 2ª edição, APDR, Coimbra;

Dash, A., (2003) “Strategies for Poverty Alleviation in India: CYDS Holistic Approach to Empowerment Through the Self-Help Group Model” *IDS Bulletin Vol. 34 No 4*;

Desai, V. e Potter, R. (2002), *The Companion to Development Studies*, Oxford University Press Inc., New York;

Diniz, Francisco, (2006), *Crescimento e Desenvolvimento Económico*, Edições Sílabo Lda;

Dubois, J-L., Mahieu, F – R., et al., *Social Sustainability as a Component of Human Development*, www.st-edmunds.cam.ac.uk/vhi/research/dubois.pdf;

Duraiappah, A. K., Poverty and Environment Degradation: A review and analysis of the nexus, *World Development*, Vol. 26, nº 12, pp. 2169 – 2179;

Duraiappah, A. K., Ecological Security and Capabilities: A Conceptual Framework for Sustainable Development, presented at the 3rd Conference on the Capability Approach, 7 – 9 September 2003, University of Pavia Italy, www.cfs.unipv.it/sen/papers/duraiappah.pdf;

Ducados, Henda Lucia e Ferreira, Manuel Ennes, (1998), *O Financiamento informal e as estratégias de sobrevivência económica das mulheres em Angola: a Kixikila no município do Sambizanga (Luanda)*, V Congresso Luso – Afro – Brasileiro de Ciências Sociais, 1 -5 Setembro de 1998;

Ellerman, David P. (2006), *Helping People Help Themselves: From the World Bank to an Alternative Philosophy of Development Assistance*, University of Michigan Press;

Fernandez, Aloysius (1994), *The Myrada Experience: Alternate Management Systems for Savings and Credit of the Rural Poor*. Bangalore: Mysore Resettlement and Development Agency (MYRADA);

Fisher, Thomas and Sriram, M. S. (2002), *Beyond Micro Credit, Putting Development Back into Micro-Finance*, New Delhi, India: Vistaar Publications; Oxford, UK: Oxfam in association with New Economics Foundation;

FNUAP, A Situação da População Mundial 2001, Rastos e Marcos. População e Mudanças Ambientais, Nova Iorque;

Friedmann, J., (1996) *Empowerment. Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Celta Editora, Oeiras;

Gandhi (1983), “*My life is my Message*” Gandhi’s life in his own words, Navjivan Publishing House, Ahmedabad 380 014 India;

Girardet, Herbert (2006), *Creating Sustainable Cities*, Schumacher Briefings, Green Books; (www.schumacher.org.uk);

Gullander, Miguel, (2008), *Perdido de Volta*, Publicações Dom Quixote;

Henriques, Isabel (2003), *Novas Relações com África: Que Perspectivas?* Actas do III Congresso de Estudos Africanos no Mundo Ibérico, Lisboa, 11, 12 e 13 de Dezembro de 2001, Vulgata; (www.vulgata.com);

Howard, Connie (2000), *In the footsteps of Gandhi: the Manibhai Desai & BAIF story* New Age International Publishers;

Kabeer, N., (2003) “Accessing the “Wider” Social Impacts of Micro finance Services: Concept, Methods, Findings”, *IDS Bulletin Vol. 34 No 4*;

Kalpana, K. (2003) “The Shifting Trajectories in Microfinance Discourse – Is it an Anti-Poverty Weapon?” www.cds.edu/adc2004/Kalpana.pdf;

Kanaskar, Mukesh (2000), Paper: ‘Rating of Micro-Finance Institutions: Need for a balanced Performance Assessment with the inclusion of Social Assessment Parameters’, BAIF;

Kanaskar, Mukesh (2000), Case Study: ‘Potential Analysis for Enterprise Development’ Technique for Identification of Income Generation Interventions for the poor, BAIF;

Mahmud, S., (2003), “Actually how empowering is Micro credit”? *Development and Change vol. 34 No 4*;

Marques, Maria João L. (2006), *Políticas e Práticas Sociais nos Países em Desenvolvimento: Uma Leitura à Luz da Nova Abordagem das Capacidades*, Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, ISEG, UTL;

Martínez, Pedro Soares (2005), *Economia Política*, Coimbra: Almedina;

Morais Lourenço, S. C., (2002) Género: Construção Social da Diferença, in Moraes Lourenço, S. C., *A Mulher do Homo Economicus: uma crítica à Teoria Económica Dominante no Contexto do Desenvolvimento*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, ISEG, UTL;

Myrada (2002), “Impact Of Self Help Groups (Group Processes) On The Social/Empowerment Status Of Women Members In Southern India”. www.nabard.org/roles/mcid/myrada.pdf;

Nair, Ajay (2001) “Sustainability of Microfinance Self Help Groups in India: Would Federating Help?” Princeton University
www.coopdevelopmentcenter.coop/Sector/Microfinance%20&%20Finance/federation%20Report-finaldraft.doc;

Narayan D., Narayan-Parker D., Walton M, (2000), *Voices of the Poor, Can Anyone hear Us?* , New York, Published for the World Bank, Oxford University;

Noponeh, H., (2003) “The Internal Learning System – A Tool for Tracking and Enhancing Empowerment Outcomes and Wider Social Impacts of Micro Finance” *IDS Bulletin Vol. 34 No 4*;

Nunes, Avelãs (2006), *Noção e Objecto da Economia Política*, Almedina;

Oppenheimer, Jochen e Raposo, Isabel (coord.) (2007), *Subúrbios de Luanda e Maputo*, Coleção Tempos e Espaços Africanos, Edições Colibri e CEsA/ISEG/UTL

Oppenheimer, J., Raposo, I., (2002) *A pobreza em Maputo*, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa;

Oppenheimer, J. Carvalho, L. F., (1998) *Desenvolvimento Económico e Democracia Política no contexto do Ajustamento estrutural em África*, Documento de Trabalho nº 48, CEsA, ISEG;

Oppenheimer, J. (1991) A Interdisciplinaridade na Ciência Económica. Para um projecto de Renovação, *Actas das Primeiras Jornadas Científico – Pedagógicas do ISEG*;

Ornelas, José (2008), *Psicologia Comunitária*, Fim de Século;

Osho, (1999), *Coragem: A Alegria de Viver Perigosamente*, St. Martin’s Griffin, New York, USA;

Osho, (2001), *Consciência: A Chave para Viver em Equilíbrio*, Editora Pergaminho;

Osho (2001), *Awareness: The Key to Living in Balance*, St. Martin’s Griffin, New York, USA. Osho International Foundation (www.osho.com)

Osho (2003), *Intuição: Conhecer para além da Lógica*, Editora Pergaminho;

Osho, (2004), *Liberdade: A Coragem de Ser Genuíno*, Editora Pergaminho; (www.osho.com)

Osho, (2005), *O Livro do Ego: liberte-se da ilusão*, Editora Pergaminho;

Osho, (2008), *O Livro da Compreensão: O Caminho para a Liberdade*, Editora Pergaminho;

Parreira, José (2003), *À procura da definição de “Pobreza”*, Trabalho realizado no âmbito do mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do ISEG (www.iseg.utl.pt);

Parreira, José (2003), *“Thoughts on Development”*, Final Report of the international traineeship in BAIF Development Research Foundation (www.baif.org.in);

Parreira, José (2004), *Micro Credit in India: The Self Help Groups. Can the SHGs promote the concept of Empowerment?* Trabalho realizado no âmbito do mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do ISEG (www.iseg.utl.pt);

Parreira, José (2004), *Uma critica à teoria neoliberal do Mercado e do Estado*, Trabalho realizado no âmbito do mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do ISEG (www.iseg.utl.pt);

Parreira, José (2004), *População e Desenvolvimento*, Trabalho realizado no âmbito do mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do ISEG (www.iseg.utl.pt);

Pinheiro, António e Carvalho, Maria (2003) *Economia e Política Agrícolas*, Edições Sílabo, Lda;

Pinto, Maria João e Pinheiro, Ana, (2007), *Cooperação, Desenvolvimento e Migrações em Debate – Fronteiras da Europa – A Europa no Mundo*, ACEP;

Polèse, M. (1998) *Economia Urbana e Regional*, APDR, Coimbra;

PNUD, (1999) *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Angola;

PNUD, (diversos anos), *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Mensagem, Lisboa; (www.un.org) (www.undp.org)

Ramanathan, Malathi “Grassroots Developments in Women’s Empowerment in India: Case Study of Shri Mahila Griha Udyog Lijjat Papad” (1959-2000) Department of History, University of Mumbai, Mumbai, India. www.pcr.uu.se/conferenses/myrdal/pdf/Malathi_Ramanathan.pdf;

Reeves, Hubert e Lenoir Frédéric (2006), *A Agonia da Terra*, Gradiva;

Reis, José (2007), *Ensaio de Economia Impura*, Almedina;

Rodrigues, Jacinto (2006), *Crescimento, Decrescimento Sustentável e Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável*, Comunicação no Congresso de Luanda – 28 a 30 de Novembro de 2006;

Roque, Ana (2007) *Biopirataria como Apropriação Ilícita do Conhecimento Tradicional: Um Entrave ao Desenvolvimento*, Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, ISEG – UTL (www.iseg.utl.pt);

Ruggieri Laderchi, C., Saith, R., Steward F., (2003) *Everyone agrees we need poverty reduction, but not what this means: does it matter?* Comunicação na Conferência WIDER sobre Desigualdade, Pobreza e Bem Estar Humano, Helsínquia;

Rutherford, Stuart (1999) “The poor and their money” An essay about financial services for poor people, Institute for Development Policy and Management, University of Manchester <http://www.microfinancegateway.org/content/article/detail/1737>;

Sachs, Jeffrey (2006) *O Fim da Pobreza: como consegui-lo na nossa geração*, Casa das Letras, Editorial Notícias;

Sakiko Fukuda – Parr, (2003) The Human Development Paradigm: Operationalizing Sen’s Ideas on Capabilities, *Feminist Economics* 9 (82-3), 2003, 301 – 317;

Satish, P. (2001) “Institutional Alternatives for the promotion of microfinance: Self – Help groups in India” *Journal of Micro finance* vol.3 nº2 http://www.microjournal.com/view_archive.cfm?id=47&issue=fall01;

Sardan, J. P. Olivier, (1988), Peasant Logics and Development Project Logics, *Sociologia Ruralis*, nº 28, p. 216-226;

Sardan, J. P. Olivier, (1990), Para uma Abordagem Antropológica das Ideologias e Práticas de Desenvolvimento, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 12 e 13;

Schumacher E. F. (1980), *Small is Beautiful, Um Estudo de Economia em que as Pessoas também Contam*, Universidade Moderna, Publicações Dom Quixote, Lisboa;

Seibel, Hans Dieter (2001), “SHG Banking: A financial technology for reaching marginal areas and the very poor” University of Cologne, Development Research Center; <http://www.microfinancegateway.org/content/article/detail/3372>

Seitz, J. (1995), *Questões Globais*, Instituto Piaget;

Sen, Amartya (2003), *O Desenvolvimento como Liberdade*, Gradiva;

Sen, Amartya (2006), *Identidade e Violência: A Ilusão do Destino*, Edições Tinta-da-china, Lda;

Silguy, Catherine (2004), *Introdução à Agricultura Biológica: Fundamentos e Realidades*, Coleção Euroagro, Publicações Europa – América;

Social Watch Report (2004); (www.socialwatch.org)

Stiglitz, J., (2002), *A Globalização e seus malefícios*, Editora Futura, Brasil;

Stiglitz, J., (1998), *More Instruments and Broader Goals: Moving Towards the Post – Washington Consensus*, The WIDER Annual Lecture, Helsinquia;

Tankha, A., (2002) “Self-help Groups as Financial Intermediaries in India: Cost of Promotion, Sustainability and Impact”

http://www.microfinancegateway.org/files/3736_SHGREPORT.pdf;

Torres Adelino (1999), *Horizontes do Desenvolvimento Africano no limiar do século XXI*, Lisboa, Vega, 2ª edição; (www.adelinotorres.com)

UNFPA, (2002) Como caracterizar a Pobreza, in UNFPA, *A Situação da População Mundial 2002, população, pobreza e oportunidades*, Nova Iorque;

UNFPA (2005) *A Situação da População Mundial, A Promessa de Igualdade*;

Verhelle, C., Berlage, L., (2003) “Determinants of micro finance group performance: An empirical analysis of Self-Help Groups in India” <http://www.xidas.org/3.PDF>;

Yunus, Muhammad (2007), *O Banqueiro do Pobres*, Difel – Difusão Editorial, S.A., 4ª Edição.

7 – Anexo

www.mapsofindia.com

